PNAP
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Filosofia e Ética

Selvino José Assmann

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação
em Administração Pública – PNAP
Bacharelado em Administração Pública

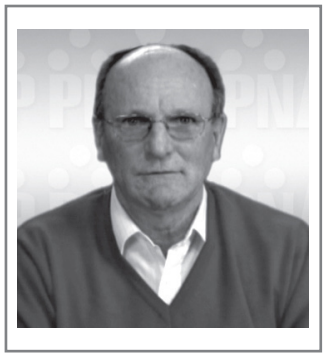
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Filosofia e Ética

Selvino José Assmann

2021

Prof. Selvino José Assmann



Natural de Venâncio Aires (RS), docente de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma – IT (1983). É docente permanente de Graduação em Filosofia, trabalhou na Pós-Graduação em Educação e de Administração, e atualmente é professor na Pós-Graduação em Filosofia e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Orientou muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado nos programas referidos. A atuação do docente tem como focos centrais de trabalho teórico a ética e a política, áreas nas quais publicou vários artigos em revistas e livros.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Assmann, Selvino José
A848f Filosofia e Ética / Selvino José Assmann. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.
112 p.: il.

Bacharelado em Administração Pública
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-7988-205-0

1. Filosofia – História. 2. Ética. 3. Ética profissional. 4. Administração pública. 5. Educação a distância. I. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). II. Universidade Aberta do Brasil. III. Título.

CDU: 174

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR | CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS
Universidade de Pernambuco | UPE

AUTOR DO CONTEÚDO
Selvino José Assmann

EQUIPE TÉCNICA – UPE | NEAD

COORDENAÇÃO DO NEAD - UPE
Renato Medeiros de Moraes

COORDENAÇÃO DO PROJETO
Roberto Luiz Alves Torres

PROJETO GRÁFICO
José Marcos Leite Barros

EDITORAÇÃO
Anita Maria de Sousa
Aldo Barros e Silva Filho
Enifrance Vieira da Silva
Danilo Catão de Lucena

REVISÃO TEXTUAL
Maria Tereza Lapa Maymone de Barros
Geruza Viana da Silva

CAPA
José Marcos Leite Barros

PNAP
PROGRAMA NACIONAL
DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7
Convite para pensar 7

CAPÍTULO 1 - O QUE É FILOSOFIA 13
O Que é Filosofia? 13
A Atitude Filosófica 14
Especificidade do Conhecimento Filosófico 16
Os Gregos Inventam a Filosofia 18
O Sentido da Filosofia 20
Características Gerais da História da Filosofia 25
A Filosofia Antiga 25
A Filosofia Medieval 28
A Filosofia Moderna 32
Sócrates e Platão: um Confronto entre Dois Modos de Entender a Filosofia 42
A Concepção Socrática de Filosofia: Busca de Sabedoria 43
A Concepção Platônica de Filosofia: Encontro da Sabedoria 47

CAPÍTULO 2 - ÉTICA 57
Sobre a Ética, a partir da Crise Ética 57
Ética e Moral 58
Ética Antiga, Medieval e Moderna 61
Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade 67
Afinal, o Que é a Ética? 72
"Crise Ética" e "Crise da Ética 74
Dificuldade Atual de Formular uma Ética 75
A Ética e a Política 78
Poder, Política e Ética 79
Duas Concepções de Poder 82
O Poder como Relação entre Seres Humanos 85
Poder e Liberdade 86
O Problema Ético, a "Ética Profissional" e a Responsabilidade Social na Administração Pública Brasileira 91
Administração Pública Brasileira e Ética 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

REFERÊNCIAS 109

FILOSOFIA E ÉTICA

Prof. Selvino José Assmann

Apresentação da Disciplina

Convite para pensar

Tudo corre. Escorre. Tudo muda. Até na universidade professores e alunos correm cada vez mais. Nada permanece. Tudo é líquido. E todos corremos. Se não o fizermos, outros passarão por cima de nós, e seremos considerados preguiçosos ou incompetentes. Mas em geral não sabemos para onde corremos, mesmo que daqui a pouco, não se sabe quando, venhamos a dar de cara com a morte. Inevitavelmente.
E ficamos produzindo, fazendo coisas...

Precisamos ser competentes tecnicamente para que alguém nos dê um lugar, um emprego, mas também flexíveis, maleáveis, para podermos nos adaptar sempre ao que se nos pede. Nós, todos nós sem exceção, é que devemos adaptar-nos, e não o mundo a nós, pois o mundo é assim como é. Paradoxalmente, o mundo que parece mudar tanto, parece também ser inflexível e imutável. É preciso mover-se, a rede é vasta, os compromissos são tantos, as expectativas muitas, as oportunidades abundantes, e o tempo é uma mercadoria rara...

A vida se torna uma loja de doces para apetites transformados, até pelo *marketing*, em voracidade cada vez maior. Estamos sempre na beirada entre estar dentro e estar fora, entre ser "incluído" e poder ser "excluído" a qualquer hora. Temos que estar atentos, correndo o risco da depressão, sempre. A insegurança é nossa companheira permanente, na companhia de gente insegura. Sei que do meu lado também há gente tão insegura quanto eu. Belo consolo! Mas isso, em vez de criar solidariedade entre os inseguros, aumenta a indiferença, a irritação, a vontade de competentemente empurrar para longe todos os concorrentes ao meu lado. Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, todos querem que os outros fiquem mais inseguros, abandonem o barco e o deixem mais tranquilo para mim. E se diz que isso é a insofismável lei do mercado, que isso é assim, that's it, como um tempo dizia a propaganda de um refrigerante conhecido: esta é a razão das coisas, é uma necessidade, e basta. Isso é liberdade. Mas não há escolha! Temos a sensação de nunca termos sido tão livres e, ao mesmo tempo, a percepção de que somos totalmente incapazes de mudar algo.

Sob outro aspecto, sentimo-nos vivendo em um mundo no qual, claramente, vale o privado, o interesse privado, e não o público, nem o interesse público. Ou então, temos uma visão muito paradoxal da relação entre público e privado: por um lado, tudo o que está diretamente

situado como público aparece demonizado, como se fosse o lugar do mal, da indecência, lugar em que seria impossível fazer o bem, lugar em que só há interesses privados. E isso ocorre ao mesmo tempo em que consideramos o âmbito privado como um âmbito no qual se faz o bem sempre, no qual tudo é legitimável ou justificável. Como conciliar isso? Certamente tudo isso mexe na visão que se tem da política e do político, do Estado, do serviço público, do funcionário público de governos municipais, estaduais e federais, na visão que se tem da administração pública em geral.

Exemplo desta visão sobre o que é público e sobre a função do Estado e do serviço público é o que disse Margareth Tatcher, ao exercer recentemente o cargo de primeiro-ministro da Inglaterra, defendendo o reinado absoluto da flexibilidade. Ela disse sem eufemismos: *"Não existe esta coisa chamada sociedade"*. Só há indivíduos, homens e mulheres como indivíduos, e pronto! E o Estado? Deve ser uma instituição que deve funcionar como empresa eficiente a serviço do interesse dos indivíduos. O governante deve ser meramente um gestor, nada mais. O Estado deve, pois, ser exclusivamente um meio para fins privados. A política também deve ser apenas meio. E os outros seres humanos? Estes só importam se me servem, individualmente, para alguma coisa. Mas quando todos os outros são apenas meios, também eu sou transformado em puro meio pelos outros, inevitavelmente...

Nesta situação de insegurança, de pretensa primazia do privado e do indivíduo como tal, em que, paradoxalmente, sobra pouca alternativa, individual ou social, para mudarmos algo ao nosso redor e dentro de nós, como ficam os administradores tanto públicos quanto privados? Ousaría dizer que eles administram, gerem, executam, organizam a execução de tarefas que em geral não são determinadas por eles mesmos, mas por outros, e têm que ser competentes. Do contrário serão jogados para fora do jogo, da corrida que está acontecendo globalmente, cada vez mais globalmente. Também os administradores devem correr. E saber apresentar-se, oferecer-se, vender-se no mercado. E deixar-se comprar também. Devem ser "líquidos", flexíveis, amoldando-se cada dia a novas exigências estabelecidas não se sabe por quem, mas exigências consideradas "naturais", ou melhor, estabelecidas pelo mercado, este estranho senhor sem identidade que é poderoso como ninguém e que tem suas leis, que está em todo lugar, que não deixa ninguém fora de seu controle, não dá trégua a ninguém, e nem dá tempo para nada mais do que ficar correndo a seu serviço. Até que ele nos diga: "você não me serve mais"! "Você é supérfluo. Você atrapalha!".

Inclusive o Estado, o aparelho estatal, os serviços públicos, quando deixam de ser úteis ao mercado, fazem com que os seres humanos sejam jogados à margem e obrigados a se contentarem em esperar a morte chegar; e às vezes até há gente que fica torcendo para que isso aconteça o mais rápido, para não atrapalharmos o trânsito e o funcionamento do mercado. E se alguém morrer, que morra, não em casa, mas no hospital especializado, "dignamente" (a morte pode ser digna?!), para não atrapalhar o sistema de produção, a que o Estado deve servir, e para nos ajudar a esquecermos que também nós iremos morrer.

Tudo isso se tornou normal. Cinicamente, duramente normal. E se diz que não pode ser diferente. Que a história não pode mais mudar, ou até já terminou. Que estamos na fase final da história. E – repito – todos passamos a viver como se nada pudesse ser mudado nesse modo de ser das coisas, e que só nos resta uma coisa: nos iludirmos de que somos livres enquanto nos adaptamos ao que existe!

Diante de tudo isso, de que adianta pensar? Pensar nos faz mal, impedindo que sejamos competitivos. Pensar causa transtorno no tráfego. Pensar nos faz parar, nos leva provavelmente a sermos expulsos da corrida por incompetência, por falta de flexibilidade e de produtividade. Ou então – como diriam os franceses que inventaram o *prêt-à-porter (pronto para usar)* – agora temos o *prêt-à-penser*. É só pagar que o mercado já oferece tudo pensado, para ser usado. Por isso, os livros mais lidos são os de "autoajuda", que têm receitas precisas para tudo, para nosso corpo e nossa alma. E não gostamos dos livros que nos fazem pensar e nos convidam a nos colocar em jogo por nossa própria conta e risco.

A globalização nos possibilita o acesso cada vez maior a informações, e maior possibilidade de comunicação. Mas isso de modo algum parece favorecer uma visão mais crítica do que acontece, nem favorece maior comunicação de fato. E quando as ofertas são demasiadas, as escolhas parecem diminuir em vez de aumentar, sobretudo porque o assédio das informações impede que pensemos. Neste contexto, podemos afirmar que nossa civilização atual parou de se questionar, parou de pensar. E que é esse o nosso problema fundamental, pois o preço do silêncio passa a ser pago na dura moeda do sofrimento humano.

Pode até ser que nos sintamos mais "felizes", pois nos sentimos mais competentes e mais criativos para satisfazer nossos desejos, tanto no supermercado dos sabonetes e dos vinhos, quanto naquele dos desejos sexuais. Só que esta felicidade tem tudo para ser superficial, insatisfatória, a ponto de ser instigante a afirmação de um atento leitor do que nos acontece hoje, como Umberto Eco: **"Alguém que é feliz a vida toda é um cretino; por isso, antes de ser feliz, prefiro ser inquieto"**. E ser inquieto é, neste caso, não se deixar engolir pela lógica que estamos descrevendo, é tentar pensar também.

Com Zygmunt Bauman (BAUMAN, 1999, p. 11), ousamos arrematar: "Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar a nossos companheiros humanos e a nós mesmos". Talvez nem sempre saibamos quais são as perguntas mais importantes que devemos fazer, ou então, nós que nos achamos tão estupendamente "modernos", "criativos", nos damos conta que estamos repetindo as mesmas perguntas que já se fazem há séculos, há milênios. E esquecemos as respostas já dadas ou os silêncios, sem resposta, já manifestados. Já que o passado não interessa, nem o futuro, mas só o presente, este pode nos enganar a respeito de nossa originalidade e podemos achar que estamos mudando sempre. Claro que mudam certas coisas, por exemplo, melhora nossa

capacidade técnica. E o que mais? Nossa "humanidade" também? Nossa liberdade? Nossa felicidade? Por isso, faz bem incluirmos em nossa pergunta pelo que está acontecendo hoje, uma referência ao que aconteceu ontem. E faz bem também perguntarmos: por que será que paramos de sonhar e renunciamos às energias utópicas? Como sabem os historiadores, há um duplo movimento na compreensão histórica: o presente pode ser iluminado pelo passado, mas também o passado acaba sendo melhor compreendido a partir do presente. E isso nos fornece um elemento a mais para podermos pensar no que acontece e nas possibilidades que temos para mudar o presente.

Parece que nos esquecemos de que nós, seres humanos, temos como marca o fato de sermos "seres que falam"; bem mais, ou não só, seres que fazem, como disse Aristóteles; que somos frágeis, perdendo em força física, sob todos os aspectos, para algum animal, mas somos "caniços pensantes" (Pascal). Por mais que repitamos que esta é a era de Aquário, a era do conhecimento, certamente não é a era do pensamento, da profundidade, da reflexão. Até porque não temos tempo a perder. E além de tudo, como já dissemos, pensar é perigoso, para quem pensa e para quem está do lado de quem pensa, pois nos pode fazer perder o lugar no mercado, que precisa produzir e consumir, objetos, coisas, e onde até os seres humanos devem ser só produtores e consumidores. Nada mais.

Pois bem: é nesta paisagem que apresentamos um livro-texto que pretende ser um **Convite para pensar**, convite feito aos estudantes e às estudantes do Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância. Escolhi alguns temas para pensar. E pensar é uma atividade realmente pessoal, por mais que no diálogo com o passado e no debate com os nossos contemporâneos se possa pensar mais e melhor. Mas, dito de forma sintética, este convite para filosofar é antes de mais nada um convite para responder à pergunta: o que está acontecendo comigo e com os outros no mundo hoje?

Mais do que apresentar um texto cheio de informações (conceitos, doutrinas, nomes) sobre a riquíssima tradição do pensamento filosófico ocidental, que já tem 2.500 anos, consideramos preferível escolher alguns temas, como o do próprio conceito de filosofia, e de outras formas de conhecimento humano (como o senso comum e a ciência), com algumas informações gerais sobre a História da filosofia (Capítulo 1); como o da ética, sua crise e suas dificuldades teóricas, incluindo o debate em torno da relação entre ética e política, e do poder e sua relação com a liberdade, pois, afinal, a administração é sempre exercício de poder (Capítulo 2). Trata-se de uma escolha, sem a pretensão de ser a melhor, e menos ainda de dar conta da filosofia como tal. Pensamos que assim podemos dar uma ideia geral da filosofia em sua história e do valor de uma atitude filosófica, que nos leve a pensar mais sobre o que somos nós, seres humanos, sobre o ser humano como problema e como solução, sobre o ser humano como profissional, como gente, como indivíduo e como membro de uma comunidade local, regional, nacional e cada vez mais cosmopolita ou "global".

Embora não tenhamos a pretensão de responder exaustivamente a todas as questões importantes da filosofia, para organizar o texto seguimos o roteiro sugerido por Kant, talvez o maior pensador moderno, ao apresentar as quatro perguntas fundamentais para definir a atividade filosófica. A primeira pergunta é: "o que é possível conhecer"? (os conceitos de filosofia, de ciência, de teologia e de senso comum). A isso nos referimos sobretudo no Capítulo 1. A segunda: "o que devemos fazer?" encontra resposta na ética e na política. O Capítulo 2 procura responder a esta pergunta, incluindo também nesta Capítulo aspectos da terceira pergunta, que, para Kant, é a seguinte: "o que nos é lícito esperar?", e aí temos a ver com a questão da religião. A quarta pergunta, a mais difícil de responder, é a síntese das três perguntas anteriores: "o que é o ser humano?", e está presente, de algum modo, em todo transcorrer do texto que aqui apresentamos.

Seguiremos este caminho na companhia de alguns autores ou companheiros – e poderia ser com tantos outros, esperando que todos os leitores e leitoras se sintam bem e, quem sabe, ao final, com mais vontade de continuar a viagem reflexiva do que ao ler esta Apresentação.

Obviamente não será uma disciplina de filosofia que irá tornar os futuros administradores públicos novos "especialistas" em filosofia. Insisto: interessa não tanto que o administrador se torne um filósofo, conhecendo um conteúdo determinado, muito vasto. Muitos textos clássicos estão aí disponíveis nas livrarias, e cada vez mais na internet. Pode ser bom – e talvez os que formularam o currículo mínimo do curso de Administração pensassem nisso ao incluir a Filosofia – que o administrador também seja estimulado a pensar por própria conta e risco, como diziam os Iluministas modernos. Aude sapere! Ousa saber! Aliás, se queremos tanto ser modernos, ou ser críticos, independente da profissão, como cidadãos, não há outra saída senão pensar também.

SAIBA MAIS

Símbolo da Filosofia - A coruja, Ave de Minerva, é o símbolo da Filosofia, consagrado, sobretudo, a partir de Hegel. Ele escreveu que, assim como a coruja levanta vôo ao anoitecer, também a Filosofia e os grandes filósofos surgem em momentos em que a sociedade humana começa a anoitecer, a entrar em crise...
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Claro que nem todos gostarão, com a mesma intensidade, deste convite para pensar; talvez alguns até nem gostem dele e considerem "chato" ter que "estudar filosofia", estudar estas "bobagens", estas coisas inúteis. Certamente a filosofia não serve para nada. Pensar não serve para nada. Concordo. Mas quem disse que são importantes só as coisas que

servem, as coisas que são meios para alguma coisa? Para que serve a liberdade, que tem na política (ou deveria ter nela) o seu lugar por excelência? Para que serve a felicidade? Para que serve o amor? Para que serve o prazer sexual? Para que serve a amizade? Se estas coisas forem apenas meios, certamente serão menos importantes. Mas se tais "coisas" forem valiosas por si mesmas, certamente teremos muitos motivos para pensar mais e melhor. Só para dar um exemplo: se um amigo servir como meio para fazer mais dinheiro, quando se conseguir o dinheiro, acabará a amizade; se o amigo servir para nos trazer mais prazer, neste caso, conseguido o prazer, acaba a amizade; mas se este amigo for mais que um meio, e a amizade for de fato um valor para ambos os amigos, que mutuamente se tornam mais exigentes, e conquistam assim também o prazer de serem amigos, então percebemos que a amizade é mais que meio para outras coisas, e se torna ela mesma um fim. É disso que falamos quando dizemos que a filosofia não serve para nada, ou que tem valor em si mesma.

Contudo, ninguém é obrigado a pensar, nem a ter a coragem de pensar! E pensar não dá dinheiro, certamente, ou nunca tornará o dinheiro um fim a alcançar. Pensar é uma atitude improdutiva, "coisa inútil" no mercado. Além do mais, pensar é perigoso, como já disse. Acho, porém, que vale a pena correr este risco, pois se poderá perceber que o mundo que temos não é o único possível nem o melhor dos mundos, levando-nos quem sabe a resistir ao que nos parece acontecer de maneira inevitável, instigando-nos a ficar mais atentos para as brechas que podem surgir e nos surpreender cá e lá, sugerindo, quem sabe, mudanças mais substantivas, dentro de nós e entre nós, e não apenas na nossa capacidade de produção e de consumo. Neste sentido, pensar é um jeito de cada um cuidar de si. E se cada um cuidar melhor de si, a nossa convivência com os outros poderá ser mais agradável. E certamente o serviço público será mais responsável também.

Lembro de muito bom grado a sabedoria de Aristóteles: "com amigos se pensa e se age melhor" (*Ética a Nicômacos*, 1155 a. 3, Brasília, Edit. UnB, 1999, p. 153). E aqui se fala da amizade que é fim, conforme se disse acima. Por isso, repito o convite para pensar: a aceitação do convite pode tornar a vida mais interessante, mais leve e mais profunda, embora menos produtiva e menos consumível. Neste caso, aristotelicamente, poderei confirmar, mais uma vez: pensar vale a pena!

O convite está feito, e espero que você, estudante, possa acompanhar o texto, em cada uma de seus Capítulos, deixando-se provocar por ele e por seu desejo de conhecer um pouco mais o mundo em que vivemos e a si mesmo.

Professor
Selvino José Assmann

CAPÍTULO I

O QUE É FILOSOFIA?

Prof. Selvino José Assmann

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar esta Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Distinguir e relacionar filosofia com filosofar;
- Apresentar as características básicas de cada período histórico da filosofia, tendo em conta a ideia central de cada período;
- Entender a importância da filosofia frente às outras formas de conhecimento humano (fé religiosa, senso comum, ciência...);
- Identificar a distinção entre a filosofia como verdade já encontrada ou como doutrina (Platão), e a filosofia como busca da verdade, ou seja, como ato de pensar (Sócrates); e
- Compreender a importância que a filosofia pode ter na vida prática dos seres humanos.

O Que é Filosofia?

Caro estudante, estamos iniciando a disciplina de Filosofia, e este primeiro Capítulo é uma reflexão sobre o que ela representa constituindo-se assim um importante referencial para embasar os próximos Capítulos.

Leia com atenção e, se tiver dúvidas, releia e busque esclarecê-las nas indicações de Saiba mais e também junto ao Sistema de Acompanhamento; e vamos juntos construir nosso conhecimento. Sobretudo, procure pensar você mesmo.

No seu sentido mais comum, o substantivo **filosofia** ou o verbo **filosofar** tem a ver com **pensamento** ou com o **ato de pensar**.

Filosofar é pensar sobre o que nos acontece, sobre o sentido do que nos acontece ou sobre o significado da vida humana ou da vida biológica como tal. Diz-se assim que se tem uma "filosofia de vida". Mas este significado do termo certamente é muito amplo e vago. Até mesmo pensar não é a mesma coisa para todos.

Há um sentido menos comum, em que **filosofar** significa **saber viver**, ou melhor, saber viver com sabedoria, de acordo com uma doutrina, com

uma Filosofia. Assim há, por exemplo, sabedorias diferentes daquela ocidental. Por isso se fala dos sábios orientais Confúcio e Lao Tsé (China), Buda (Índia) e Zaratustra (Pérsia), mas as suas doutrinas ainda estão vinculadas à religião, e não caracterizadas por uma exclusiva racionalidade.

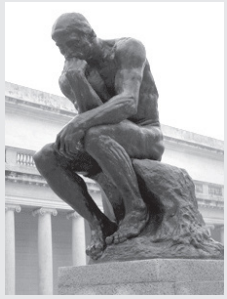
Existe, porém, um sentido mais específico e preciso de filosofar: procurar e/ou encontrar a verdade por meio de uma atividade racional. E a gente encontra a verdade porque precisa e deseja saber a verdade. E a verdade é necessária para viver. Mas nem todas as perguntas que fazemos são perguntas filosóficas, como nem todas as respostas são respostas filosóficas. Não é "filosófico" saber "que dia é hoje?", mas é filosófico perguntar "o que é o tempo?" O que é a verdade? O que é a mentira? O que é a liberdade? O que é a razão? São todas perguntas filosóficas. E sabemos que nem todos estão acostumados a fazê-las e tampouco consideram que sejam perguntas importantes.

A Atitude Filosófica

Embora a filosofia também consista em um determinado conteúdo de conhecimentos acumulados durante dois mil e quinhentos anos, que resultaram em uma multiplicidade de fragmentos e de livros, podemos dizer que **filosofar** é ter uma **atitude filosófica**. Mesmo que digamos que "de **filósofo** e louco todos têm um pouco", de fato são poucos os que têm esta atitude, exigindo-se para isso o conhecimento dos textos da História da Filosofia, mas também a criação do hábito de pensar de maneira rigorosa e crítica. Falamos, portanto, aqui da Filosofia que quebra com o nosso saber prático do dia a dia, e que nem sempre nos agrada, pois à primeira vista parece ser perda de tempo ou incômodo exagerado com as coisas, deixando-nos, quem sabe, angustiados demais, para além do conveniente.

SAIBA MAIS

Filósofo - Uma das imagens mais conhecidas para representar o filósofo é a do escultor francês Auguste Rodin (1840 - 1917) "O Pensador". Fonte: Dreamstime (2008).



Filósofo é quem não se contenta com as coisas óbvias. É quem toma distância em relação ao que acontece, para entender melhor o que acontece.

O antropólogo e educador brasileiro **Darcy Ribeiro** (1922- 1997) repetiu que **pensar é questionar o óbvio**. Assim, o filósofo parece desligado da realidade, vivendo nas nuvens, em coisas abstratas, distraído, perdido ou aparentemente alheio aos problemas concretos da vida. Reconhecemos também, em geral, que a atitude filosófica se confunde com uma **atitude crítica**, que – diga-se de passagem – não devemos confundir com "falar

mal", mas identificar como sendo a capacidade de perceber melhor o que estamos querendo conhecer, e aí podemos perceber se isso é um mal ou um bem. Neste contexto, o **filósofo é inimigo mortal de qualquer fanatismo, de qualquer dogmatismo.**

Como exemplo da visão depreciativa da filosofia temos a história do antigo sábio grego chamado Tales que, ao olhar para o céu a fim de entender os movimentos das estrelas, acabou caindo num poço. Ou com uma definição, ou ditado popular italiano, bastante conhecido: ***"a Filosofia é a ciência com a qual ou sem a qual tudo continua tal e qual!".***

Por mais que haja uma visão pejorativa a respeito dos filósofos e da filosofia, também é verdade que nunca se desconheceu a importância histórica e teórica da atividade filosófica. Não precisamos de muito para perceber que só povos historicamente importantes apresentam grandes pensadores. Por que isso? Mais ainda: podemos facilmente constatar que só existem grandes pensadores em momentos históricos importantes da vida de um povo. Um exemplo disso é o fato de haver grandes pensadores na Itália precisamente na Renascença, e não tanto depois, ou o fato de haver grandes filósofos na Inglaterra e na França dos Séculos XVII e XVIII, e não antes nem depois. Ou que aparecem filósofos importantes nos Estados Unidos a partir do Século XX, e não antes. Nesta mesma perspectiva, poder-se-ia dizer que o Brasil e os demais paises da América Latina até hoje nunca proporcionaram um grande filósofo nem sequer uma importante doutrina filosófica.

Um povo que não tem um grande filósofo ou filosofia não é autor de sua própria história, mas simplesmente imitador da história de outros povos ou culturas.

Todo filósofo é, por assim dizer, um porta-voz consciente de um povo, e nunca apenas um gênio tomado isoladamente. Hegel o dizia de maneira melhor: **cada filosofia é o próprio tempo em pensamento, e cada filósofo é, portanto, alguém que pensa o próprio tempo a partir da sociedade em que vive. Filósofo não inventa a realidade, mas interpreta a realidade em que vive. Ele eleva a um conceito o que é real.**

Claro que podemos ter filósofos que privilegiam uma visão mais conservadora do próprio tempo ou do próprio povo e outros - talvez mais raros na História da Filosofia – que acentuam a crítica à própria situação e por isso são mais utópicos. Mas nenhum pensador se tornou importante ou se tornou um clássico deixando de se preocupar com a própria situação, com as raízes do que acontece. Por isso, se pode afirmar que toda filosofia é e deve ser radical, pois não se contenta em ficar na superfície das coisas, mas procura ir às raízes (por isso, radical), busca desvendar os porquês das coisas.

O filósofo faz perguntas do tipo: o que é a realidade? Como a realidade é? Por que a realidade é assim? Ele procura a essência, o significado e a origem do que quer conhecer. **Essência** é aquilo que torna uma coisa

aquilo que ela é. Por isso toda definição sempre tem a ver com a essência. Por exemplo, para definirmos o ser humano como "animal racional". Neste caso, a essência humana consiste em ser animalidade e racionalidade. Não é, pois, da essência humana, ser da raça branca ou amarela ou negra, assim como não pertence à essência de uma flor o fato de ser amarela ou vermelha.

O filósofo reflete. Falar de **reflexão** lembra o espelho no qual a gente se reflete. Pois bem: filosofar é refletir. É um movimento de volta sobre si mesmo. Refletir é pensar o próprio pensamento. Refletir é, por exemplo, tomar o próprio eu como objeto de compreensão. Sujeito é quem é capaz de ser objeto para si mesmo. É isso que distingue o ser humano dos animais, que são incapazes de se verem como objeto...

É esta capacidade humana que nos distingue dos seres animais: se dissermos que os animais conhecem, os seres humanos conhecem que conhecem, sabem que sabem. Por isso somos capazes de rir de nós mesmos. De toda forma, quem prefere uma vida tranquila, uma vida mais grudada ao cotidiano, ao terra-a-terra, fica longe da Filosofia. E quem quer alcançar maior profundidade, quem gosta de chegar às raízes, ser mais radical, vai precisar dela, mesmo que isso não lhe venha a trazer certezas ou tranquilidade... e talvez nem felicidade.

O pensador alemão contemporâneo Theodor Adorno disse que só se põe a filosofar quem suporta a contradição, o conflito. Quem gosta de tranquilidade, não vai querer fazê-lo.

Talvez devamos afirmar que o filósofo é quem assume correr o risco de viver mais inseguro, ter cada vez mais perguntas, e não respostas.

Esta atitude filosófica deve ser claramente separada da mera opinião ou dos gostos pessoais. Não é filosófico dizer "eu acho que", "eu gosto de"... A filosofia estabeleceu-se como saber lógico, rigoroso, concatenando as afirmações entre si, superando, como dissemos, o senso comum.

Especificidade do Conhecimento Filosófico

Vamos insistir ainda mais em compreender o que é a filosofia, embora possamos afirmar que só sabe bem o que é filosofar quem realmente o faz. Com a pensadora brasileira **Marilena Chauí**, que nos serve de apoio para várias observações feitas nestas páginas, podemos dizer que, do ponto de vista mais específico, a filosofia se apresenta com quatro definições gerais:

- em primeiro lugar, falamos de **visão de mundo** de um povo, de uma cultura. Visão de mundo é um conjunto de ideias, de valores e de hábitos práticos de um povo, que fazem com que se defina uma identidade do povo. Mas definir assim a Filosofia nos faz confundi-la com cultura, o que não convém;

- em segundo lugar, identifica-se a filosofia com a **sabedoria de vida**, ou como "filosofia de vida". Neste caso provavelmente incluiríamos como "filosofias" o Budismo, o Cristianismo, e não conseguiríamos distinguir entre filosofia e religião, o que também não convém;

- em terceiro lugar, filosofia é **esforço racional, sistemático, rigoroso**, para conceber o Universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido (CHAUÍ, 1995, p. 16). E esta definição corresponde mais claramente com a História da Filosofia. Assim conseguimos perceber a diferença entre religião e filosofia. Aquela tem por base a fé, pela qual se aceitam verdades não demonstráveis e que tantos considerarão até mesmo irracionais. Claro que isso não significa que, sob todos os pontos de vista, as verdades de fé não sejam aceitáveis, ou até mesmo razoáveis, como tentou fazer um pensador da qualidade de **Tomás de Aquino**, que se esforçou por mostrar que as verdades cristãs não eram contrárias à razão; e

- em quarto lugar, a filosofia é admitida como **fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas** (CHAUÍ, 1995, p. 17): ela preocupa-se costumeiramente com os princípios do conhecimento (por exemplo, do conhecimento científico, o que chamamos **epistemologia** ou **teoria do conhecimento científico**), com a origem, a forma e os conteúdos dos valores éticos, políticos e estéticos.

Assim, a filosofia **é reflexão, é crítica, e é análise**. Mas isso não a torna sinônimo de ciência, mas uma reflexão crítica sobre a ciência; não a torna uma religião, mas uma análise crítica sobre o sentido da experiência religiosa e sobre a origem das crenças; nem a identifica com a psicologia, com a sociologia, a história ou a ciência política, por mais que estas ciências do fenômeno humano tenham parentesco histórico com ela. Neste caso, se costuma dizer que **as ciências humanas (e as ciências em geral) estudam "o quê" e o "como" dos fenômenos, enquanto a filosofia estuda o "porquê" e o "que é", os conceitos.**

TEXTO COMPLEMENTAR

Veja mais informações sobre o que é filosofia nos textos indicados a seguir.

- EWING, A. C. O que é filosofia e por que vale a pena estudá-la. Disponível em: <**http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ewing.htm**>. Acesso em: 1º abr. 2014. Não deixe de ler este artigo interessante.

- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995. Sugere-se a leitura da Unidade 1 – A Filosofia, para aprofundar a temática e confrontar com o que se diz aqui. O livro está acessível na sua íntegra em: <**www.cfh. ufsc.br/~wfil/convite.pdf**>. Acesso em: 1º abr. 2014. Vale a pena!

Os Gregos Inventam a Filosofia

A filosofia, essa forma de conhecimento sistemático, tem uma história de mais de dois mil e quinhentos anos. Nascida na Grécia Antiga, ali se consolidou, tornando-se uma das principais marcas da civilização ocidental.

Os gregos, desde os primórdios (por volta de 1500 a. C., com a civilização micênica), se concentraram nas costas do Mediterrâneo em pequenas e distintas nações, constituindo posteriormente cidades independentes e rivais entre si. Cada cidade com sua cultura, seus hábitos, sua política. Mesmo assim, foi criada uma comunidade de língua e de religião, o que fez com que se constituíssem em um povo, aos quais se opunham todos os que não falavam o grego. Eram os bárbaros, e "bárbaro" significa precisamente aquele que não fala o grego.

A **genialidade grega**, reconhecida historicamente – alguns falam do "milagre grego" –, foi afirmada por Homero, pintores, escultores, ceramistas, e pelos primeiros nomes da Ciência e da Filosofia: Tales de Mileto, Heráclito, Anaximandro, Xenófanes e Parmênides. Além da região conhecida como Grécia, havia também a Magna Grécia, incluindo partes do sul da Itália peninsular (Tarento, Nápoles, Crotona) e insular (Siracusa, Agrigento, cidades da Sicília). Ali viveram pensadores como Pitágoras, Empédocles, e foi para Siracusa que depois viajou Platão para tentar aplicar sua teoria.

SAIBA MAIS

Genialidade grega - Você poderá informar-se mais sobre Homero, Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eléia, Pitágoras, Sólon, Péricles, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Heródoto, Tucídides, Sócrates, Platão, Aristóteles, e sobre Estoicos, Epicuristas e Céticos, em algum livro de História da Filosofia, ou então, mais facilmente, pela Internet, cuidando para escolher sites de qualidade.
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Atenas - Pomenor da "Escola de Atenas".
Fonte: Il Rinascimento Italiano e L`Europa. Volume Primo Storia e Storiografia (2005, p. 691).

Entre as cidades-estado foi consolidada, por volta dos Séculos VI e V a. C., a importância de Esparta e Atenas, esta última realizando e sofrendo grandes alterações sociais e políticas, com Sólon, Clístenes e Péricles, e com o desenvolvimento do comércio e a expansão da colonização grega.

Você lembra da Guerra do Peloponeso (431-401 a.C.), entre Atenas e Esparta, através da qual se afirmou a superioridade da primeira?

Atenas criou a democracia direta, e neste contexto surgem as artes, as tragédias e as comédias. Depois disso se consolida em Atenas a Filosofia, mostrando que a vida da cidade, a política, é um chão propício no qual pode germinar melhor a atividade filosófica. É em Atenas que vivem os grandes trágicos Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, o autor de comédias, Aristófanes, e os primeiros historiadores, Heródoto e Tucídides. Na mesma cidade, os filósofos Anaxágoras e Demócrito lecionaram, assim como fizeram os sofistas, os primeiros professores que se fizeram pagar pelo ensino. E depois, os **três maiores expoentes da filosofia grega: Sócrates, Platão e Aristóteles**. Sócrates (470/469-399 a. C.), condenado à morte por um governo tirânico, o seu discípulo Platão (428/427-348/347 a. C.), fundador da Academia, e Aristóteles (384 a. C. – 322 a. C.), criador do Liceu, professor de Alexandre Magno, jovem imperador que viria a confirmar, depois de seu pai Felipe já ter conquistado a Grécia, o fim da autonomia das cidades-estado, estabelecendo o império macedônico, sucedido pelo domínio romano da Grécia. Deixam de existir as cidades-estado autônomas e passa a existir a ideia de império, onde praticamente já não é mais possível ao cidadão participar da vida política, obrigando-o a encontrar o sentido da sua vida fora desta.

Podemos, de passagem, afirmar que é este o momento em que se começa a dar valor ao indivíduo e à vida privada. É o momento em que a política começa a perder a primazia. Por outro lado, passa então a existir uma ideia de "universalidade" também na política, e isso facilita o estabelecimento da mesma religião para todos, de um só deus para todos, o que vai se consolidar depois, com a implantação da doutrina judaico-cristã no mundo greco-romano.

Em todo caso, o imperador Alexandre contribuiu para que a cultura grega, que ele aprendeu com seu mestre Aristóteles, se expandisse pelo Oriente Médio. Como não lembrar dos períodos "helênico" ou "alexandrino", que não só conservaram as obras clássicas do pensamento grego com a posterior criação da famosa **Biblioteca de Alexandria**, no norte e África, mas também continuaram atraindo para as novas cidades artistas, sábios e homens letrados. Em todo caso, a Filosofia grega não morre, continua em Roma e depois floresce em toda a Europa, a partir do casamento feito entre a racionalidade grega e a nova religião, o Cristianismo, que aos poucos deixa de ser uma religião marcada pela mentalidade oriental e passa, sobretudo a partir da obra de Paulo de Tarso (o apóstolo São Paulo), que é de formação grega, a mesclar a nova religião com o pensamento racional grego. Este casamento entre razão grega e religião judaico-cristã foi a base da Idade Média e – como se reconhece cada vez mais – a base da própria tradição moderna. Por tudo isso se pode dizer que a filosofia é filha da Grécia e que o Ocidente tem lá o seu berço.

SAIBA MAIS

Biblioteca de Alexandria - Durante mais ou menos sete séculos, entre os anos de 280 a.C. a 416, a biblioteca de Alexandria reuniu o maior acervo de cultura e ciência que existiu na Antigüidade. Ela não foi apenas um enorme depósito de rolos de papiro e de livros, mas tornou- se uma fonte de instigação para que os homens de ciência e de letras desbravassem o mundo do conhecimento e das emoções, deixando assim um notável legado para o desenvolvimento geral da humanidade. Fonte: Schilling (2008).

O Sentido da Filosofia

A palavra **filosofia** é originariamente grega: philos (amigo) + sophia (sabedoria). Filosofia significa, portanto, amizade pela sabedoria, amor pelo saber. De saída já se poderia dizer: para ser filósofo se deve amar, e não se pode odiar. O filósofo é o amigo, o amante da sabedoria.

Lembremos, porém, que amante não é alguém que é dono daquilo ou de quem ele ama, mas é alguém que pretende sê-lo, e não consegue ser dono, nem deve ser dono. Quando se possui o objeto amado (coisa ou pessoa), o amor acaba. Assim, filósofo é quem, como já dissemos, procura chegar ao fundamento último, à essência ou à raiz das coisas e dos problemas.

A concepção da filosofia como procura amorosa da verdade, procura da compreensão da realidade, pode ser atribuída a Sócrates, como veremos no final do Capítulo 1, quando apresentaremos e discutiremos as duas concepções de filosofia, a de Sócrates, presente no livro de Platão chamado *O Banquete*, e a de Platão, presente no mais famoso livro dele, *A República*.

A busca da verdade está vinculada à aposta e ao desejo de organizar a vida individual e social ou política de maneira mais objetiva, sólida e permanente. E isso se faz fundamentando a verdade na razão, e não em alguma crença ou alguma opinião interessada ou interesseira. É importante insistir nisso para não pensarmos que a filosofia existiu sempre, ou que ela seja uma invenção casual de algum gênio, e não uma criação que se inscreve num contexto histórico favorável a tal saber.

Filosofia é, pois, um esforço para resolvermos de maneira nova os problemas enfrentados na vida em sociedade.

Hegel, um dos grandes pensadores modernos, irá escrever no Século XIX que os **gregos inventaram** a filosofia por terem sido o primeiro povo que, ao tentar resolver seus problemas, o fez como se estivesse resolvendo os problemas de todos os seres humanos, de todos os povos, para todos os tempos. É isso que caracteriza a razão como fundamento da objetividade do conhecimento, de um **saber objetivo e neutro**, de

um saber com **validade universal**. Portanto, não é a ciência, como tantas vezes se pensa, o primeiro conhecimento objetivo, neutro e universal da realidade, mas é a filosofia que teve por primeiro esta pretensão, sendo ela, por isso, a raiz da ideia moderna de ciência.

Especialista no estudo do pensamento antigo, Jean-Pierre Vernant (2002) afirma que os gregos inventaram a filosofia não simplesmente para satisfazerem uma curiosidade de entender as coisas, como dizia Aristóteles, mas para resolverem um problema prático, ético e político.

E qual é este problema? Responder às seguintes perguntas: como encontrar uma solução segura e definitiva para os problemas políticos? Como encontrar um jeito para que se estabeleça uma ordem, uma harmonia, a justiça, na convivência humana, e para que a solução valha não apenas para aquela ocasião, mas para todas as ocasiões e para todos os povos?

Diante desse problema, aparece a extraordinária solução grega, que constitui, como dissemos, o **nascimento da filosofia e da ciência** como tal: para resolvermos com segurança e vigor os problemas devemos encontrar um fundamento sólido. **Este fundamento sólido é a razão, que está presente na realidade, na natureza, mas também no ser humano.**

Ao invés de fundamentar as soluções dos problemas éticos e políticos nos sentidos (audição, olfato, tato, visão), nos sentimentos mutáveis, nos interesses de grupo ou pessoas, nas opiniões das pessoas, opiniões que mudam, se busca encontrar uma solução firme, eterna, imutável, sólida, objetiva, neutra, universal, que valha não só pra mim, mas para todos os seres humanos. E esta solução está na razão, que é única, que funciona em tudo e em todos os seres humanos do mesmo jeito, e por isso, se formos fiéis à razão, chegaremos a uma verdade segura, assim como a desejamos.

Dissemos que a filosofia é grega, portanto ocidental. Por isso, por mais que haja uma sabedoria oriental, por mais que alguém possa valorizar mais a cultura oriental, esta não deveria ser chamada de "filosofia oriental", pois a cultura do Oriente se fundamenta em dois princípios que nunca coincidem, que nunca deixam de ser contrários: o *Yin* e o *Yang*. O *Yin* é o princípio feminino passivo da natureza, enquanto o *Yang* é o princípio masculino ativo na natureza. Por isso, convém dizer que a filosofia só existe a partir da Grécia antiga, pois só a partir daí se consegue ver as coisas como uma unidade, como algo compreensível pela razão, enquanto que para o oriental isso nunca é possível.

De fato, a filosofia tem como princípio e característica a unidade da realidade, a unicidade do fundamento, a unicidade da razão. Na filosofia sempre buscamos e acabamos afirmando um princípio único, e só por isso também será possível afirmarmos que há um cosmos, ou seja, uma ordem. Não se trata de dizer que a sabedoria oriental é melhor ou pior do que a filosofia, que é a sabedoria ocidental, mas se trata de assinalar que são saberes diferenciados e incompatíveis. Isso é importante para

termos clareza e entendermos melhor a **distinção entre Oriente e Ocidente**, e também para tentarmos compreender o que levou o Ocidente a ser vitorioso sobre o Oriente, pelo menos sob certos pontos de vista.

E insistimos: o nascimento da filosofia entre os gregos também é, de certa forma, o nascimento da ciência como tal. Na Antiguidade e na Idade Média praticamente os dois conceitos se equivalem, enquanto **ciência** e filosofia se baseiam na razão, em contraposição a outros saberes que não partem de uma fundamentação racional, como é o caso da **mitologia** ou da **teologia**, que incluem em si, necessariamente, uma crença ou a fé. Só na modernidade é que foi estabelecida mais claramente uma distinção entre filosofia e ciência.

A filosofia continua mantendo como característica apretensão de conhecer o todo como tal, o estudo dos "porquês", enquanto a ciência (moderna) nasce e se consolida como o conhecimento da realidade a partir do estudo das partes e enquanto estudo do "como" da realidade.

À ciência, por exemplo, não interessa saber por que existe uma lei natural, mas qual é tal lei, e como a realidade funciona de acordo com esta lei. Mas interessa à filosofia perguntar por que há leis, quais os princípios destas leis. A ela interessam as causas últimas, e não a causa mais imediata, como faz a ciência. Esta forma de conhecer é bastante recente, tendo cerca de quatrocentos anos, com a contribuição importante de Copérnico, Galileu, Bacon e Newton. Esta ciência nasceu com a pretensão de permitir ao ser humano ter um controle prático da natureza, um domínio sobre ela, para que o ser humano se torne senhor da natureza e senhor de si mesmo. Conhecendo a natureza, o ser humano liberta-se dela, e pode dispor dela para seu próprio interesse. É o que expressa a conhecida frase de Francis Bacon: "saber é poder". Esta forma de conhecimento possibilita um conhecimento sistemático e seguro, com a formulação de leis (naturais ou sociais), permitindo dessa maneira um agir mais seguro para os seres humanos. Pode-se assim romper com crenças e práticas supersticiosas, afastando temores brotados da ignorância, vencendo normas tradicionais de conduta e resolvendo novos problemas. Por isso, a ciência é, sobretudo, um método de investigação, uma lógica geral empregada para garantir uma certeza maior e até infalível, uma objetividade, uma imparcialidade ou neutralidade, para estabelecer melhor uma relação entre causas e efeitos, em suma, para responder de forma mais precisa às perguntas formuladas pelos estudiosos.

Antes de procurar definir melhor o que é a filosofia, vale a pena repetirmos que existem várias formas de conhecimento humano. E não podemos esquecer, além das formas já citadas (mitologia, teologia, ciência, Filosofia), o conhecimento mais comum, chamado em geral como "senso comum". É o conhecimento que recebemos de uma geração para outra, e que nasce do esforço que os seres humanos fazem normalmente para resolver os problemas práticos e imediatos que surgem no dia a dia (por exemplo, formas de organizar a vida comunitária, formas de sobreviver frente ao clima e frente à natureza, como fazer habitação, vestuário,

plantio, colheita, conservação de produtos, alimentação, cuidado com saúde, e, mais recentemente, uso da técnica etc.). Por exemplo, o camponês sabe plantar e colher segundo hábitos e normas que aprendeu dos pais, usando técnicas herdadas de seu tempo e de sua comunidade, e hoje aprendemos a usar o carro ou outros meios técnicos a partir do ensino passado por quem já o faz. Isso acontece de maneira espontânea e prática, não de forma rigorosa e sistemática, conforme ocorre com o conhecimento científico. Pelos exemplos também percebemos que o senso comum muda historicamente por influência do saber científico e tecnológico. Assim, o senso comum é, sobretudo, um saber fazer, mais do que um saber puramente teórico, sem que se conheçam os motivos pelos quais algo se faz assim e não de outro modo. Por isso, o senso comum tem a ver com uma crença, embora não se trate de uma crença, mais teórica, que repercute na vida das pessoas através de outra forma de conhecer, que é a crença religiosa, pela qual os seres humanos definem o sentido da vida, e aquilo que eles devem fazer para viver melhor ou para ter uma vida feliz depois da morte.

Mesmo que ao senso comum pertençam elementos do saber científico, da teologia, da mitologia e da própria filosofia, na medida em que tais saberes se tornaram comuns no comportamento cotidiano das pessoas e nas relações entre elas, e mesmo que o senso comum seja, por conseguinte, o saber mais presente na existência de cada um de nós, isso não impede que devamos distinguir entre os saberes. E por isso insistimos em **definir a filosofia**.

Todos sabem, inclusive os matemáticos, o que é a matemática. Todos os químicos concordam com a definição da química. O mesmo acontece, mais ou menos, com os biólogos, os físicos, os médicos, os engenheiros, os sociólogos, os historiadores, os psicólogos. Mas, ao contrário do que acontece normalmente com cada uma das ciências naturais ou humanas, percebemos que há praticamente uma definição para cada filósofo ou cada doutrina filosófica. Esta pluralidade de definições da filosofia, mesmo que todas mantenham a ideia de se tratar de uma tarefa executada racionalmente, não só serve para suscitar em nós uma perplexidade ou uma insegurança, mas também nos convida para que também nós sejamos mais críticos com qualquer doutrina ou verdade que nos for apresentada. E com isso também nós nos tornamos mais racionais, ao mesmo tempo em que perceberemos melhor o alcance e os limites da própria razão. Neste sentido, há motivos para continuar afirmando como o sábio Sócrates: que o ato de filosofar em última instância nos leva a perceber que sabemos pouco, ou então, que quanto mais pensamos, mais percebemos o limite de nosso conhecimento. Mas **para se saber que sabemos pouco é indispensável estudar e pensar muito.** Isso, aliás, também acontece entre os cientistas: em geral os grandes cientistas são os que mais reconhecem a precariedade do conhecimento científico, enquanto os cientistas medianos ou medíocres tendem a se apresentar como gênios. Em geral, quem pensa pouco e sabe pouco, imagina saber muito.

Platão, um dos maiores filósofos de todos os tempos, reconhece (e o faz em duas ocasiões!) que seu mestre Sócrates é muito mais sábio do que ele. E a prova apresentada por Platão para sustentar isso é bem surpreendente: ele diz que Sócrates é mais sábio porque nunca escreveu um livro ou um artigo! Sócrates nunca se considerou capaz ou no direito de fixar uma verdade por escrito. Isso nos levaria a dizer hoje – e não seria apenas em tom de brincadeira! – que Sócrates é um trabalhador intelectual "improdutivo"!

Se a filosofia, por um lado, é uma atitude diante dos acontecimentos e diante da vida em geral, por outro é também um campo do saber humano, ao lado das ciências, sociais e naturais, da tecnologia, da teologia, da mitologia, do senso comum. Por mais que ela não possa ser vista como um determinado conteúdo (não tem sentido dizer "a filosofia afirma que...."), pode-se afirmar que há "filosofias" de períodos históricos diferentes (Filosofia **Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea**), "filosofias" de perspectivas diferentes (Filosofia Grega, que se confunde com Filosofia Antiga, Filosofia Cristã, que em geral se identifica como Filosofia Medieval) e "filosofias" de países diferentes (Filosofia Alemã, Francesa, Italiana, Inglesa, Norte-americana...). Por fim, fala-se da "filosofia" de cada filósofo (Filosofia Cartesiana, Kantiana, Platônica, Tomista, Marxiana, e assim por diante).

TEXTO COMPLEMENTAR

Amplie seus conhecimentos através das obras indicadas a seguir.

- Sugerimos, para a relação entre Filosofia e Mitologia, entre Filosofia e Tragédia, a obra do grande especialista francês: VERNANT, Jean- Pierre. *Entre mito e política*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

- Sobre o debate entre filósofos e sofistas, ver, por exemplo: GADAMER, Hans Georg; HÖSLE, Vittorio; VEGETTI, Mario. (Entrevista). *As raízes do pensamento filosófico*. Trad. de Selvino José Assmann. Disponível em: <**http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/textos.htm**>. Acesso em: 1º abr. 2014.

ATIVIDADES

Para verificar sua compreensão quanto aos textos, expostos até aqui, separamos algumas questões para você responder. Escreva com suas próprias palavras! Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

1. Com base no texto apresentado, qual o motivo prático que levou os gregos a inventarem a filosofia, uma forma de saber que

pretende ser neutra, objetiva, universal, única, distinta da religião e do senso comum?

2. Procure descrever o que se entende por filosofia no senso comum. Pergunte a algumas pessoas conhecidas, e verifique qual a diferença com o conceito que os gregos deram à filosofia.

3. Qual a comparação que podemos fazer entre a filosofia e a ciência moderna, que também defende, tantas vezes, a neutralidade e a objetividade?

Características Gerais da História da Fillosofia

Vamos dar continuidade aos nossos estudos fazendo breve referência aos principais períodos da História da Filosofia. Como informação geral, vale a pena lembrarmos a distinção que se faz entre quatro grandes períodos desta História, que praticamente coincidem com a periodização da História Universal, com uma única e óbvia exceção: a História começou no Oriente, enquanto a Filosofia começa no Ocidente, num determinado momento do período histórico denominado "antigo". Sabemos que todas as periodizações são questionáveis, e também a da filosofia. Sem entrar em pormenores, mantemos aqui a periodização mais aceita pelos historiadores.

De acordo com a periodização mais aceita pelos historiadores, a Filosofia é dividida em quatro grandes períodos:

- **Filosofia Antiga:** do Século VI a. C até o Século V d.C.
- **Filosofia Medieval:** do Século V d. C. até o Século XIV ou XV.
- **Filosofia Moderna:** do Século XV/XVI, período da Renascença, passando pelos Séculos XVII e XVIII, e alcançando o período do Iluminismo, Século XVIII e metade do Século XIX.
- **Filosofia Contemporânea:** da metade do Século XIX até hoje.

A Filosofia Antiga

Já falamos da **Filosofia Antiga**, e ainda vamos falar a respeito de Sócrates e Platão. Costumeiramente, admitem-se três fases na história da filosofia Antiga, que aconteceram sobretudo em Atenas e, depois, em Roma:

- o **período pré-socrático ou cosmológico**, em que a filosofia se ocupa principalmente com a origem do mundo e as causas das transformações da natureza;
- o **período socrático ou antropológico**, ocorrido entre o final do Século V até o final do Século IV a.C., cujas figuras principais são Sócrates, Platão e Aristóteles, em que o objeto de estudo da filosofia passa a

ser o homem, sua vida política e moral, e sua capacidade de conhecer as coisas; e

- o **período helenístico ou greco-romano**, entre o final do Século III a. C até o Século II d. C, quando começa a consolidar-se a supremacia da visão cristã, sobretudo com o pensamento de Santo Agostinho. Neste período, deixa-se de acreditar em soluções mais coletivas para a vida humana e se começa a introduzir uma saída individual, consolidando-se uma nova ética e uma política que deixa de ser vista como boa. É o período em que predominam as doutrinas dos **estoicos, dos epicuristas e dos céticos**. Neste período, as doutrinas filosóficas helenísticas deixaram de ter sua sede em Atenas, e Roma passara a ser o lugar em que tais doutrinas continuaram consolidando-se e modificando-se.

SAIBA MAIS

Estoicos, epicuristas e céticos - envolve tanto o pensamento grego, quanto o pensamento romano que predomina entre o fim da autonomia das cidades-estado gregas, com a morte de Alexandre Magno em 323 a.C.l, e a conquista do Antigo Egito em 30 a.C. pelos Romanos, e, mais ainda, com a gradual afirmação da perspectiva cristã. Juntos, estoicismo, epicurismo e ceticismo constituem o Helenismo.

Os estoicos - chamados assim, pois se reuniam em Atenas perto do pórtico, em grego stoa-apregoam o ideal da fraternidade universal, contrário, portanto, à escravidão, e defendiam o ideal da vida austera. Por isso, até hoje se mantém o termo "estoico" com este sentido de austeridade, de capacidade de suportar o sofrimento.

O epicurismo - chamado também de escola do Jardim, porque ali se reuniam os discípulos de Epicuro, defende o valor da vida humana individual, o bem-estar, o prazer espiritual e físico como fim da existência humana.

Os céticos - insistem em dizer que os seres humanos, por mais que o queiram, não conseguem conhecer a realidade de forma objetiva e neutra.

De toda maneira, as doutrinas helenísticas (estoicismo, epicurismo e ceticismo) têm sido cada vez mais reconhecidas como importantes para se compreender **a passagem gradual do predomínio da cidade e da comunidade, para o predomínio do indivíduo.** Para Platão e Aristóteles, o ser humano realiza-se unicamente como membro da comunidade política, como cidadão, e não pode conseguir a felicidade individualmente. Com o fim da autonomia das cidades gregas, e com o surgimento do império macedônico, através de Felipe e Alexandre Magno, a cidade deixa de ser o lugar principal de realização humana – até pela distância que ocorre entre governantes e governados – e surge a ideia da igualdade de

todos os seres humanos e a concomitante ideia de indivíduo, ser isolado da comunidade e que passa a ser encarregado individualmente pela sua realização e felicidade.

Neste contexto, podemos afirmar que a ideia de uma fraternidade universal nasce antes do Cristianismo, mas com um objetivo político: se todos são iguais, todos estarão submetidos da mesma forma à mesma lei do império. Com o Cristianismo, surgirá uma fraternidade com outro sentido: todos são filhos do mesmo Deus, e por isso os seres humanos são irmãos e como tais ficarão submetidos aos mandamentos de Deus, e não do único imperador. É neste período que surge também o conceito de **lei natural**, que servirá tanto para os cristãos (mostrando que é possível seguir a lei natural e obter a salvação eterna quando alguém não fosse formalmente um cristão) quanto para os modernos (sobretudo a Teoria do Contrato Social, que tem por base a distinção entre estado de natureza e estado civil). Se pensarmos mais no início da tradição cristã, importa lembrar o debate entre os Padres, nome dado aos teólogos de tradição oriental (patrística oriental) e àqueles de tradição greco-latina (patrística ocidental).

Os teólogos e pastores de tradição grega e latina lutam – e discutem muito entre si e não só contra os não-cristãos – para que o Cristianismo como instituição, que estabelece sua sede em Roma, passe a adotar a racionalidade grega a fim de conseguir convencer e converter pagãos à nova verdade, mesmo que a doutrina original de Jesus Cristo tivesse sido apresentada nos moldes da cultura oriental, ou melhor, na sua vertente semita. Veja um exemplo: na tradição oriental, não é possível separar o corpo e alma. Sendo assim, quando alguém morria, era considerado morte do ser humano inteiro, e não apenas o corpo; e isso era admitido também pelos primeiros cristãos de tradição oriental. Já de acordo com a mentalidade dualista grega, só morria o corpo, como se pensa até hoje entre nós. E ambos eram cristãos. Naquele tempo, portanto, um cristão que dissesse que quando se morre, morre também a alma, não deixaria de ser considerado cristão! Foi nos primeiros séculos do Cristianismo que se decidiu, aos poucos, como dogma, a separação entre corpo e alma, o que constitui a vitória da tradição greco-romana no Cristianismo. A figura mais importante para que isso acontecesse foi **São Paulo**, o apóstolo de formação grega, que convenceu Pedro a estabelecer-se em Roma, sede do Império Romano, como chefe da nova comunidade religiosa.

Houve assim – poderíamos dizer – uma **racionalização de uma verdade religiosa**, racionalização que se tornou fundamental para a história da Idade Média, mas também da Idade Moderna. E a teologia, "ciência sobre Deus", é sinal desta racionalização. Isso fez com que os teólogos mostrassem que acreditar em Deus não vai contra a razão, mas combina com ela. E também contribuiu para que um filósofo moderno como Hegel dissesse que a modernidade é a definitiva realização do Cristianismo, e não a ruptura com este, conforme costumamos dizer ao apresentarmos a Idade Média como Idade das Trevas.

A Filosofia Medieval

A **Filosofia Medieval** inclui pensadores europeus, árabes e judeus. É o período de cerca de mil anos em que predomina a Igreja Católica Romana, e se criam, ao lado das catedrais, as primeiras Universidades, cujo curso principal era a Teologia, sendo a Filosofia uma "serva da Teologia".

Antes de mais lembremos que o Cristianismo nasceu no Oriente, e depois começa a difundir-se pelo Ocidente, a começar por Atenas e continuando por Roma. A figura mais importante para a difusão da doutrina de Jesus Cristo no mundo greco-romano é Paulo de Tarso. Basta lermos uma passagem de um texto clássico, como os Atos dos Apóstolos, que narra o encontro de São Paulo com os atenienses:

> Enquanto Paulo os esperava em Atenas, o seu espírito se revoltava, em face da idolatria dominante na cidade.... Alguns dos filósofos epicureus e estóicos (sic) contendiam com ele, havendo quem perguntasse: Que quer dizer esse tagarela? E outros: Parece pregador de estranhos deuses, pois pregava a Jesus e a ressurreição. Então, tomando-o consigo, o levaram ao Areópago, dizendo: Poderemos saber que nova doutrina é essa que ensinas? Posto que nos trazes aos ouvidos coisas estranhas, queremos saber que vem a ser isso. Pois todos os de Atenas, e os estrangeiros residentes, de outra coisa não cuidavam senão dizer ou ouvir as últimas novidades. Então Paulo, levantando-se no meio do Areópago, disse: Senhores atenienses! Em tudo vos vejo acentuadamente religiosos; porque passando e observando os objetos do vosso culto, encontrei também um altar no qual está escrito: AO DEUS DESCONHECIDO. Pois esse que adorais sem conhecer, é precisamente aquele que eu vos anuncio. (At. 17, 16-23)

O texto mostra claramente que o apóstolo Paulo, para difundir a nova doutrina religiosa, discute com os filósofos (epicureus e estoicos), e se esforça para apresentar o Cristianismo não como ruptura, mas como um complemento e um acabamento da teologia e da filosofia grega. Por mais que possamos assinalar que a atitude de Paulo seja retórica, não podemos deixar de reconhecer que foi esta aproximação com a filosofia antiga que possibilitou a implantação gradativa do Cristianismo. Sem tal aproximação não seria possível entender a expansão da doutrina cristã no mundo grego e depois no mundo romano, a partir do qual depois se espalha pela Europa, tornando-se base da cultura ocidental.

O Cristianismo, por mais que levasse séculos para se instaurar mais amplamente, lutando contra as outras religiões tradicionais, só passou a ser predominante a partir do Século IV, com o imperador Constantino, o primeiro governante católico, e que vinculou o Cristianismo ao poder constituído no império. Mais precisamente, é sob o governo de Teodósio, em 380, que se define a doutrina ortodoxa cristã como religião de Estado. Foi nos primeiros séculos que o Cristianismo obteve apoio, sobretudo nas classes mais baixas da sociedade, se espalhando posteriormente pelos grupos dirigentes da vida urbana imperial. No início foram suportados ou admitidos dentro da comunidade cristã modos de viver e de pensar bas-

tante diversos, mas depois a Igreja precisou definir melhor seu núcleo doutrinário, sua ortodoxia, seus dogmas, as verdades que todos devem aceitar, ao mesmo tempo em que estabeleceu a estrutura hierárquica a que todos devem obedecer.

Assim, se inicialmente foram admitidas tanto uma visão oriental quanto uma visão ocidental, ou greco-romana, depois se tornou vitoriosa a leitura ocidental desta religião, nascida, como todas as outras religiões, no Oriente. Nos primeiros séculos, ainda considerados como parte da antiguidade, foi Platão que manteve uma hegemonia teórica dentro do Cristianismo; bem mais tarde, a partir do séc. XII, o filósofo grego que marcou o pensamento cristão foi Aristóteles, que no início era rejeitado por ser considerado materialista demais.

Contudo, o conceito de Idade Média gerou controvérsias há longo período. Durante bom tempo, por influência do pensamento renascentista e moderno, este período foi entendido como um intervalo cronológico entre duas culturas (a antiguidade clássica e a renascença), como idade das trevas ou das sombras, em que nada de importante aconteceu no campo da arte, da ciência e da filosofia. No entanto, por causa dos estudos cada vez maiores sobre a história da época e também pela crítica que se passou a fazer ao pensamento moderno, que deixou de ser visto apenas como solução de todos os problemas individuais e sociais, a Idade Média passou, sobretudo nos últimos decênios, a significar um período decisivo para se entender a história do Ocidente, e não só pela grande arquitetura (catedrais românicas e góticas), ou pela construção das primeiras universidades, como Bolonha, Pádua, Paris e Oxford, mas também pela formação gradual das línguas latinas (italiano, francês, espanhol e português) com seus grandes literatos. Por tudo isso, e também pelo debate teórico havido, não teve mais sentido falar de "idade das trevas".

Podemos dizer, portanto, que as características principais da Filosofia Medieval são as que seguem:

- a estreita relação entre filosofia e religião, ou melhor, entre filosofia e teologia; e

- a forte presença de Aristóteles em todos os campos do pensamento teórico (lógica, ética, metafísica), o que ocorreu depois da influência inicial da obra de Platão. A influência de Aristóteles foi consagrada pela presença do grande pensador cristão, que é Santo Tomás de Aquino (1225-1274), cujo tema maior foi defender uma conciliação entre razão e fé, entre Cristo e Aristóteles, o que marcou o período medieval mais do que qualquer outra coisa.

Com o Cristianismo houve continuidade e ruptura com a Idade Antiga, assim como a Idade Moderna é continuidade e ruptura com a Idade Média, e não apenas ruptura. E nestas continuidades nem sempre se conserva o pensamento anterior na sua forma correta, mas se introduzem adaptações e até deformações. Ao mesmo tempo, há rupturas mais

evidentes. Neste sentido, na Idade Média, rompeu-se com a cultura e a filosofia antiga ao se introduzir a ideia de que o mundo não é eterno, mas tem um início, com a criação por parte de um Deus. Assim, os seres humanos passaram a ser vistos como criaturas, como filhos de Deus, e que só podem alcançar a felicidade se cumprirem a vontade divina. Além disso, a verdade é revelada por Deus, e não simplesmente descoberta pelo ser humano. A principal comunidade passou a ser a da Igreja, e não a comunidade política. O mote consagrado foi o seguinte: "*Extra Ecclesiam nulla salus*": fora da Igreja não há salvação! Santo Agostinho (354-430) dirá com todo vigor que os reinos, ou seja, as instituições políticas e seus governantes sempre farão o mal, sempre efetuarão grandes latrocínios, e que, no fundo, não há nenhuma diferença moral entre os piratas que assaltam navios e os governantes que assaltam povos inteiros.

Como se está longe do pensamento de Platão e de Aristóteles, para os quais só na política é possível fazer o bem! Agora, na Idade Média, se sustenta que só na comunidade cristã poderá ser feito o bem. De toda forma, não houve só ruptura, como já dissemos: de tantas maneiras o pensamento filosófico greco-romano serviu para tornar mais racional a doutrina religiosa cristã, e até mesmo contribui para estabelecer, sobretudo nos primeiros séculos de nossa era, a doutrina cristã, constituída principalmente de dogmas. Santo Agostinho não teme em sustentar que o essencial das doutrinas platônicas e o essencial da doutrina cristã se sobrepõem. E, sobretudo há um uso de atitudes profanas, defendidas pelos platônicos e pelos estoicos, que serão adotadas pelos cristãos, transformando tais atitudes em modo cristão de viver. Podemos repetir que a história do Ocidente, a nossa história, foi marcada indelevelmente por um casamento entre a racionalidade grega e o Cristianismo, mas também por um casamento entre o modo de viver instaurado pela filosofia antiga e a moral cristã. Exemplo disso é a ênfase que se dá nos primeiros séculos ao cuidado de si, à primazia da alma, o que no modo cristão leva ao exame de consciência e a uma separação cada vez maior entre corpo e alma.

E se foram conservados e divulgados os textos dos pensadores gregos antigos isso é devido aos árabes, que não só cultivavam suas bibliotecas, mas também começaram a incentivar, através de seus intelectuais, um interesse por um estudo muito rigoroso. Por isso, podemos afirmar que nasceu com eles um interesse científico. Isso é justificado, sobretudo, pela importância de dois médicos-pensadores: Avicena (980-1037), que tentou conciliar as doutrinas de Platão e Aristóteles, e Averróis (1126-1198), um dos maiores conhecedores de Aristóteles. Além de se preocuparem com a conciliação entre o Alcorão e a indagação racional, através da Filosofia Grega, os árabes tornaram-se fundamentais para estimular uma aproximação entre o materialista Aristóteles e o espiritualismo cristão. E o nascimento das universidades serviu para que acontecesse a divulgação do pensamento árabe e da obra de Aristóteles, e para que aumentasse a preocupação em combinar a fé cristã com a racionalidade humana. Já se tomava mais em conta que nem todos os seres humanos eram cristãos, e que se precisava saber mais e melhor como agir com

não-cristãos, e como não-cristãos também poderiam obter a salvação se não pertencessem oficialmente à Igreja Católica. Sinal disso é o debate frequente em torno de "provas da existência de Deus", o que mostra a preocupação que havia em tornar racional, ou melhor, "racionável" aquilo que era sustentado pela fé: a razão humana, mesmo que não consiga provar que Deus existe, consegue mostrar que acreditar em Deus não vai contra a razão, não é algo irracional. É assim que se mostra que razão e fé não se contradizem, mas se complementam ou se compatibilizam, mesmo que devam continuar distintas como fundamento da verdade.

Temos, pois, na Idade Média, dois grandes fi lósofos cristãos: Santo Agosti nho, que seguiu mais diretamente o pensamento de Platão, e Santo Tomás de Aquino, que, esti mulado por seu mestre Alberto Magno, adotou corajosamente o pensamento aristotélico. E de forma geral, podemos afi rmar que é difí cil disti nguir claramente entre Filosofi a e Teologia, quando falamos de "Filosofi a Cristã".

Para finalizar, não podemos esquecer a importância adquirida pela Escolástica, criada a partir do séc. XII, e que predominou até o séc. XIV: a filosofia ensinada nas escolas. Nela, a filosofia fica marcada ou até presa ao princípio da autoridade, que pertence à Igreja, a qual determina a investigação intelectual e protege o pensamento contra eventuais erros. Isso de certa maneira empobreceu a reflexão filosófica. No entanto, nem todos os pensadores aceitavam esse controle ou censura eclesiástica. Basta citarmos outros importantes nomes da Filosofia Medieval para se perceber a vitalidade do pensamento da época:

- Santo Anselmo (1050-1117), um dos mais consistentes formuladores de uma prova da existência de Deus;

- Abelardo, importante lógico e um dos primeiros professores universitários a exigir salário para trabalhar, não sendo ele um teólogo sustentado pela Igreja;

- Duns Scoto (1265-1308), que insiste em defender a liberdade humana mesmo no contexto teológico; e

- Guilherme de Ockham (1280-1349), acusado de **heresia***, ele inaugura um novo modo de fazer teologia, enfatizando a conveniência de provas empíricas para as afirmações e não temendo confrontar-se com os teólogos anteriores.

Após esta breve apresentação da Filosofia Medieval, podemos verificar que a Idade Média não deve ser considerada como período de interrupção da história, e nem como período de trevas. Cada vez mais se estuda e cada vez mais se tem argumentos para sustentar uma "nova ideia de Idade Média", conforme ensina o historiador francês Jacques Le Goff, como um período cheio de vitalidade teórica, de muita criatividade, de tanto debate e de muita controvérsia. E cada vez mais temos motivos que nos devem levar a ter em conta a Idade Média se quisermos entender a modernidade.

Podemos concluir com a afirmação de um estudioso a respeito das relações entre Filosofia e Cristianismo, relações que continuam na modernidade e voltam a ser discutidas com muita ênfase mais recentemente:

> As relações entre filosofia e cristianismo são muito mais complexas do que vislumbramos [...]. Pode-se dizer que quase todas as filosofias, desde a Idade Média, sofreram influências do cristianismo. Por um lado, seu discurso filosófico desenvolve-se em relação estreita com o cristianismo, seja para justificar, direta ou indiretamente, a doutrina cristã, seja pra combatê-la. [...] seria necessária uma longa reflexão para definir mais profundamente as relações entre filosofia e religião. (HADOT, 1999, p. 382-383)

TEXTO COMPLEMENTAR

Sobre a nova visão da Idade Média, consulte as obras do grande historiador Jacques Le Goff. Veja a seguir algumas sugestões.

- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa:
- Estampa, 1980.
- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins. Fontes, 1991.
- _____. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993. (Este livro narra como, na história da Igreja Romana, se passa de uma rejeição total do empréstimo de dinheiro, da usura, para sua aceitação. A sua aceitação moral vincula-se ao fato de a Igreja precisar de dinheiro emprestado para construir catedrais. Para tornar perdoável o pecado da usura, a Igreja cria então a ideia de purgatório, para onde irão todos os usurários).
- _____. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2005.

A Filosofia Moderna

Quando falamos da **Filosofia Moderna**, começamos pela Renascença, que foi, provavelmente, um dos períodos mais criativos da História Ocidental, tendo seu epicentro na Itália. Foi neste período que a Europa sai para a conquista da América; em que acontece a Reforma Protestante (Lutero e Calvino); em que se cria a ciência moderna (Leonardo da Vinci, Bacon, Copérnico, Galileu, Kepler); em que se formulam as utopias (Tomás Morus, Campanella); em que se inaugura a ciência política (Maquiavel, Bodin); em que se procura romper com o domínio ideológico da Igreja Romana (Galileu, Giordano Bruno); e em que se dá uma revolução artística (Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo Buonarrotti, Rafael Sanzio, El Greco).

Na filosofia, passa a predominar uma **visão naturalista**: o homem é visto como parte da natureza e pode agir sobre ela através da alquimia, da

magia natural e da astrologia; por outro lado, ao contrário do que acontecia antes, quando se valorizava a vida contemplativa, começa a ser valorizada a vida ativa, a ação prática, a fabricação, e na política, o ideal republicano sobrepõe-se ao governo autocrático dos Papas. Assim, o ser humano passa a figurar como artífice de seu destino (**antropocentrismo**), através do conhecimento (ciência), da política, das técnicas (medicina, arquitetura e navegação) e das artes (pintura, escultura, literatura e teatro). Se antes o trabalho era visto como castigo devido ao pecado original, agora o trabalho começa a ser visto como algo positivo, como único meio pelo qual alguém pode se tornar humano e se tornar livre.

Antes o conhecimento acontecia na contemplação, sem que se tivesse que trabalhar para isso. Agora o conhecimento (a ciência) deve ser fruto do trabalho em laboratório. Para dar mais um exemplo de que os seres humanos se tornam o centro de tudo, e que a natureza deixa de ser irmã do homem, como queria São Francisco de Assis, para se tornar serva dos homens, lembremos as afirmações de Bacon e de Galileu, feitas no Século XVI: **o ser humano deve se tornar senhor e possuidor da natureza!** E por isso **"saber é poder".** Pelo saber é possível dominar o que conhecemos, e deixamos de contemplar a natureza, deixamos de simplesmente conviver com a natureza, conforme se pensava antes. A natureza precisa ser vencida e derrotada em sua naturalidade e precisa ser posta gradualmente a serviço do ser humano. Por outro lado, a centralidade do ser humano também se torna visível na pintura: se na Idade Média os pintores representam principalmente figuras sagradas, na **Renascença** o objeto é o ser humano, homem e mulher.

SAIBA MAIS

Pintura na Renascença

Mona Lisa de Leonardo da Vinci (1503 – 1507). Museu do Louvre.
Fonte: Il Rinascimento Italiano e L'Europa. Volume Primo Storia e Storiografia, 2005. p. 667.

A criação do homem, Michelangelo, Capela Sistina, no Vaticano.
Fonte: Commons (2011).

É importante salientarmos que a **modernidade**, de forma geral, dá **primazia ao indivíduo**, e não à sociedade. Também por isso, há certa primazia da vida privada, e não da vida pública. Isso estabelece uma diferença com as Idades Antiga e Medieval, em que a vida coletiva, e a vida pública, de algum modo, têm primazia sobre a vida individual e a vida privada. Por outras palavras, em Atenas, é na comunidade política que se realiza o ser humano, enquanto na Idade Média isso irá acontecer na

comunidade de crentes. À diferença disso, na modernidade, o Estado – que é a nova organização social – é o contrato entre indivíduos, que deve estar a serviço dos indivíduos, e não o contrário. O Estado torna-se meio, deixando de ser um fim. A sociedade é a mera soma de indivíduos, que também deve servir ao bem do indivíduo. O mesmo acontece com a família: o que conta são as partes, e não o todo. Ou então, digamos que, na modernidade, o indivíduo aparece como um todo. Lembremos também que os direitos humanos são formulados e são vividos em geral apenas como direitos de cada indivíduo, e não como direitos de grupos ou de sociedades. Por isso há autores que caracterizam a modernidade como individualismo.

Após a Renascença, há o grande **racionalismo clássico moderno** onde a figura mais conhecida é a de **René Descartes** (1596-1650), considerado o primeiro filósofo moderno, que insiste ainda mais que se deve fazer o que é racionalmente necessário para que o ser humano se transforme no senhor do mundo. É o primeiro a escrever, depois de séculos de domínio do latim, em língua moderna, no caso o francês.

Autor de *O discurso do Método*, Descartes propõe-se a duvidar de tudo o que se sabia até então e a procurar alguma verdade que não pudesse ser posta em dúvida. Tal verdade deveria ser a **nova base para todo conhecimento.** Assim, podemos duvidar da existência de Deus; podemos duvidar de tudo que conhecemos pelos sentidos; podemos até duvidar da existência do mundo físico fora de nós. Mas não podemos duvidar de que duvidamos, ou seja, da existência da dúvida e da existência de quem duvida. Portanto, se eu duvido, eu sou. **Se eu penso, então eu existo (Cogito, ergo sum:** é a frase em latim, escrita por Descartes). E a existência de Deus, do mundo, deve ser baseada neste fundamento: **Eu. Eu, o sujeito humano, a razão humana, deve ser o único ponto de partida para qualquer verdade.** Esse é o princípio da ciência. Mas também da ética: só será bom aquilo que for bom para cada homem. Vejamos um exemplo no campo do conhecimento: só se o ser humano provar que Deus existe, Deus existirá. Se não o conseguir provar, Deus não existirá.

Como percebemos, a existência de Deus passa a depender da prova realizada pelo ser humano. É isso que podemos denominar de **visão antropocêntrica da modernidade:** *anthropos* é o termo grego que significa homem. Se a visão medieval é **teocêntrica**, e a antiga é **fisiocêntrica**, agora passamos ao antropocentrismo.

Eis outro exemplo do pensamento moderno. **Thomas Hobbes** (1588-1679), filósofo inglês; além de defender uma visão materialista (tudo é apenas corpo) e mecanicista (toda a realidade funciona como se fosse uma grande máquina – como dirá também Newton), ele sustenta que **a razão é a capacidade humana de calcular e controlar todas as coisas.** O homem por sua natureza é um ser individual, totalmente livre, independente. Tudo o que é social, ao contrário do que disse Aristóteles, é artificial. Como indivíduo natural, o homem tem direito ou desejo de possuir todas as coisas, e ninguém pode impedir-lhe de querer realizar tais direitos ou desejos, mesmo que tenha que matar o concorrente. Assim, por natureza, nada podemos fazer para impedir que sejamos lobos dos outros homens. Matar-nos-emos sem que ninguém o possa impedir

a não ser pela força. Se não fizermos uma calculada intervenção nesta tendência natural, viveremos em um estado selvagem. É isso o **contrato social:** para sairmos do estado de natureza, e para garantirmos nosso direito individual à vida, à sobrevivência física, cada um deve fazer um pacto com todos os outros indivíduos; através deste pacto, cada qual cede seu direito de se autodeterminar a um outro. Do pacto nasce o ser soberano, o Estado, o qual, por sua vez, estabelecerá a lei que deve ser obedecida por todos os participantes do contrato. O soberano será o único que continuará no seu estado de natureza, enquanto os outros todos deixarão este estado e receberão em troca a segurança de vida garantida pelo soberano. Esta será a única maneira para que tenhamos uma segurança mínima para conviver com outros seres humanos, sem estarmos ameaçados constantemente em nossa sobrevivência física.

Brevemente apresentada, a tese política hobbesiana, a do **contratualismo moderno**, nos mostra que os seres humanos inventaram **a política; ela é uma criação artificial do ser humano.** O Estado é esta criatura humana que sempre deverá estar a serviço da vida humana, a serviço de cada indivíduo. Se não estiver a serviço, tornar-se-á dispensável. Também a ética precisou ser criada **artificialmente** pelos homens, pois não há moral, não há lei alguma, no estado de natureza, que é o estado original. Quando não há norma, como acontece no estado natural, ninguém deixa de cumprir a norma; assim todos podem fazer o que bem quiserem, e ninguém fará o bem e ninguém fará o mal.

São muitos os **filósofos modernos** deste período racionalista. Não podemos esquecer, por exemplo, o rigor do pensamento de **Baruch Espinosa** (1632-1677), para quem é impossível continuarmos aceitando a ideia de que existe um Deus e, fora dele, um mundo, e para o qual, como já o dissera Giordano Bruno, a realidade é uma só. Podemos chamá-la de Deus ou de Natureza. O que não podemos é admitir a existência destas duas realidades separadas, como se houvesse, contemporaneamente e separadamente, Deus e a natureza, ou como se houvesse Deus lá em cima, fora, e a natureza, aqui, dentro. Não há nada fora. Ressalte-se também a singularidade e a coragem teórica de Blaise Pascal (1623-1662), certamente não tão racionalista, e conhecido de muitos por sua insistência em sustentar que não devemos ser tão racionais, pois em geral "o coração tem razões que a própria razão não conhece". Para ele, há sempre uma tensão entre a realidade humana e a existência de um ser superior, tensão que nunca será resolvida simplesmente pela razão. Por outro lado, para Pascal, o ser humano é muito frágil, sob todos os aspectos físicos, mas esta fragilidade é compensada por sua força que reside na sua capacidade de pensar. "O homem é frágil como um caniço... mas é um caniço que pensa".

SAIBA MAIS

Iremos falar mais adiante, sobre o criador do pensamento liberal, John Locke (1632-1704).

Outra fase da Filosofia Moderna compreende o que é conhecido como **Iluminismo** (*Aufklãrung*, em alemão, substantivo que pode ser traduzido como Esclarecimento, ou *Lumières*, no dizer dos franceses, *Luzes*). O pressuposto geral é que tudo pode ser iluminado, esclarecido, resolvido, conhecido melhor por meio da razão humana. Pela razão, e só por ela, o ser humano pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política (Robespierre, revolucionário francês, dizia que estava na hora de "pôr a razão no poder"); pela razão se garante o progresso, partindo do princípio de que o ser humano é perfectível, ou seja, capaz de se tornar perfeito aos poucos, como insistia o iluminista **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778); pela organização racional do trabalho o ser humano se tornará cada vez mais senhor da situação, senhor de si ("o trabalho liberta" dizem os liberais, e repetirá – lembremo-lo – depois, o dístico em alemão – *Arbeit macht frei* – posto na entrada do campo de concentração nazista de Auschwitz...); pela razão, o ser humano construirá a melhor organização política, seja ela a democracia representativa, ou não; pela razão, o ser humano alcançará o saber mais certo e criará a técnica mais perfeita para resolver todos os problemas; pela razão, o ser humano se libertará cada vez mais do domínio da religião, da superstição e do medo; e pela razão os seres humanos construirão relações econômicas cada vez mais sólidas. **Em suma, pela razão, o ser humano tornar-se-á um organizador e um administrador cada vez mais perfeito. Essa é a tese defendida pelos modernos.**

Entre os iluministas, são conhecidos os nomes de alguns filósofos. Além do já referido Rousseau, devem ser lembrados **Voltaire** (1694-1778), **Diderot** (1713-1784), organizador da Enciclopédia Francesa, o cético inglês **David Hume** (1711-1776), e sobretudo o filósofo alemão **Immanuel Kant** (1724-1804), de quem também falaremos na outra Unidade deste curso. Ele é considerado um dos maiores filósofos modernos, e sem dúvida é hoje o filósofo moderno mais estudado em muitas áreas de interesse filosófico: teoria do conhecimento, Ética, Estética e Direito.

Kant diz que cabe à filosofia responder a quatro perguntas:

- **O que é possível conhecer?**
- **O que devo fazer?**
- **O que me é lícito esperar?**
- **O que é o homem?**

As respostas a estas perguntas constituem, de certa forma, os diferentes campos do saber filosófico:

- a primeira tem a ver com a teoria do conhecimento;
- a segunda, com a Ética, a Política e o Direito;
- a terceira, com a dimensão estética e religiosa da vida humana; e
- a quarta, com a Antropologia Filosófica.

Para Kant, respondendo às três primeiras perguntas, estaremos respondendo à quarta, que é síntese de todas as perguntas.

A resposta geral que Kant dá às perguntas constitui aquilo que se denomina como **pensamento crítico**. De fato, as três grandes obras do autor (*Crítica da razão pura*, que trata de responder à primeira pergunta; *Crítica da razão prática*, que responde à segunda pergunta; e *Crítica do juízo*, que, de algum modo, responde à terceira pergunta) têm em comum o nome "crítica". **A crítica é uma atitude filosófica que se põe para além do ceticismo e do dogmatismo**, dos quais quer ser uma crítica também. A **atitude cética**, inaugurada pelos céticos antigos e modernizada por David Hume, sustenta que não há como estabelecer um conhecimento objetivo e neutro da realidade, e que nosso conhecimento sempre tem algo de hábito e de crença compartilhada; a **atitude dogmática** é aquela que defende que os seres humanos são capazes de alcançar um conhecimento seguro e eterno das essências das coisas. Kant nega tanto o ceticismo, quanto o dogmatismo. Segundo ele – contra os céticos – os seres humanos conhecem, sim, a realidade, mas – contra os dogmáticos – não na sua essência e sim no modo como a realidade aparece diante de quem a quer conhecer. Com isso, Kant diz que o ser humano, ao conhecer, **obriga** a natureza, ou qualquer objeto, a **responder à pergunta que ele faz**. Mas já que o ser humano muda, mudam também as perguntas, e com isso mudam também as verdades acerca do mesmo objeto. Isso **torna todo saber humano uma construção humana**, que depende também de quem conhece, e não só daquilo que é conhecido. Por outras palavras, todo conhecimento é subjetivo e objetivo, e nunca só objetivo.

O que é ser moderno? Além de não nos determos aqui em apresentar características da Filosofia Contemporânea, pois de algum modo o faremos no outro Capítulo em que tomaremos em conta aspectos e autores do pensamento atual, não vamos nos deter na resposta que Immanuel Kant dá às outras perguntas (a resposta à pergunta ética é brevemente comentada na Unidade sobre a Ética). Mas queremos insistir na resposta que o filósofo alemão dá à outra pergunta geral: o que é ser moderno? O que é a modernidade? Leia com atenção e procure encontrar a resposta ao questionamento.

A resposta à pergunta apareceu em um breve e famoso artigo publicado por um jornal alemão em 1783. No artigo, o filósofo discutia com outro intelectual e com as autoridades cristãs uma questão que hoje parece singela e até ingênua: para que o casamento seja válido, basta o casamento civil, ou é necessário também o casamento religioso?

O debate de que Kant participou envolvia a relação entre Estado e Igreja cristã, mas incluía uma questão maior, central: **quem deve, afinal, determinar o que é válido e o que se deve fazer? Deus ou os homens? A religião ou a razão humana?** Kant, mesmo sendo cristão, não titubeia: **quem deve decidir é o ser humano, com sua razão**. E com suas razões. A verdade e a ética devem ser humanas. Portanto, para que o casamento seja válido socialmente não se precisa de casamento religioso.

O título do artigo é: *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?* Como já dissemos, Esclarecimento é sinônimo de Iluminismo. Assim, ser esclarecido é o mesmo que ser moderno.

A resposta é conhecida, mas vale a pena recordá-la e repensá-la, sobretudo para que deixemos de pensar que "modernidade" equivale a estar na moda, estar atualizado, como se repete no senso comum. Diz Kant: **"Esclarecimento (ou seja, a modernidade) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele mesmo é o responsável".**

Saída de onde? O que é "menoridade"? É – responde o filósofo – "a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo". Ou seja, menor, não moderno, é toda pessoa que depende dos outros, que precisa dos outros para definir quem é, o que deve pensar e o que deve fazer. É o que se chama de **heteronomia** (em grego *heteros*, outro, e *nomos*, lei): a lei é feita pelo outro. Em vez de heteronomia, ser moderno significa **autonomia** (em grego, autos, eu mesmo, e nomos, lei): sou autônomo, sou moderno quando eu mesmo faço a lei e a cumpro. Por outras palavras, **ser moderno equivale a ser responsável, a responder pelo que se é e faz, por própria conta e risco**. Assim, ser moderno significa ser livre, entendida a **liberdade como responsabilidade**, e não simplesmente como o direito de se fazer o que se quer. E insistimos, esta autonomia é sempre individual. E só é possível termos grupos e nações autônomas se os seus indivíduos forem autônomos. Um país só é moderno quando os seus cidadãos forem livres, e decidirem individual e coletivamente seus rumos.

E Kant insiste: o que nos leva a não sermos modernos, a não sermos livres, a não sermos autônomos? Em última instância, é a preguiça e a covardia; é o fato da maioria das pessoas preferir ser menor. "É tão cômodo ser menor". **Tão cômodo atribuir a culpa aos outros quando as coisas não vão bem ou não dão certo.** É cômodo cumprir o que o outro manda, pois se, ao cumprirmos a lei, não der certo, a responsabilidade é de quem mandou fazer assim, e não minha. **É cômodo ser dependente.** Bem mais difícil do que ser independente, responsável. Isso exige coragem. Por isso, Kant diz que **é preciso coragem para alguém ser moderno:** "Ter coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento". Como exemplo, podemos mencionar: o carrasco nazista que matou milhares de pessoas e, ao ser julgado, diz: "eu sou inocente, porque simplesmente cumpri ordens". E Kant responderia: "nenhuma inocência, pois você é responsável por ter obedecido ao comando, quando poderia ser autônomo e não ter obedecido à lei, que não foi lei sua. Mas se você obedece à lei é como se a tivesse assumido como sua lei. E por isso você é responsável".

Não se precisa, porém, ir tão longe, basta pensarmos em nossa vida cotidiana, na família, na empresa, nas relações entre governantes e governados. Como é fácil sempre atribuir a responsabilidade aos outros, e como é difícil assumir a própria responsabilidade! Como é fácil sempre atribuir a responsabilidade por tudo o que acontece no país ao Estado, aos governantes, ao serviço público, e não ao conjunto dos indivíduos que constituem uma nação! Como é fácil também atribuir toda a responsabilidade aos cidadãos, ou a uma classe social (ou à classe dirigente, ou à classe mais pobre), sem reconhecer que a situação também se deve aos governantes e aos servidores públicos!

Esta é, portanto, a marca da modernidade: ser responsável, tendo a coragem de correr o risco de pensar, de estabelecer a lei, incluindo-se também o risco de errar. Mas se eu erro e assumo o erro, sou capaz de mudar, de me transformar. E isso faz parte da autonomia. **O autônomo é sempre também um autocrítico**, alguém capaz de se reconhecer como livre, e por isso, forte e fraco ao mesmo tempo, precário, e nunca definitivo no que sabe e no que é.

Nessa perspectiva ou nesse modo de ser e de viver, pouco reconhecido por nós como "moderno", Kant não deixa de mostrar uma tensão, a de que há uma dificuldade teórica e prática de sermos autônomos uns ao lado dos outros, de que existem dificuldades complicadas que devemos ter em conta para combinar a autonomia de um com a autonomia de outrem.

Devemos também compatibilizar a vida privada com a vida pública. Kant diz que na vida profissional, privada, devemos obedecer ao comando do chefe. Se não fizermos isso, não poderá haver liberdade na vida pública... Há no texto elementos instigantes para discutirmos a **tensão entre a vida profissional e a vida do cidadão** como tal, inclusive para não confundirmos, como o fazemos atualmente, os direitos do cidadão com os direitos do consumidor, e nem a ética com a ética profissional. Em todo caso, o mais importante é assinalar como Kant define a modernidade e como entende a liberdade humana.

Ao fazê-lo, ele também diz ainda: **ser moderno é nunca alcançar totalmente a autonomia, mas é estar sempre ao encalço dela.** Da mesma forma, ser livre para ele é nunca estar totalmente livre, mas é sempre estar aberto para a mudança responsável de si mesmo.

Aproveitamos também para repetir o seguinte: esta concepção de modernidade como busca constante de autonomia, aproxima-se da concepção socrática de filosofia, neste caso, um modo de vida, e não apenas uma forma de conhecer ou um conteúdo conhecido.

Na parte final deste Capítulo discutiremos novamente o conceito de Filosofia, e é conveniente ter presente esta apresentação do pensamento de Kant. Para esclarecer ainda mais a Filosofia Moderna, selecionamos para você uma parte do texto de Kant (1783): Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento? Vale a pena "perder algum tempo" com a leitura atenta de algumas passagens deste breve e famoso texto!

Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?
de Immanuel Kant (1783)

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o

próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*].

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parcela dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (naturaliter maiorennes), continuem no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. A imensa maioria da humanidade (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo na verdade não é tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar finalmente, depois de algumas quedas. Basta um exemplo deste tipo para tornar tímido o indivíduo e atemorizá-lo em geral para não fazer outras tentativas no futuro.

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fosso, porque não está habituado a este movimento livre. Por isso são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da menoridade e empreender então uma marcha segura [...] (KANT, 2009).

Tendo e, conta o que escrevemos ao apresentar as fases da história da filosofia ocidental, podemos apresentar um esquema da história da racionalidade ocidental neste Quadro 1. Observe que em cada período histórico há uma ideia central, e há conceitos diferentes do ser humano, do conhecimento humano, do trabalho, da política, da ética e da própria história.

Períodos Históricos	Idade Antiga (séc. V a.C.- IV d.C.)	Idade Média (séc. V d.C.- XVI)	Idade Antiga (séc. XVI - XX)
Ideia básica (razão última)	PHYSIS: razão da natureza Agir é contemplação Valem os princípios	DEUS: razão de Deus Agir é contemplação Valem os princípios	HOMEM: razão do homem Natureza a dominar. Agir é fabricação Prevalecem os resultados
Seres humanos	Servos da natureza Livres e escravos	Servos de Deus Iguais entre si e irmãos da natureza	Senhores de si (eu sou), da natureza e de Deus Livres e iguais pela razão
Verdade	Adequação do sujeito ao objeto Objetivismo	Adequação do sujeito ao objeto Objetivismo	Construção (Kant) ou representação Subjetivismo
Saber mais importante	Mito e Filosofia Contemplação da natureza – Ócio	Teologia Contemplação de Deus – Fé	Ciência e Tecnologia Produção humana Fruto do trabalho
Trabalho	Atividade de escravos (negativo)	Castigo devido ao pecado (negativo)	Ação autocriadora Homem – senhor de si e da natureza (positivo)
Política e ética	Atividade natural Só na *pólis* se realiza a ética	Cidade dos homens Separação entre política e moral Política = mal	Atividade artificial Política: mal necessário (e passageiro) Separação entre ética e política
História	Fisio-lógica Eterno retorno do mesmo	Teo-lógica Início e fim em/com Deu	Antropo-lógica Início com homem Progresso (processo)

Quadro 1: Esquema da História da Racionalidade Ocidental
Fonte: Elaborado pelo autor deste livro

Não se procurou caracterizar aqui o **período contemporâneo** (o das "várias vozes da razão" – segundo Habermas; para outros, o da des-razão), período em que parece abrir-se mão da convicção de que seja necessário haver um único fundamento. Terminou o otimismo histórico! Para uns, mais pessimistas, a modernidade acabou – e por isso falam de pós-modernidade. Para outros, como Habermas, a modernidade é um projeto inacabado. Para estes, a modernidade continua, embora assinalem que tudo se tornou mais precário, menos seguro, mais aberto. Todos reconhecem a crise: período em que já não se dispõe de chão firme e igual para todos. Sabe-se que "o velho morreu e o novo ainda não consegue nascer" (Gramsci). E na crise tudo parece ser possível.

ATIVIDADES

Depois de termos feito esta apresentação da história da filosofia, separamos algumas questões para você exercitar. Caso encontre dúvidas, volte, releia o material e se necessário não hesite em conversar com seu tutor.

1. Identifique as grandes características de cada período histórico da filosofia, tendo por base a ideia de que os antigos são fisiocêntricos, os medievais são teocêntricos e os modernos são antropocêntricos.

2. Em que medida poderíamos dizer que hoje em dia há pessoas que vivem de modo antigo, de modo medieval, ou de modo moderno? Faça-o com exemplos.

3. Há diferença entre o conceito kantiano de modernidade, apresentado ao falar de Iluminismo, e o conceito que normalmente temos de modernidade? Qual é a diferença?

4. Falamos cada vez mais em "crise da modernidade", ou em "pós-modernidade"? O que se pode entender com essas expressões? De que forma elas mostram algo que se percebe como presente na vida prática das pessoas?

Sócrates e Platão: Um Confronto entre Dois Modos de Entender a Filosofia

Dando continuidade à nossa discussão sobre o que é Filosofia, esse tópico apresenta a você, estudante, duas concepções de filosofia, ambas presentes na obra de Platão. Uma é representada por Sócrates, no texto O Banquete, e outra pelo próprio Platão, no seu livro A República. Leia com atenção e busque situar-se e parti cipar do confronto.

Ao final deste Capítulo, voltamos a discutir o que é Filosofia. Fazemo-lo retornando ao pensamento grego e tendo em consideração dois autores, mestre e discípulo: Sócrates e Platão. Ambas as concepções de Filosofia estão presentes na obra deixada por Platão. Uma concepção aparece nos "diálogos socráticos", como *O Banquete*; outra, nos "diálogos platônicos", mais especificamente na obra mais marcante da teoria platônica, A República. Esta leitura tem em conta que, no conjunto da obra de Platão, os primeiros livros (ou "diálogos", já que todos os textos, com uma única exceção, aparecem como diálogos entre diferentes pessoas, tendo sempre Sócrates como o personagem principal) representariam o pensamento de Sócrates, e os outros, da fase mais madura, identificariam o pensamento de Platão.

Por isso, há na obra de Platão duas maneiras de entender a Filosofia: a de **Sócrates**, para quem **filosofia é busca da sabedoria**, e é também, mais

claramente, um modo de viver, e não só de saber; e a de **Platão**, para quem a Filosofia é o **encontro da sabedoria**, tornando-se a filosofia uma verdade encontrada e conhecida; e aí ela se transforma em doutrina, com um determinado conteúdo. Veja na sequência mais detalhes sobre cada uma dessas concepções.

A Concepção Socrática de Filosofia: Busca de Sabedoria

Se tem sentido dizer, como o faz o matemático e filósofo inglês Alfred Whitehead (1861-1947), que a história da filosofia ocidental é simplesmente uma série de comentários em notas ao pé da página da obra de Platão, **O Banquete** pode ser considerado um dos mais extraordinários textos da história do pensamento ocidental. Nele se discute o que é o Amor (Eros), e é ao discutir o que é o Amor que se discute o que é a Filosofia. Podemos, portanto, dizer que, para Platão, a filosofia tem a ver com Eros. Filósofo sempre é alguém que ama; se não amar, não é filósofo. **Filósofo é quem busca, eroticamente, amorosamente, entender as coisas, o mundo**; é quem busca a verdade; é quem procura compreender o seu próprio eu, na relação com os outros no mundo, que é o lugar em que os seres humanos se encontram.

SAIBA MAIS

O Banquete - Representação de O Banquete de Platão.
Fonte: Duarte (2008).

Atenção: filósofo não é quem já sabe ou possui a verdade, mas quem a procura, não desiste de a procurar.

O Amor (Eros) é filho de Poros, pai belo e bom, viril, resoluto, ardente, sempre criativo, feiticeiro maravilhoso, mago e sofista; e de Penúria, mãe rude, pobre, descalça, mendicante, sempre necessitada.

O filho nascido desta relação é **Eros**, o Amor, ao mesmo tempo rico e pobre, autossuficiente e totalmente necessitado, mortal e imortal, belo e feio, e vive e morre a cada dia. Por isso, o Amor nunca é só indigente e nunca é só opulento. E a filosofia não é possível sem Eros. A filosofia é ser amante da sabedoria.

SAIBA MAIS

Eros - Eros e Psiquê de Antonio Canova.
Fonte: Juenfrance (2010).

Leia e veja, acompanhando a beleza do texto e dando importância ao significado teórico e prático do conceito de filosofia como atitude amorosa, até mesmo erótica, este discurso feito por uma misteriosa mulher chamada Diotima, convidada por Sócrates a responder à pergunta "o que é o amor", "quem é Eros". É a única pergunta a que Sócrates diz que sabe responder... Trata-se, talvez, de uma das passagens mais extraordinárias da literatura e da filosofia ocidental.

Filosofia e Amor

– De que pai, pergunto eu, e de que mãe nasceu ele (o amor)?

– É uma longa história, disse ela, mas mesmo assim vou lhe contar. Quando Afrodite nasceu, os deuses fizeram uma grande festa e entre os convivas estava Poros, o deus da Riqueza, filho do Engenho (*Métis*). No final do banquete, veio a Penúria (*Pênia*) mendigar, como sempre faz quando há alegria, e ficou perto da porta. Então, embriagado de néctar – pois vinho ainda não existia – Poros, o deus da Riqueza, entrou no jardim de Zeus e ali, vencido pelo torpor, adormeceu. Então Penúria, tão sem recurso de seu, arquitetou o plano de ter um filho de Poros e, deitando-se ao seu lado, concebeu Amor (*Eros*). Assim sucedeu que desde o princípio Amor serviu e assistiu Afrodite, por ter sido gerado no dia em que ela nasceu e ser, além disso, por natureza, um amante do belo, e bela é Afrodite.

Ora, como filho de Poros e de Penúria, Amor está numa situação peculiar. Primeiro, é sempre pobre e está longe da suavidade e beleza que muitos lhe supõem: ao contrário, é duro e seco, descalço e sem teto; sempre se deita no chão nu, sem lençol, e descansa nos degraus das portas ou à margem dos caminhos, ao ar livre; fiel à natureza da mãe, vive na penúria. Mas herdou do pai os esquemas de conquista de tudo o que é belo e bom; porque é bravo, impetuoso, muito sensível, caçador emérito, sempre tramando algum estratagema; desejoso e capaz de sabedoria, a vida toda perseguindo a verdade; um mestre do malabarismo, do feitiço e do discurso envolvente. Nem imortal nem mortal de nascimento, no mesmíssimo dia está cheio de vida quando a sorte lhe sorri, para logo ficar moribundo e em seguida renascer de novo por força da natureza paterna: mas os recursos que obtém sempre se perdem; de modo que Amor nunca é pobre ou rico e, além disso, está sempre a meio caminho entre a sabedoria e a ignorância. A questão é que nenhum deus persegue a sabedoria ou deseja tornar-se sábio, pois já o é; e ninguém mais que seja sábio persegue a sabedoria. Nem o ignorante persegue a sabedoria ou deseja ser sábio; nisso, aliás, a ignorância é confrangedora: está satisfeita consigo mesma sem ser uma pessoa esclarecida nem inteligente. O homem que não se sente deficiente não deseja aquilo de que não sente deficiência.

– Quem então, Diotima – perguntei – são os seguidores da sabedoria, se não são nem os sábios nem os ignorantes?

– Ora, a esta altura mesmo uma criança poderia dizer – replicou ela – que são as pessoas de tipo intermediário, entre as quais se inclui Amor. Porque a sabedoria diz respeito às coisas mais belas e Amor é amor do belo; de modo que a necessidade de Amor tem que ser amiga da sabedoria e, como tal, deve situar-ser entre o sábio e o ignorante. Pelo que, também, deve agradecer sua origem: pois se teve um pai sábio e rico, sua mãe é tola e pobre. Tal, meu bom Sócrates, é a natureza deste espírito. Que você tenha formado outro conceito de Amor não é surpreendente. Você supôs, a julgar por suas próprias palavras, que Amor fosse belo. O amável, com efeito, é realmente belo, suave, perfeito e abençoado; mas o amante é diferente, como mostra o relato que fiz.

Ao que observei:
– Então, muito bem, senhora, tem razão. Mas se Amor é assim como descreve, que utilidade tem para o ser humano?

– Esta é a questão seguinte, Sócrates – retrucou – que tentarei esclarecer. Se Amor é de natureza e origem tais como relatei, é também inspirado pelas coisas belas, como diz. Agora, suponha que alguém perguntasse: Sócrates e Diotima, em que sentido Amor é o amor do belo? Mas deixe-me colocar a questão de forma mais clara: o que é o amor do amante do belo? [...]

– Nestes assuntos de amor até você, Sócrates, poderia eventualmente ser iniciado, mas não sei se entenderá os ritos e revelações dos quais eles não passam de introito para os verdadeiramente instruídos. No entanto, vou lhes falar deles – disse ela – e não pouparei os meus melhores esforços. Apenas faça o possível da sua parte para acompanhar. Aquele que bem procede nesse campo deve não somente começar por frequentar belos corpos na juventude. Em primeiro lugar, de fato, se for bem orientado, deve amar um corpo em particular e engendrar uma bela conversa; mas em seguida vai notar como a beleza desse ou daquele corpo semelhante à de qualquer outro e que, se pretende buscar a ideia da beleza, é rematada tolice não encarar como uma só coisa a beleza que pertence a todos [....]. Seu próximo passo será dar um valor maior à beleza das almas do que à do corpo, de forma que, por menor que seja a graça de qualquer alma promissora, bastará para o seu amor e cuidado e para despertar e pedir um discurso que sirva à formação dos jovens. E por último pode ser levado a contemplar o belo que existe em nossos costumes e leis e observar que tudo isso tem afinidade, assim concluindo que a beleza do corpo é questão menor. Dos costumes pode passar aos ramos do conhecimento e aí também encontrar uma província da beleza. Vendo assim a beleza no geral, poderá escapar da mesquinha e miúda escravidão de um único exemplo em que concentre como um servo todo o seu cuidado, como a beleza de um jovem, de um homem ou de uma prática. Dessa forma, voltando-se para o oceano maior da beleza, pode pela contemplação despertar em todo seu esplendor muitos e belos frutos do discurso e da meditação, numa rica colheita filosófica; até que, com a força e ascensão assim obtidos, vislumbra o conhecimento específico de uma beleza ainda não revelada. E agora peço que preste a maior atenção – disse ela.

Quando um homem foi assim instruído no conhecimento do amor, passando em revista coisas belas uma após outra, numa ascensão gradual e segura, de repente terá a revelação, ao se aproximar do fim de suas investigações do amor, de uma visão maravilhosa, bela por natureza; e esse, Sócrates, é o objetivo final de todo o afã anterior. Antes de mais nada, ela é eterna e nunca nasce ou morre, envelhece ou diminui; depois, não é parcialmente bela e parcialmente feia, nem é assim num momento e assado em outro, nem em certos aspectos bela e em outros feia, nem afetada pela posição de modo a parecer bela para alguns e feia para outros. Nem achará o nosso iniciado essa beleza na aparência de um rosto ou de mãos ou de qualquer outra parte do corpo, nem uma descrição específica ou num determinado conhecimento, nem existente em algum lugar em outra substância, seja um animal, a terra, o céu ou outra coisa qualquer, mas existente sempre de forma singular, independente, por si mesma, enquanto toda a multiplicidade de coisas belas dela participam de tal modo que, embora todas nasçam e morram, ela não aumenta nem diminui, e nem é afetada por coisa alguma. Assim quando um homem, pelo método correto do amor dos jovens, ascende desses particulares e começa a divisar aquela beleza, é quase capaz de captar o segredo final. Essa é a abordagem ou indução correta dos assuntos do amor. Começando pelas belezas óbvias, ele deve, pelo bem da mais elevada beleza, ascender sempre, como nos degraus de uma escada, do primeiro para o segundo e daí para todos os corpos belos; da beleza pessoal, chega aos belos costumes, dos costumes ao belo aprendizado e do aprendizado, por fim, àquele estudo particular que se ocupa da própria beleza e apenas dela; de forma que finalmente vem a conhecer a essência mesma da beleza. Nessa condição de vida acima de todas as outras, meu caro Sócrates – disse a mulher de Mantinéia (Diotima) – um homem percebe realmente que vale a pena viver ao contemplar a beleza essencial [...] (PLATÃO, 2000, p. 28-30).

TEXTO COMPLEMENTAR

Para quem quiser ampliar seus conhecimentos na literatura universal sobre o amor leia o texto integral indicado a seguir:

- Tradução portuguesa de *O Banquete*, acessível em <**www.cfh.ufsc.br/~wfil/banquete.pdf**>. Acesso em: 2 abr. 2014. Lembra-se que em grego existem três termos para referir-se ao amor: eros, de onde vem erótico; *philia*, amizade; e *agápe*, termo consagrado como amor cristão.

Não fizemos mais comentários a respeito da obra de Sócrates porque estamos defendendo precisamente esta compreensão do que é filosofar e Filosofia. E este conceito estará presente também no Capítulo 2 deste trabalho.

A Concepção Platônica de Filosofia: Encontro da Sabedoria

Há também em Platão, na obra *A República*, uma outra concepção de Filosofia. Se em *O Banquete* a filosofia consiste em desejar a verdade, e procurar realizar este desejo, em *A República* se insiste em dizer que ela é a realização deste desejo, isto é, a posse da verdade, ou então, a Filosofia é a verdade. Nesta obra, Platão está preocupado em dar uma solução concreta e definitiva para os problemas vividos por Atenas, então dominada pela tirania e pela injustiça. Para uma *polis* marcada pelos conflitos, pela violência, a única solução segura e definitiva é alcançar uma verdade universal, neutra, independente de qualquer interesse de parte. E, uma vez alcançada teoricamente tal verdade, que deve ser objetiva e única – e não pode ser qualquer uma, nem simples questão de preferência ou de opinião – finalmente pô-la em prática. Se não for possível alcançar uma verdade assim, neutra, objetiva, igual para todos, não há solução para nenhum problema ético ou político. Insistamos: Platão não só diz que precisamos alcançar uma verdade universal e neutra, acima do interesse de todas as pessoas, mas que é possível alcançarmos esta verdade na teoria. Temos aqui a apresentação do conhecido tema/problema da relação entre teoria e prática: o que deve vir primeiro? Qual a resposta de Platão?

Ele não só diz que é possível e é preciso alcançar a verdade na teoria, mas também que é preciso e é possível pôr esta verdade em prática. E só assim, incluindo os aspectos teórico e prático, temos possibilidade de resolver os problemas, de maneira definitiva.O texto mais conhecido e literariamente mais brilhante que apresenta esta solução é a passagem de *A República*, do Livro VII, chamada **Alegoria da Caverna**.

Leia o texto que está apresentado em forma de diálogo e na sequência veja o comentário que fizemos sobre o mesmo.

A Alegoria da Caverna

> Sócrates – Agora leva em conta nossa natureza, segundo tenha ou não recebido educação[1] e compara-a com o seguinte quadro: imagina uma caverna subterrânea, com uma entrada ampla, aberta à luz em toda sua extensão. Lá dentro, alguns homens se encontram, desde a infância, amarrados pelas pernas e pelo pescoço de tal modo que permanecem imóveis[2] e podem olhar tão somente para a frente, pois

---

1 A educação é um tema essencial de A República. A reforma da cidade pressupõe uma forma da educação, em particular dos futuros filósofos que assumirão a direção da Cidade. Esta educação consiste em libertar a alma da prisão e da obscuridade da opinião comum.

2 Homens prisioneiros na caverna: essa é a nossa condição quando prisioneiros de nossos sentidos. Os impulsos estão como que imobilizados pela certeza de que a realidade não é outra coisa senão a que nos apresenta os sentidos (realidade sensível) e pela ilusão de que a felicidade e o bem se reduzem aos prazeres experimentados graças a esses sentidos.

as amarras não lhes permitem voltar a cabeça. Num plano superior, atrás deles, arde um fogo a certa distância. E entre o fogo[3] e os prisioneiros eleva-se um caminho ao longo do qual imagina-se que tenha sido construído um pequeno muro semelhante aos tabiques que os titeriteiros interpõem entre si e o público a fim de, por cima deles, fazer movimentar as marionetes.

Glauco – Posso imaginar a cena.
Sócrates – Imagina também homens que passam ao longo desse pequeno muro carregando uma enorme variedade de objetos[4] cuja altura ultrapassa a do muro: estátuas e figuras de animais feitas de pedra, madeira e outros materiais diversos. Entre esses carregadores há, naturalmente, os que conversam entre si e os que caminham silenciosamente.

Glauco – Trata-se de um quadro estranho e de estranhos prisioneiros.
Sócrates – Eles estão como nós. Acreditas que tais homens tenham visto de si mesmos e de seus companheiros outras coisas que não as sombras projetadas pelo fogo sobre a parede da caverna que se encontra diante deles?

Glauco – Ora, como isso seria possível se foram obrigados a manter imóvel a cabeça durante toda a vida?
Sócrates – E quanto aos objetos transportados ao longo do muro, não veriam apenas as suas sombras?

Glauco – Certamente.
Sócrates – Mas, nessas condições, se pudessem conversar uns com os outros, não supões que julgariam estar se referindo a objetos reais ao mencionar o que veem diante de si?

Glauco – Necessariamente.
Sócrates – Supões também que houvesse na prisão um eco vindo da frente. Na tua opinião, cada vez que falasse um dos que passavam atrás deles, não acreditariam os prisioneiros que quem falava eram as sombras projetadas diante deles?

Glauco – Sem a menor dúvida.
Sócrates – Esses homens, absolutamente[5], não pensariam que a verdadeira realidade pudesse ser outra coisa senão as sombras dos objetos fabricados?

---

3 Não confundir a luminosidade desse fogo – situado a certa altura, por detrás dos prisioneiros, "no interior" da caverna – com a luz do sol, iluminando o dia, no exterior da caverna. A entrada da caverna está bem aberta à luz do dia "em toda a sua extensão", mas esta abertura é demasiado elevada e afastada do fundo da caverna para iluminar e projetar as sombras das marionetes.
4 Objetos fabricados – contrariamente às realidades naturais que o prisioneiro libertado verá à luz do dia.
5 A ilusão obstinada do senso comum considera como única realidade a que se vê ou se conhece por meio dos cinco sentidos e julga "absolutamente" impossível que possa existir outra. Do mesmo modo, os prisioneiros da caverna, não podendo voltar-se para trás, não suspeitam que possa existir uma outra realidade senão a que veem e "necessariamente" (como responde Glauco) pensam que a realidade existente é unicamente a que veem. A opinião é tanto mais certa de si mesma quanto mais afastada se encontra da verdade.

Glauco – Sim, forçosamente.
Sócrates – Imagina agora o que sentiriam se fossem libertados de seus grilhões e curados de sua ignorância[6], na hipótese de que lhes acontecesse, muito naturalmente[7], o seguinte: se um deles fosse libertado e subitamente forçado a se levantar, virar o pescoço, caminhar e enxergar a luz, sentiria dores intensas ao fazer todos esses movimentos e, com a vista ofuscada, seria incapaz de enxergar os objetos cujas sombras ele via antes. Que responderia ele, na tua opinião, se lhe fosse dito que o que via até então eram apenas sombras inanes e que, agora, achando-se mais próximo da realidade, com os olhos voltados para objetos mais reais, possuía visão mais acurada[8]? Quando, enfim, ao ser-lhe mostrado cada um dos objetos que passavam, fosse ele obrigado, diante de tantas perguntas, a definir o que eram, não supões que ele ficaria embaraçado e consideraria que o que contemplava antes era mais verdadeiro do que os
objetos que lhe eram mostrados agora?

Glauco – Muito mais verdadeiro.
Sócrates – E se ele fosse obrigado a fitar a própria luz, não acreditas que lhe doeriam os olhos e que procuraria desviar o olhar, voltando-se para os objetos que podia observar, considerando-os, então, realmente mais distintos do que aqueles que lhe são mostrados?

Glauco – Sim.
Sócrates – Mas, se o afastassem dali à força, obrigando-o a galgar a subida áspera e abrupta e não o deixassem antes que tivesse sido arrastado à presença do próprio sol, não crês que ele sofreria e se indignaria de ter sido arrastado desse modo? Não crês que, uma vez diante da luz do dia, seus olhos ficariam ofuscados por ela, de modo a não poder discernir nenhum dos seres considerados agora verdadeiros?[9]

Glauco – Não poderia discerni-los, pelo menos no primeiro momento.
Sócrates – Penso que ele precisava habituar-se, a fim de estar em condições de ver as coisas do alto de onde se encontrava. O que veria

---

6 Literalmente, "de sua falta de sabedoria", "de sua loucura". Assim como São Paulo dirá que "A sabedoria dos homens é loucura aos olhos de Deus e que a sabedoria de Deus é loucura aos olhos dos homens" Platão diz, de alguma forma, que "A sabedoria dos homens é loucura aos olhos do sábio e que a sabedoria do sábio é loucura aos olhos dos homens".
7 "Muito naturalmente" – talvez porque a alma é, por natureza, assemelhada à região divina e chamada a liberar-se do corpo e do mundo sensível. Mas, para que o consiga e, assim, contemple as ideias e o Bem, isso não se pode fazer sem sofrimento, sem a ascese do desprendimento ao corpo. Isso só pode ser feito progressivamente, como vai ser sublinhado em seguida.
8 A contemplação das figuras ou das marionetes, isto é, dos objetos cujas sombras o fogo projeta sobre a parede da caverna, não é ainda a contemplação das ideias e dos seres verdadeiros do mundo inteligível. Ela constitui um estágio intermediário entre a opinião e a ciência, ao que Platão chama, a propósito, de "opinião correta" (cf. Ménon), que corresponde na imagem da linha do livro VI (cf. introdução p. 35) ao grau intermediário entre a imaginação e a ciência: a crença.
9 Estamos, no momento, no exterior da caverna, em pleno dia, em presença de seres verdadeiros e não mais de suas reproduções pelas marionetes cujas sombras eram vistas pelos prisioneiros.

mais facilmente seriam, em primeiro lugar, as sombras; em seguida, as imagens dos homens e de outros seres refletidas na água e, finalmente, os próprios seres. Após, ele contemplaria, mais facilmente, durante a noite, os objetos celestes e o próprio céu, ao elevar os olhos em direção à luz das estrelas e da lua – vendo-o mais claramente do que ao sol[10] ou à luz durante o dia.

Glauco – Sem dúvida.
Sócrates – Por fim, acredito, poderia enxergar o próprio sol – não apenas sua imagem refletida na água ou em outro lugar –, em seu lugar, podendo vê-lo e contemplá-lo tal como é.

Glauco – Necessariamente.
Sócrates – Após, passaria a tirar conclusões sobre o sol, compreendendo que ele produz as estações e os anos; que governa o mundo das coisas visíveis e se constitui de certo modo[11], na causa de tudo o que ele e seus companheiros viam dentro da caverna.

Glauco – É evidente que chegaria a estas conclusões.
Sócrates – Mas, lembrando-se de sua habilitação anterior, da ciência da caverna que ali se cultiva e de seus companheiros de cativeiro, não ficaria feliz por haver mudado e não lamentaria por seus companheiros?

Glauco – Com efeito.
Sócrates – E se entre os prisioneiros houvesse o costume de conferir honras, louvores e recompensas àqueles que fossem capazes de prever eventos futuros[12] – uma vez que distinguiriam com mais precisão as sombras que passavam e observariam melhor quais dentre elas vinham antes, depois ou ao mesmo tempo –, não crês que invejaria aqueles que as tivesse obtido? Crês que sentiria ciúmes dos companheiros que, por esse meio, alcançaram a glória e o poder, e que não diria, endossando a opinião de Homero, que é melhor "lavrar a terra para um camponês pobre"[13] do que partilhar as opiniões de seus companheiros e viver semelhante vida?

---

10 Platão tem a preocupação de mostrar a progressão na descoberta do mundo superior, que vai das realidades menos luminosas às mais luminosas. Assim, os olhos se elevam.
11 O sol (o Bem) é, "de uma certa maneira", a causa de tudo o que existe no mundo visível: O Bem é a causa de tudo o que, no mundo visível, reflete o mundo inteligível e, portanto, tende para o Bem e uma certa perfeição, mas não é a causa do que, no mundo sensível, é mal, materialidade informe refratária ao ordenamento do bem (cf. República 379 b): "Deus, por ser bom, não é a causa de tudo, como se diz comumente. Para o que há de bom Ele é o único autor, mas para o que há de mal é preciso encontrar a causa fora de Deus."
12 Esta é a ciência que se cultiva na caverna, isto é, em nosso mundo. É ela baseada em conjeturas tiradas da experiência e da repetição dos acontecimentos. A partir de tal repetição, pode-se, por exemplo, adivinhar o futuro com certa margem de segurança.
13 Odisseia, XI – V, 485-490. Quando Ulisses visita o inferno e vê a sombra de Aquiles reinar, como um príncipe, sobre os mortos, lhe diz: "Vejo-te exercer o poder sobre os mortos. Para ti, Aquiles, a morte é sem tristeza". Mas Aquiles responde: "preferiria estar entre os vivos, ainda que fosse para lavrar a terra para um camponês pobre". Observa-se, aqui, um paralelismo entre o mundo da caverna e o dos infernos.

> Glauco – Sim, na minha opinião ele preferiria sustentar esta posição a voltar a viver como antes.
> Sócrates – Reflete sobre o seguinte: se esse homem retornasse à caverna e fosse colocado no mesmo lugar de onde saíra, não crês que seus olhos ficariam obscurecidos pelas trevas como os de quem foge bruscamente da luz do sol?
>
> Glauco – Sim, completamente.
> Sócrates – E se lhe fosse necessário reformular seu juízo sobre as sombras e competir com aqueles que lá permaneceram prisioneiros, no momento em que sua visão está obliterada pelas trevas e antes que seus olhos a elas se adaptem – e esta adaptação demandaria um certo tempo –, não acreditas que esse homem se prestaria à jocosidade? Não lhe diria que, tendo saído da caverna, a ela retornou cego e que não valeria a pena
> fazer semelhante experiência? E não matariam[14], se pudessem, a quem tentasse libertá-los e conduzi-los para a luz?
>
> Glauco – Certamente. (PLATÃO, 1989)

A situação inicial da Alegoria da Caverna é que todos os seres humanos aparecem presos a correntes no fundo de uma caverna. De repente, não se diz porquê, alguém se liberta e começa a caminhar para fora, indo gradualmente, enfrentando dificuldades, na direção do Sol. Encontra-o. Contempla-o. É capaz, com as peripécias pelas quais passou, de olhar para o Sol, depois de ter passado por experiências de cegueira. Vai educando, passo a passo, seu olho para uma luz cada vez maior. Visto o Sol, volta para a caverna para dizer o que viu, e para governar os que ficaram na caverna, que não o aceitam. E quem viu o Sol, por mais que se sinta impelido a compartilhar o que viu, tornando-se o administrador-mor dos cavernícolas, deixa a caverna e se contenta depois em viver contemplando o Sol, de quem se sente um privilegiado predestinado. Em síntese, é a estória.

Façamos alguns comentários, para ver como o texto tem um **aspecto político e ético** (quem deve ser o governante): tem uma **dimensão pedagógica** (mostra o roteiro a seguir para a educação, e como alguém pode chegar a conhecer a verdade e os passos que deve seguir para isso) e tem um **aspecto teórico**, mostrando o que é a verdade (*episteme*, em grego) e qual a diferença com a opinião (*doxa*, em grego). Neste caso, quem fica na caverna se mantém na sombra mutável da opinião, e quem de lá sai, chega a uma verdade objetiva, neutra, universal, única, imutável.

A condição inicial é que todos são iguais: todos, no fundo da caverna, presos. E um se solta: nem se diz se é alguém que se *solta* ou alguém que é *solto*, não se sabe por quem. Isso tem a ver com a teoria de Platão, para

---

14 Alusão evidente à morte de Sócrates.

quem, além de haver homens que nascem escravos e outros livres, há entre os livres homens de ouro, de prata e de bronze. Na sociedade, os homens de bronze são os que cuidam da produção e do comércio e os artesãos. A grande virtude deles deve ser o comedimento. Os homens de prata são os soldados, cuja virtude deve ser a coragem. E os homens de ouro são os governantes, que Platão chama de "administradores". O governante é, pois, um administrador público!

Do ponto de vista do conhecimento, os homens de ouro são os filósofos, enquanto os outros só chegam à música, à ginástica, à matemática, à geometria...

Portanto, **o filósofo** é quem foi chamado (tem vocação para...) para sair da caverna, e de repente ele consegue desvencilhar-se das correntes e sai. Só ele. Os outros continuam presos, mesmo sem saber que estão presos, muito menos porque estão presos. Quem começa a sair enfrenta muitas dificuldades e vai sendo surpreendido pelas novidades a que vai ao encontro, com sofrimentos. Ele fica cego toda vez que muda a intensidade da luz, mas educa seu olho, se acostuma a uma luz cada vez mais intensa, até que dá de cara diretamente com a fonte de toda luz, e com a fonte de toda realidade, que é o Sol, que representa a razão última, o princípio primeiro ou último de todas as coisas. O Sol representa, portanto, a origem de toda a realidade, ao mesmo tempo que é a Realidade. E o filósofo, que agora se torna filósofo, contempla, deixando-se dominar pelo Sol. É o Sol que diz quem é o Sol. O filósofo deve escutar, ouvir, olhar, ver. Ser objetivo. Estar atento. Comparando com o que dissemos antes, **o filósofo não só busca a sabedoria, mas aqui aparece como alguém que alcança a sabedoria, a ciência, a verdade.** Ele observa o Sol, atentamente. Objetivamente. Renuncia a toda opinião própria, a todo interesse individual. Nada depende aqui da opinião, como continuam dependendo os que estão na caverna. Tudo passou a depender do Sol. E o Sol é a Razão por excelência.

E é quando ele chega a ver o Sol que, finalmente, entende que as sombras da caverna têm origem naquele, mas que são apenas sombras. Mas também entende que as plantas, todas as coisas pelas quais passou até chegar ao sol, devem sua existência ao sol, que as gerou e as continua sustentando. Neste momento ele passa a entender também outra coisa importante. **Que ele conseguiu ver as coisas**, as plantas, os objetos, inclusive as sombras na parede da caverna **porque o Sol as ilumina**. Se não houvesse Sol fora dele, filósofo, ele nada conseguiria ver com seus olhos na sua frente, pois as coisas não seriam visíveis. Portanto, a origem do conhecimento não residia nele, não era subjetiva, mas estava no Sol, logo tinha fundamento objetivo. A verdade não nasce de quem conhece, mas da realidade conhecida. A verdade não é, pois, subjetiva, mas objetiva (isto é, depende do objeto).

Neste momento, ele também compreende porque na caverna se briga, pois as sombras vão mudando, enquanto o Sol tem sempre a mesma in-

tensidade e luz, e não muda, fazendo com que a verdade também se torne imutável, clara. Se todos se submetessem ao Sol, renunciando às meras opiniões, obviamente todos estariam de acordo entre si e os conflitos acabariam. Mas lembremos: Platão defende que nem todos têm esta capacidade igual de conhecer. Há pessoas com competências diferentes. Até parece que somos muito platônicos também, diga-se de passagem!

Nesse momento ele também percebe que precisa **voltar à caverna** e contar aos cavernícolas que ele finalmente entendeu a realidade e encontrou a solução de todos os problemas que existem na caverna, ou seja, na vida do dia a dia de todos nós. Bem que ele poderia voltar à caverna e convidar todos a saírem dela, mas ele não o faz, pois sabe que isso não tem sentido: os outros não nasceram com a mesma capacidade. Assim, ele volta à caverna, se reapresenta, e procura dizer, a quem ficou por lá, o que viu, convencendo-os ao mesmo tempo de que devem ouvi-lo e, sobretudo, de que devem obedecer-lhe para que, finalmente, acabem todos os conflitos entre os cidadãos. É óbvio que Platão – ao escrever *A República* e ao apresentar como metáfora da cidade uma caverna – está pensando na sua querida Atenas que, anos antes, havia injustamente condenado à morte seu grande mestre e amigo Sócrates. **Platão queria dar uma solução ao problema político e ético vivido na sua comunidade**; queria colaborar para que se tivesse um conceito seguro de justiça, que não dependesse mais das opiniões aleatórias dos sofistas, dos governantes de plantão (um tio de Platão foi um dos trinta tiranos que condenou Sócrates à morte!) e dos cidadãos em conflito. Em suma, Platão queria tornar Atenas uma *polis* **justa**, criando racionalmente uma sociedade ideal, uma **sociedade perfeitamente bem administrada.**

Quando o filósofo volta à caverna, porém, não acontece o que ele esperava e desejava: os da caverna consideram-no um louco, um pretensioso, um prepotente, pois não entendem o que ele diz e por que motivo, em base a quê, pleiteia ser o administrador da caverna, ou da cidade que ele quer. E nem o podem entender, pois para entender o que ele agora sabe, todos precisariam ir até o Sol e conhecerem também a essência das coisas. E por que não o fazem? Simplesmente porque a natureza não os destinou para isso. Eles nasceram para ser felizes sendo homens de "prata" e de "bronze", e só podem viver bem se forem bons na sua profissão, mas nunca se quiserem "meter-se" em funções "indevidas".

Você pode estar se perguntando: Mas então como fazer?

O diálogo com os da caverna praticamente se tornou impossível. Só uma aceitação pura e simples do filósofo, do que ele mandasse fazer, faria com que a verdade fosse posta em prática. Insista-se: a tese de Platão é que **o único bom governante é o filósofo, o sábio**.

Esta é a tese de Platão. **Hannah Arendt** a critica duramente dizendo que a política nunca se deve basear na verdade, mas sempre se deve basear

na opinião. Ela diz que toda vez que a política se baseia na verdade, se cai no totalitarismo. Ou melhor, que toda vez que um governante acha que sabe a verdade e a põe em prática simplesmente, pela obediência dos cidadãos, se cai na violência.

Hannah Arendt
Fonte: Carvalho (2011)

Atualizando a tese platônica, hoje diríamos que o único bom governante é o cientista ou o técnico especializado. Um ignorante não pode ser bom governante – para entendermos melhor do que se está falando e de como os temas filosóficos são atuais, façamos também nós a pergunta: qual a relação entre o conhecimento e a capacidade de ser um bom político?

Fazendo um paralelo entre a tese platônica e a realidade que nós mesmos vivemos, parece que, em geral, somos "platônicos", pois muitas vezes repetimos o argumento de Platão: que o melhor ministro da economia é um economista, ou que, em geral, o melhor político seria sempre um técnico, um especialista, e que o governante, o presidente deveria ser aquele que entende de tudo, compreende o Todo, como o filósofo de Platão, que ele fosse a pessoa mais competente, mais inteligente. Comparemos e pensemos em como a opinião pública brasileira comparou e compara, nestes últimos anos, Fernando Henrique Cardoso – que não cansava de se apresentar e de ser apresentado como intelectual competente – e Luiz Inácio Lula da Silva – que tantas vezes foi e é apresentado como incapaz de ser governante ou bom político por não ter diploma universitário. Acreditando nele, apostando no filósofo, obedece a ele, cegamente. Mas os cavernícolas não o fazem. Por que não? Como fazer com que percebam que de fato o filósofo quer o bem comum, o bem de todos, e que alcançou a verdade que, posta em prática, trará a solução para todos?

Eis o problema. Um problema fundamental, que tem a ver com a relação entre a verdade e o bem.

Será que se pode sustentar como verdadeira esta tese platônica: de que só faz o bem quem sabe? De que pôr em prática a verdade necessariamente resultará em bem para todos? Ou então: de que, necessariamente, aquele que sabe sempre fará o bem? Qual é a vinculação entre saber a verdade e praticar o bem? Pode alguém ser inteligente e não ser bom, fazendo o mal? Um cientista, quando

põe a verdade científica em prática, necessariamente faz o bem? Competência científica é garantia de bem? Se for assim, toda pessoa ignorante faz o mal, inevitavelmente. De fato, Platão declara que o mal é fruto da ignorância. Só da ignorância. Deste modo, nunca alguém seria mau de má-fé.

De fato, os da caverna, diante da pretensão do filósofo de mandar neles, ficando ali dentro, ameaçam ele de morte. Por mais que consigamos compreender que a solução perfeita de todos os problemas consiste em pôr em prática a verdade – é impossível haver argumento para provar que o filósofo não tenha a razão – o problema é não se conseguir pôr em prática a verdade. Os da caverna não colaboram para tal, não obedecem ao comando, ao administrador do Sol, que veio pôr em prática a Verdade, comandado pelo Sol, e não por interesse próprio.

Não é o que em geral dizemos também nós: que o problema reside em não pormos em prática a verdade?

Então sendo o filósofo o único que entende a verdade, possuindo-a, também será o único que a poderá pôr em prática; para isso, na política, é imprescindível que os outros, homens de "prata" e de "bronze", os não filósofos, os ignorantes no caso, lhe obedeçam. Se isso não acontecer, necessariamente a polis continuará sendo conflituosa e violenta. Se os de bronze quiserem saber das coisas e decidir as coisas, irão errar, serão injustos, criarão conflitos. Importa que cada um faça aquilo para o qual a Natureza os destinou. Tudo tem que funcionar hierarquicamente. Com tudo bem organizado, cada um na sua função, com competência, o todo estará perfeito. Portanto, nada de democracia, de perguntar a todos qual a solução. A solução só pode ser dada por especialistas, por bons administradores, que são os ministros (=serviçais) da verdade e da essência da realidade.

Mais um comentário para concluirmos este Capítulo: depois de termos discutido o conceito de Filosofia de várias maneiras, e tendo em conta os dois conceitos presentes na obra de Platão, que revelam duas maneiras de se vincular a teoria com a prática, e também duas maneiras de vincular a Filosofia com a Política e a Ética, vamos continuar refletindo, propondo o que diz um filósofo moderno como Kant sobre a tese de Platão. Eis a passagem claramente crítica ao pensador grego:

> Não é de esperar nem também de desejar que os reis filosofem ou que os filósofos se tornem reis, porque a posse do poder prejudica inevitavelmente o livre juízo da razão. É imprescindível, porém, para ambos que os reis ou os povos soberanos (que se governam a si mesmos segundo as leis da igualdade) não deixem desaparecer ou emudecer a classe dos filósofos, mas os deixem falar publicamente para a elucidação dos seus assuntos, pois a classe dos filósofos, incapaz de formar bandos e alianças de clube pela sua própria natureza, não é suspeita da deformação de uma propaganda. (KANT, 1988, p. 150–1)

Resumindo

Chegamos ao final deste Capítulo certos de que apresentamos um panorama bastante vasto, mas breve, sobre o que é filosofia. Recomendamos que você visite as indicações do Saiba mais para aprofundar seus conhecimentos, mas sobretudo procure aceitar o desafio de refletir um pouco mais, sem receio dos problemas que aparecerem. Se você ficou em dúvida com alguma questão apresentada, busque auxílio junto ao Sistema de Acompanhamento. É muito importante entrar em contato direto com os textos clássicos dos filósofos, lendo-os diretamente e não ficar só com os comentaristas. Mesmo que ainda nos falte maior acesso a boas traduções dos textos clássicos, recomendamos vivamente aos interessados que recorram às qualificadas traduções publicadas, em vários volumes e edições, na Coleção Os Pensadores, da Editora Nova Cultural, de São Paulo. Há também outras traduções, mais ou menos qualificadas, em coletâneas ou não, e com preços mais acessíveis. Há também um acesso gratuito a algumas traduções na Internet.

ATIVIDADES

Para se certificar de que você entendeu a discussão apresentada ao longo do texto, responda às perguntas propostas. É muito importante que você não apenas compreenda o que é afirmado e discutido no texto, mas que procure também pensar por sua própria conta e risco.

1. Procure descrever a distinção entre o conceito socrático e o platônico de filosofia, e indique quais são as consequências práticas de cada um dos conceitos na vida de um administrador público.

2. O que podemos pensar a respeito da tese de Platão de que o melhor governante é quem sabe mais? Qual é, afinal, a relação entre verdade e bem, entre saber a verdade e fazer o bem? Quem sabe mais será necessariamente um governante melhor?

3. Platão defende que a sociedade ou instituição perfeita é sempre aquela em que vigora e é respeitada uma hierarquia, comandada por aquele que sabe mais, enquanto outros defendem maior igualdade e democracia. Quais são os argumentos de Platão a favor da hierarquia, e como estes argumentos podem e devem ser vistos na administração pública?

CAPÍTULO II

ÉTICA

Prof. Selvino José Assmann

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Compreender melhor o que é a ética, e qual a diferença entre "crise da ética" e "crise ética";
- Entender como pode ser vista a relação entre ética e política, tendo em conta duas concepções de poder; e
- Saber melhor o alcance e o limite de uma ética profissional e qual o problema ético a enfrentar como administrador público.

Sobre a Ética, a Partir da Crise Ética

O que é ética? O que está em crise? Chamamos a atenção para a importância da clareza dos conceitos e para a dificuldade teórica (e prática também) em estabelecermos e sabermos o que é bem e o que é mal. Sem isso, não conseguiremos enfrentar a "crise ética", de que tanto se fala.

Em seguida, analisaremos mais detidamente a relação entre a ética e a política, com ênfase no conceito de poder, afim de entender melhor o problema da ética na administração pública. Tendo em consideração a vida pública brasileira, veremos como se poderá compreender uma ética profissional do administrador público.

Já não nos surpreende que o tema da ética se tenha tornado tão recorrente entre nós, como cidadãos, como profissionais, como indivíduos e como grupos humanos organizados. Passamos a viver em meio a muitas normas: éticas profissionais, éticas grupais, sentindo-nos tantas vezes confusos sobre como agir. Vivemos em um mundo em que praticamente todos sentem e denunciam a "falta de ética" ou uma "crise dos valores morais". Se até há decênios atrás, tudo era visto como político, e a solução era política, agora tudo parece ser visto como moral e tudo deve ser resolvível pela ética. Isso leva a crer que o grande problema atual seja ético. Reclamamos que "não há mais valores" ou que está na hora de "resgatar os valores...". Por outro lado, sentimo-nos perdidos, inseguros e perplexos a respeito do que seja um comportamento eticamente correto, acerca do que seja um valor moral. Trata-se de duas questões diferentes, como veremos. Afinal, o que é bem e o que é mal?

Queremos também discutir as relações entre ética e política, a fim de entender melhor as relações entre público e privado, e o sentido da ética para um administrador público, envolvido em uma multiplicidade de relações de poder, que não se restringem a relações políticas. Neste contexto pretendemos apresentar também o debate entre uma ética profissional e a ética em geral. Se a administração é um exercício de poder, é no exercício desse poder que se dará ou não um exercício moralmente correto no comportamento do administrador publico. Por isso, fazemos também uma discussão sobre duas possíveis compreensões do poder, das quais se pode deduzir uma diferente compreensão de ética.

Mais do que apresentar uma história da ética e trazer informações sobre diferentes doutrinas morais, este texto pretende ser uma problematização da ética a partir da situação atualmente vivida. E por isso é também um diálogo com alguns autores clássicos da tradição filosófica, como Aristóteles, Maquiavel, Kant, Weber, Foucault, mesmo que nem sempre sejam citados explicitamente no texto.

O que importa, sobretudo, é convidar você, estudante, a se situar melhor no que acontece e a participar do debate, lendo atentamente este texto, anotando suas dúvidas, consultando a bibliografia indicada na seção Complementado, e consultando o Sistema de Acompanhamento sempre que for necessário.

Ética e Moral

Por mais que **ética** e **moral** originariamente sejam sinônimos, distinções diversas são feitas entre os dois termos. Alguns autores, por exemplo, reservam a **ética** à vida pública, e por isso falam de ética na política, de ética profissional; e a **moral** é, por sua vez, referida ao comportamento privado das pessoas. Aqui, porém, preferimos fazer outra distinção, bastante consagrada no campo da Filosofia.

Neste texto, a ética será entendida como a teoria da moral, como filosofia da moral, ou seja, como o estudo racional sobre a experiência moral dos seres humanos. Ética é, assim, o estudo do comportamento humano, investigação sobre o que é bom e o que é mau, e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos. Enquanto isso, moral é outra coisa. Conforme escreve Foucault,

> [...] moral é um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. (FOUCAULT, 1984, p. 26)

Além disso, **moral é o comportamento real dos indivíduos** em relação às regras e aos valores que lhes são propostos. Nesta acepção, moral não é o código de normas como tal, mas a maneira como os indivíduos se submetem ou obedecem, mais ou menos, a um princípio de conduta. Este conjunto de regras pode ser formulado em códigos mais explícitos

ou até escritos, mas também transmitido de maneira difusa, podendo assim haver regras que nem sempre são coerentes entre si. Ao mesmo tempo, podemos entender como moral o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos; assim moral designa a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta, ou a maneira na qual eles se submetem ou resistem a uma prescrição. Moral tem a ver com todo comportamento humano – e só com este comportamento – no qual estão envolvidos bem ou mal, o que nos leva a perceber que nem tudo o que fazemos tem a ver com moral. A **moral**, assim como o direito, tem a ver com regras cuja observação se exige para que o comportamento seja considerado moralmente correto, enquanto a ética é o estudo, a análise teórica dessas regras e do fato de haver uma preocupação dos seres humanos com o bem e o mal.

Em primeiro lugar, constatamos que desde que há civilização, há moral, ou seja, há um conjunto de regras que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos humanos. Para entender isso, vale a pena lembrar que ethos é termo grego clássico que significa morada, hábitat.

Daí que ética – nesta passagem usada como sinônimo de moral – quer dizer um conjunto de atitudes concretas, vinculadas a regras, que deixam a casa ou a morada arrumada, bem funcionante, tornando possível morar nela com tranquilidade, com segurança e até com prazer. E moral vem de mores, termo latino plural que significa costumes, hábitos, fazendo com que moral equivalha às atitudes e normas que se estabeleceram como hábito de boa convivência, de bom comportamento.

Mesmo que essas regras ou hábitos ou atitudes consideradas corretas mudem, há regras. De saída podemos afirmar que moral não significa só um conjunto de regras, mas sim um conjunto de atitudes conforme regras. Por isso dizemos que é moralmente correta a pessoa que mantém costumeiramente uma determinada postura frente às coisas e às pessoas, adotando um estilo de comportamento, embora também consideremos moralmente correta a atitude de quem devolve uma carteira de documentos e dinheiro que encontrou na calçada, mesmo que tal pessoa possa normalmente não se comportar tão corretamente. De toda forma, constatamos também que bem e mal são reconhecidos como tais porque há cumprimento ou descumprimento dessas regras, desses costumes. Portanto, se não houvesse regras ou hábitos estabelecidos, não haveria bem e mal.

Outro modo de nos darmos conta da existência da moral consiste em assinalar o que se vive em situações bem concretas de nossa vida individual ou de grupos humanos ou até nacionais. Alguns exemplos revelam aquilo que chamamos "**senso** moral": ficarmos sensibilizados com o fato de haver tanta gente morrendo de fome, enquanto acontece um desperdício enorme de alimentos; ouvirmos todos os dias notícias de mortes pela violência no trânsito, em chacinas de pessoas ou até de animais, sequestros, estupros, torturas, e ficarmos indignados com isso.

Ao mesmo tempo, em que convivemos com essas situações, confrontamo-nos com situações difíceis de se resolver no campo prático da moral, tais como: Permitir ou não o aborto, sobretudo quando a gestação se deveu a um estupro? Aceitar ou não uma tarefa que possibilite o dinheiro para sustentar a família, quando se sabe que o cumprimento da tarefa assumida vai contra a legislação em vigor? Desligar ou não os aparelhos que mantêm viva uma pessoa, quando tudo indica que já não existe possibilidade de uma vida digna ou razoável sem o uso dos aparelhos? Ser a favor da pena de morte para crimes muito graves? Tais perguntas existem precisamente enquanto põem em questão ou à prova nossa **consciência moral**.

Conforme escreve Marilena Chauí,

> [...] o senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva. (CHAUÍ, 1995, p. 431)

Se, por um lado, constatamos que a moral existe desde que há civilização, por outro, sempre teremos dificuldades para entender **porque devemos ter uma moral**, ou seja, por que, para viver, temos que ter uma norma, escrita ou não, para reger nossa convivência. Não poderíamos viver, uns ao lado dos outros, fazendo cada um aquilo que quer? Por que somos seres morais? Por que temos de ter uma lei? Por que, afinal, fazemos o mal ou o bem, ao descumprirmos ou cumprirmos esta lei? Poderíamos ainda perguntar: por que os outros seres (os animais, por exemplo) nunca fazem o bem nem o mal, e só os seres humanos são seres morais?

A resposta possível é a seguinte: **os outros seres cumprem uma "lei", que nós chamamos instinto, e nunca a podem descumprir, e nós, humanos, temos uma lei, que podemos cumprir ou descumprir.** Nisso consiste, em primeiro lugar, a diferença entre seres morais (os seres humanos) e **seres amorais**, ou sem moral, seres não submetidos a uma regra moral: **são seres morais apenas os seres livres**, ou seja, os seres capazes de cumprir ou não uma norma estabelecida, ou seres com consciência moral, isto é, seres (sujeitos morais) com capacidade para deliberar frente a alternativas possíveis, decidindo e escolhendo uma delas. Um ser **amoral** é quem não precisa ou não consegue viver sob uma norma moral, como é o animal. E **imoral** é quem também pode ser **moral**. Quando alguém é obrigado a descumprir uma norma, ele não pode ser responsabilizado moralmente pelo descumprimento. Só há, portanto, moralidade em um ato humano no qual existe a possibilidade de escolha. Enquanto os animais só desejam aquilo que podem conseguir, os seres humanos se caracterizam por poder desejar tudo, ou por desejarem mais do que aquilo que podem alcançar. No entanto, nunca alcançam tudo o que desejam, e por isso tendem a prejudicar os outros. Por este motivo, nasce a necessidade de estabelecer, através de uma norma, um limite para o que os seres humanos fazem a fim de realizar seus desejos. Já observamos, a partir disso, que a moral só existe porque não vivemos sozinhos, mas ao lado de outros seres humanos, conforme iremos ver em seguida.

Por mais misterioso que seja sabermos por que motivo somos seres morais, percebemos que **ninguém nasce "moral"**. O ser humano, no processo de ir se tornando humano, vai se tornando um ser moral. Ninguém nasce sabendo que está submetido a regras. Por isso mesmo, ninguém, até certa idade, é responsabilizado nem moral nem juridicamente por aquilo que faz. É com a educação, ou seja, de forma bem geral, com a convivência com os adultos, que as crianças são introduzidas na convivência humana, e com isso adquirem um senso moral, um senso de limite, um senso de responsabilidade. É pela convivência que percebemos que há normas para o comportamento, há o certo e o errado na relação com os outros. Nos primeiros anos de vida, os seres humanos vivem uma situação pré-moral, em que predomina a **anomia** (ausência de leis). Depois, lá pelos três-quatro anos, a criança vive sobretudo uma **heteronomia** (vive e percebe que algum outro – *heterós*, em grego – determina uma lei – *nómos*). Só mais tarde, em geral por volta dos sete anos de idade, surge alguma **autonomia** (lei feita por ele mesmo – *autos*, em grego).

Por isso, podemos dizer que **os seres humanos se tornam seres morais através da educação**, independente de qual seja ela, e que, se não houvesse educação, convivência com outros seres humanos, estes não se tornariam seres morais. Algo parecido com estas observações, feitas por estudiosos recentes como Jean Piaget (1896–1980) e Lawrence Kohlberg (1927–1987), está na base da secular tradição cristã, que afirma que só a partir dos sete anos é possível alguém "fazer um pecado", e, portanto, que só a partir dos sete anos podemos também fazer o bem. Isso é o mesmo que dizer que só a partir daí somos **sujeitos morais:** seres conscientes de si e dos outros; seres dotados de vontade ou de controlar e orientar desejos e impulsos; seres responsáveis, respondendo pelos próprios atos; em suma, seres livres, seres capazes de escolher entre várias possibilidades, mas, sobretudo, capazes de autodeterminação, dando a si mesmo as normas de comportamento. Por outras palavras, só posso fazer o mal moralmente, quando ao mesmo tempo me é possível fazer o bem, e, sobretudo, quando assumo como lei própria aquela que me proponho a cumprir. Sendo assim, é óbvia a importância do tipo de educação que todos os seres humanos recebem, para que se tornem mais ou menos capazes de autonomia, capazes de se darem à lei, e para que se sintam mais ou menos responsáveis por aquilo que fazem. Independente de tudo isso, porém, **a moralidade é um fato constatável em todos os tempos e em todas as comunidades humanas. Até hoje não foi encontrada nenhuma sociedade sem moral, sem norma moral.** Os seres humanos não conseguem viver ou conviver sem uma norma.

Ética Antiga, Medieval e Moderna

E quem estabelece tal norma para os seres humanos? Se aceitarmos que se fale em "lei" para os animais, podemos dizer que ela está inscrita na própria natureza animal, enquanto, para os seres humanos, é mais difícil definir quem estabelece a norma moral. Em todo caso, a moralidade humana foi e continua sendo fundamentada em diferentes bases.

Para uns, a norma moral ("hábitos", "costumes" – *mores*, em latim, e daí, como dissemos, *moral*) está definida em códigos escritos, para outros em códigos não escritos. Independente de constar ou não em códigos escritos, convém insistir no fundamento dessa norma. De maneira geral, na história e no comportamento humano, foram e são apresentadas **três fontes da norma moral.**

Em primeiro lugar, os **antigos**. Para eles, a ética, cujo modo era a virtude e cujo fim é a felicidade, realizava-se pelo comportamento virtuoso entendido como a ação que era conforme à natureza. Sendo, por natureza, um ser racional, virtuoso é quem domina as paixões e se guia pela razão. Esta dá normas à vontade humana para que esta possa deliberar corretamente. A norma é vivida e aceita como se fosse estabelecida e definida por algo que os gregos denominaram physis ou Natureza, por uma natureza que está acima de cada indivíduo e é igual em todos. Neste caso, fazer o bem significa cumprir a lei da natureza, e fazer o mal é agir contra a natureza. A harmonia com a natureza será, por conseguinte, o bem, e o mal, a desarmonia com ela. Esta natureza de algum modo é identificada como "razão última de toda a realidade" e que é conhecida pela razão humana que faz parte dessa natureza ou razão universal.

É claro que, neste caso, não podemos ser livres em todas as coisas frente à natureza, mas há algo que depende de nossa vontade e de nossa ação, que deve ser guiada pela razão humana que se conforma ou não à lei da natureza. Assim, sendo políticos por natureza, como repetiu Aristóteles, fazer o bem equivale a sermos bons cidadãos, ou melhor, a estabelecermos uma harmonia entre a vida individual e a vida coletiva na cidade. Só assim alcançamos a felicidade moral. A harmonia com os outros na cidade (polis – donde vem política), harmonia entre indivíduo e comunidade política, também favorece a perfeita integração entre os seres humanos e o **cosmos***.

SAIBA MAIS

***Cosmos** - para os gregos, significa ordem, em contraposição ao caos, desordem. Depois passou a significar o conjunto ordenado do universo. Fonte: Elaborado pelo autor deste livro.

Em segundo lugar – sobretudo falamos da **Idade Média** – os seres humanos assumiram e assumem um código de regras como se fosse estabelecido por um ser superior, por Deus, e, assim, fazer o mal é, para os cristãos, descumprir qualquer mandamento divino, mandamento que foi revelado por Deus. Assim a moral torna-se mais diretamente o cumprimento de um dever estabelecido fora de nós, e não tanto uma combinação entre lei da natureza e autonomia humana. No caso da moral cristã, parte-se do pressuposto de que a nossa existência humana e a vontade humana estão marcadas por um "pecado original", que nos torna fracos para cumprir a lei moral divina sem o auxílio da própria divindade. Mesmo assim somos livres, pois podemos escolher entre cumprir ou não a vontade de Deus. E as consequências do que fizermos o sentiremos sobretudo após a nossa morte, com um castigo ou uma recompensa definitiva.

De toda maneira, descumprir consciente e responsavelmente uma lei divina equivale a agir contra Deus, mas equivale também a agir mal contra os outros seres humanos e a fazer o mal a si mesmo. E quando alguém não crê em Deus, não saberá qual é a norma a cumprir, e nem saberá o que são o bem e o mal. Isso, no entanto – diga-se de passagem – não significa que um ateu seja alguém sem moral, pois poderá estar cumprindo outra norma que não a religiosa.

No caso do Cristianismo há uma diferença marcante com a ética anterior: para os cristãos o bem já não poderá ser feito na política. Para os antigos a liberdade era um conceito essencialmente político. O Cristianismo desloca a liberdade do campo político para o interior do ser humano: é dentro do ser humano que se dá a luta entre bem e mal, e não só na convivência dos seres humanos entre si. Além disso, com o Cristianismo não se trata de apenas submeter a vontade à razão, como era para os antigos, mas também se trata de submeter a vontade humana à vontade de Deus. No entanto, por mais que no Cristianismo já se dê mais importância ao indivíduo como tal na ética, ainda se mantém algo parecido com o ideal grego: a de que o bem é possível de ser feito dentro de uma comunidade, a comunidade dos que têm a mesma fé. Se os antigos falavam da comunidade política, agora é ressaltada a comunidade eclesial.

Em terceiro lugar – falamos aqui dos **modernos** – a lei moral é estabelecida pelos próprios seres humanos, tanto através de hábitos estabelecidos nas coletividades, através de convenções ou consensos, quanto aparecendo escrita, por exemplo, nas constituições nacionais, em acordos internacionais (por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos). Se na Antiguidade e na Idade Média a ética dá primazia à existência do ser humano como parte de uma comunidade, na vida moderna há uma primazia do indivíduo sobre a coletividade. A coletividade moderna é uma soma de indivíduos. A moral é, então, o que a soma dos indivíduos humanos estabelece como lei para si a fim de se protegerem mutuamente, e de não se prejudicarem reciprocamente, ou até para se beneficiarem. Mesmo que na modernidade também se recorra a certa presença de uma norma moral na própria natureza humana, prevalece nas teorias morais do período a ideia de que é a razão humana que estabelece a norma moral. Isso significa negar que nós nascemos morais, mas que nos tornamos seres morais. Existem autores como Maquiavel e Hobbes, que dizem que, por natureza, os seres humanos são maus, ou seja, se não se estabelecer um limite, uma norma, tenderemos a fazer o mal, e não o bem. Rousseau, ao contrário, diz que por natureza tendemos ao bem. Todos esses autores, porém – e vale a pena chamar a atenção para isso – admitirão que por natureza não somos seres morais, mas só nos tornamos morais a partir do estabelecimento de uma lei, de origem humana. Só com base na existência da lei humana haverá bem e mal moral.

Você entendeu esta perspectiva moderna? Para entendermos melhor, tomemos em consideração o autor que se tornou a grande referência da ética moderna e contemporânea: Emanuel Kant.

Para ele precisamos de um dever para sermos morais. Ele distingue no ser humano dois âmbitos: um natural, e outro, da liberdade e finalidade. No campo natural, as coisas acontecem por necessidade. É o reino da física, da química, a que todos os seres humanos e todos os seres animais são submetidos igualmente. Não há moralidade neste âmbito. Mas existe também na vida dos seres humanos o campo da liberdade e finalidade em que as ações são realizadas racionalmente não por necessidade, mas por liberdade e finalidade. Neste campo, damos a nós mesmos os valores, os fins e as leis de nossa ação moral. Por outras palavras, somos autônomos.

Mas então por que precisamos de normas também neste campo, e não só naquele natural, gerido pela necessidade?

Exatamente por não sermos apenas livres, mas por estarmos sempre e ao mesmo tempo submetidos à causalidade necessária da natureza. Ao mesmo tempo o dever moral tem a ver com o fato de não vivermos sós, de não podermos ser livres sozinhos, mas sempre na presença de outros seres humanos. Por isso, só poderemos considerar como lei válida para nós se pudermos considerar válida esta lei para todos os seres humanos. Por outras palavras, só pode ser considerado bom para mim algo que puder ser bom para todo e qualquer ser humano. Um exemplo seria: eu não posso considerar bom roubar algo de alguém porque não posso aceitar que para todas as outras pessoas seja um bem roubar. Neste caso, serei eu que também corro o risco de ser roubado sem que possa reclamar disso. Portanto, devo agir de acordo com uma norma que deve ser norma para todos os seres humanos, ou até, como lei universal da natureza. Poderíamos afirmar que isso equivale ao nosso ditado popular: "não faça a outrem aquilo que não quer que lhe façam"! Este princípio também pode ser validado tomando, por exemplo, os direitos humanos como condições mínimas do exercício de moralidade: também neste caso, roubar torna-se repreensível do ponto de vista da moralidade publica, pois viola o princípio da tolerância e atinge direitos humanos fundamentais.

Além disso, e de forma peremptória, Kant apresenta uma norma moral única e universal, por ele denominada "imperativo categórico", que é a seguinte:

> Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio. (KANT, 1997, p. 69)

Como podemos observar, é a existência e presença do outro ser humano ao nosso lado que justifica a existência da lei moral, e, mais ainda, da própria existência da moralidade humana. Se alguém de nós vivesse simplesmente sozinho não haveria moral, e ao mesmo tempo também não teria sentido sermos livres. Além disso, a lei moral apresentada por Kant nos diz que precisamos respeitar este outro, qualquer outro, pela sua dignidade humana, independente do fato de ele ser bom ou mau. De

toda maneira, **nenhum ser humano pode ser apenas um meio** ("simplesmente como meio") **para mim**, mas deve ser sempre também um fim. Não posso, por exemplo, usar alguém apenas como meio para alcançar os meus fins; não posso usar o corpo de outrem só para meu prazer, sem considerar também os fins de outrem; não posso torturar alguém; não posso roubar alguém; não posso mentir para outrem; não posso usar o trabalho do outro simplesmente como meio para meu enriquecimento; não posso ser um chefe de uma instituição pública que simplesmente usa ou abusa do outro como meio para me promover. Como podemos observar, é uma lei simples e clara. Contudo há mais um aspecto a ressaltar na formulação de Kant.

Os outros são todos os outros: adultos, crianças, jovens, idosos; homens, mulheres; heterossexuais, homossexuais; negros, brancos, amarelos; pobres, ricos; pessoas consideradas normais ou de necessidades especiais; alfabeti zados ou doutores.

Além disso – e isso nem sempre é considerado quando se repete esta máxima – **Kant não diz que devemos tratar o outro só como um fim, mas que ele nunca deva ser tratado apenas como um meio.** Isso significa que não é possível ao ser humano tratar a qualquer outra pessoa só e puramente como um fim, mas que ele, sendo um fim, também será de algum modo um meio. Façamos um exemplo: mesmo ao falarmos de uma relação amorosa, que seria o mais virtuoso comportamento humano no qual o outro é tratado como um fim, este outro será também um meio para mim. Isso vale tanto para o amor conjugal, quanto para um amor paterno ou materno, quanto para a caridade do ponto de vista cristão. Por mais que a mãe ame um filho, este será sempre também um meio para a mãe e nunca apenas um fim.

Aliás, podemos afirmar que sempre alcançaremos um bem fazendo o bem a outrem. Aristóteles apresenta um exemplo claro quando fala da amizade entre seres humanos. Ele defende que temos três espécies de amizade: amizade por prazer, amizade por interesse ou utilidade, e amizade por virtude. Nas duas primeiras formas de amizade, o outro, o amigo, é tido muito mais como um meio do que como um fim. Depois que alcançar o prazer ou satisfeito o interesse, acaba a amizade. Na amizade por virtude, o amigo é visto como um fim em si: sou amigo de outrem tendo em vista o bem do outro. No entanto, quando acontece esta amizade virtuosa, também terei um benefício: este amigo, ao mesmo tempo em que é um fim para mim, será um meio através do qual obterei o prazer da amizade e a utilidade da mesma.

Sabemos, assim, que toda cultura e que cada sociedade instituem uma moral, ou seja, estabelecem valores, definem o que é bom e o que é mau, e esta moral é válida para todos os seus membros. Poderíamos até imaginar que seria possível viver sem norma moral, mas importa que reconheçamos que até agora não houve grupo humano que não tivesse alguma moral. E a razão para isso parece estar no fato de que todo indivíduo precisa do outro indivíduo para viver com um mínimo de segurança

ou um mínimo de possibilidade de dar sentido à própria existência. Sendo assim **da mesma maneira que não haveria moral se houvesse só um ser humano, não há moral que valha só para um indivíduo.**

Podemos ter morais diferentes, dependendo da situação histórica e cultural, mas sempre serão válidas para um grupo social, uma comunidade humana, e para todos os indivíduos que compõem tal grupo. Também é preciso lembrar que as morais se distinguem dependendo do valor ao qual é dada a primazia. Há, por exemplo, morais que privilegiam a felicidade (eudemonismo): bem é o que traz felicidade (*eudaimonia* em grego), e mal tudo aquilo que traz infelicidade; outras morais privilegiam o prazer (hedonismo – vem de *hedoné*, prazer em grego), outras ainda têm como bem superior a liberdade, a igualdade, ou a utilidade (utilitarismo).

Com facilidade, perceberemos que nem todos os valores são compatíveis entre si, tornando complicada a convivência entre pessoas que adotam morais com fundamentos diferentes. Por exemplo: é possível ter como bens, ao mesmo tempo, a igualdade e a liberdade? Podemos de fato ter uma sociedade em que os indivíduos sejam livres e iguais ao mesmo tempo? É possível ter como bens, ao mesmo tempo, o prazer e a justiça? Devemos ter como regra moral a justiça igual para todos ou uma justiça desigual de acordo com a desigualdade das necessidades daqueles a quem queremos ou devemos servir?

Max Weber insiste em dizer que, nestes casos, existe uma "luta entre deuses", frente aos quais os seres humanos precisam se posicionar. Seguramente isso deve ser tomado em consideração quando perguntamos pela melhor fundamentação da moral no serviço público, o que será também analisado quando, a seguir, falaremos da "ética da responsabilidade" e da "ética da convicção".

De toda maneira, de acordo com os conceitos usados neste texto, podemos **afirmar que sempre houve moral.**

Mas, e ética sempre existiu? A saber, sempre houve a presença explícita de uma ética, de uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais? Sempre houve uma teoria da moral?

Não! Só começou a existir ética com o nascimento da filosofia, mais explicitamente com Sócrates, Platão e Aristóteles. Quando falamos de ética, falamos sempre de uma fundamentação racional das regras morais. Lembrando o que já dissemos antes, quando falamos de três modos diferentes de fundamentar a moral, também há três modos de fundamentar teoricamente a moral, o que constitui três éticas diferentes. Na filosofia greco-romana, a moral e a virtude se definem por nossa relação com os outros cidadãos e com a *polis* (cidade) e, de certa forma, com a Natureza; na Idade Média, virtuoso moralmente é quem cumpre a vontade de Deus. Por isso, pode-se dizer que na Idade Média predomina uma teologia moral, fundada na fé, na crença de que é Deus quem estabelece, e só ele, o que é bem e é mal. Enquanto isso, na modernidade, com mais

direito devemos falar de ética na medida em que se procura fundamentar os valores, o bem e o mal, unicamente na razão humana, ou melhor, na experiência dos seres humanos livres em sociedade.

Nesse contexto, moral é **o fato** de vivermos e nos preocuparmos em nossa vida individual e social, na vida privada e na vida pública, com o agir bem ou agir mal, enquanto **ética** é o **estudo deste fato**, e mais ainda, é a busca para estabelecer o que devemos entender por bem e por mal, e quais os fundamentos para este estabelecimento. Assim também temos, historicamente, éticas diferentes, e não só morais diferentes.

Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade

Além daquilo que já dissemos sobre a história das diferentes fundamentações teóricas da moral, ou seja, das diferentes éticas, lembremos também outra importante distinção entre duas perspectivas éticas, de certa forma incompatíveis, por se basearam em dois princípios que não combinam entre si: **ética da convicção e ética da responsabilidade.** É Max Weber quem consagrou essa importante distinção:

> Temos que ver com clareza que qualquer ação eticamente orientada pode ajustar-se a duas máximas, fundamentalmente diferentes entre si e irremediavelmente opostas: pode orientar-se de acordo com a "ética da convicção" ou de acordo com a "ética da responsabilidade". Não quer isto dizer que a ética da convicção seja idêntica à falta de responsabilidade, ou a ética da responsabilidade à falta de convicção. Não é nada disso em absoluto. Mas há realmente uma diferença abissal entre agir segundo as máximas de uma ética da convicção, tal como a ordena (religiosamente falando) "o cristão age bem e deixa o resultado à vontade de Deus", ou segundo uma máxima de ética da responsabilidade, como a que manda ter em conta as consequências previsíveis da própria ação. (WEBER, 1979, p. 85)

Weber considera que a sociedade ocidental é constituída por um processo de racionalização, ou seja, por uma trajetória com a qual a vida humana individual e social é cada vez mais organizada de forma racional, de modo que possamos reduzir ao mínimo indispensável o uso de recursos necessários para obter um determinado resultado. Racionalizar equivale, pois, a encontrar os meios cada vez mais eficazes para alcançar um desejado objetivo. No mundo moderno isso tem a ver com o processo de industrialização capitalista, que representa uma forma de racionalização muito avançada em relação ao artesanato medieval. E tal racionalização não está presente só no modo de produzir, mas em toda a vida: os seres humanos racionalizam as condições de vida e da própria visão do mundo. Tem a ver com a especialização cada vez maior no exercício das tarefas, não só nas fábricas, mas em todos os setores da sociedade. Tem, portanto, a ver com as profissões. Sermos profissionais, ou termos uma profissão, tornou-se uma obrigação, uma prisão, uma "gaiola de aço" – disse Weber em 1905 – da qual não parece haver nenhum sinal de que possamos fugir. Somos obrigados a nos tornar especialistas, e mais ainda, especialistas sem coração.

Antes da modernidade, ter uma vocação (*Beruf*, em alemão) era algo tratado com carinho, como um chamado (vocatio) de Deus para realizar alguma tarefa especial no mundo. Os religiosos diziam ter vocação, quem sabe também os médicos. A grande maioria dos seres humanos não tinha vocação mais especifica. Modernamente, a vocação tornou-se sinônimo de profissão (em alemão também se usa o termo *Beruf* para profissão). Agora todos são obrigados a ter uma profissão, a escolher uma profissão, e já não se trata de um chamado de Deus a que se pode ou não atender. Temos de ter uma profissão! Sermos profissionais tornou-se um "destino" da humanidade, uma condição para viver e sobreviver.

Atualmente é com tais características, que precisamos viver. Não há outro mundo. Mas, o que acontece, segundo Weber, com a moral nessa situação? Vamos ver?

Para Weber, ética é o conjunto das crenças que se manifestam nas atitudes práticas de um povo, de uma sociedade, de uma comunidade religiosa. Cada povo, cada sociedade, cada forma religiosa tem assim a sua ética. Ao mesmo tempo em que povos, sociedades ou religiões estabelecem seus códigos de comportamento correto, nasce também a tendência de refletir sobre os comportamentos humanos para encontrar uma justificação racional dos mesmos, tentando justificar as escolhas. Isso equivale a querer encontrar razões que fossem válidas para todos os seres humanos e para todas as circunstâncias. Falamos aqui de novo de justificação, que é sinônimo de racionalização. Também na ética acontece um processo crescente de racionalização. Tanto na vida prática da produção de bens quanto na vida moral, envolvendo o comportamento na relação com qualquer ser humano, procuram-se os meios melhores para realizar da melhor maneira os fins que se estabelecem. E com isso se busca superar qualquer fatalismo, superstição ou simples fé, para que tudo o que acontece na vida humana possa ser mais compreendido, mais controlado e mais programado. Inclusive a vida religiosa passa, com o protestantismo, a ser mais racional. Aliás, para Weber, a modernidade consiste em uma combinação de fatores religiosos (ética protestante) e de um espírito do capitalismo. Na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber sustenta que as leis da economia não têm valor autônomo e independente dos outros aspectos da vida social (política, religião, arte etc.): as leis da economia, ao contrário do que pensava o contemporâneo Karl Marx, nascem num contexto cultural em que vigora uma determinada atitude frente à vida e ao mundo, contexto cultural marcado pela religiosidade protestante, calvinista e pietista. E tal atitude é denominada por Weber como ética, não uma determinada filosofia moral, mas um *ethos* (conjunto de hábitos) de um povo ou de uma sociedade, ou seja, uma ética vivida, uma mentalidade, crenças e atitudes práticas difundidas nos indivíduos e entre os indivíduos e grupos sociais.

Weber defende que foi esta mentalidade que favoreceu e amadureceu o espírito do capitalismo. Assim, o trabalho deixou de ser visto como castigo divino devido ao pecado, e passou a ser visto como chamado de Deus para se tornar um ser autônomo e capaz de ser livre através da

construção individual de uma propriedade privada. Neste contexto, trabalhar é uma espécie de ascese, que agora deixa os mosteiros e vai para dentro do mundo, na relação com a terra, ou depois nas indústrias, com o objetivo de conquistar cada vez maior individualidade e maior autonomia, maior domínio racional sobre a própria vida, e com isso prestando maior glória a Deus.

Ao fazermos estas observações, é importante chamarmos a atenção para o fato de que Weber não aceita tão convictamente a tese – de que falamos antes ao caracterizar o pensamento moderno – segundo a qual a modernidade é uma ruptura com o cristianismo ou com a Idade Média. Para ele, há sim mudanças, maior antropocentrismo, mas este antropocentrismo nunca perde totalmente sua marca cristã. Por outras palavras, na modernidade Deus parece ter deixado de estar tão fora do mundo, e a vida humana deixa de ter como alvo final a outra vida, passando-se a valorizar mais a vida aqui e agora. O deus transcendente torna-se imanente.

Isso poderá servir para entender melhor porque Weber defende a existência de duas grandes tendências na ética: **a ética da convicção e a ética da responsabilidade.** Se tomássemos em conta apenas o processo de racionalização moderno como criação cada vez maior de autonomia humana em relação a qualquer instância superior ao ser humano, teríamos certamente a presença exclusiva ou primazia da ética da responsabilidade. E se disséssemos que a modernidade é apenas uma continuidade do cristianismo, teríamos a presença maior da ética da convicção.

Dito isso, vejamos o que significa estas éticas?

De modo geral, na ética da convicção, valem os princípios, as convicções, independente dos resultados que se alcançam com esta forma de comportamento humano. Na ética da responsabilidade, valem as consequências, os resultados alcançados com as nossas ações. Trata-se de duas atitudes, bem diferentes. Podemos chamá-las também de "tipos ideais", de modelos gerais de ética racional. Vejamos cada uma delas de forma mais detalhada.

- **Ética da convicção:** defendida principalmente pelo Cristianismo e retomada, na modernidade, por Kant – estabelece que o que vale é a intenção, a boa vontade; o que vale é cumprir a vontade de Deus ou a lei que existe, independente do fato de que o cumprimento da lei me traga maior benefício, me dê felicidade, independente, portanto, dos resultados práticos, imediatos. Fazer o bem é cumprir a norma, independente do resultado que isso trará. Um exemplo, de fazer um bem na administração pública é cumprir a norma vigente, é promover o que se considera bem público, mesmo que isso não proporcione ao funcionário uma promoção futura, e mesmo que isso não traga sempre e necessariamente um benefício parao público. Fazer o bem é seguir princípios considerados corretos, mesmo que os resultados sejam ineficazes ou menos eficazes do que agindo de outra forma. O que importa é a correção na execução da tarefa, fazer o que se

deve fazer. Um exemplo seria dizer sempre a verdade, independente dos resultados. Outro exemplo: cumprir os mandamentos de Deus é – ou deveria ser – para um cristão sinônimo de bem, mesmo que o cumprimento não sirva para ele ser mais benquisto, ficar mais rico, ou ter maior reconhecimento por parte dos outros. De acordo com a ética da convicção, no dizer de Kant, importa ser digno de ser feliz, não ser realmente feliz. Lembremos também das passagens bíblicas que destacam claramente que os que cumprem os mandamentos de Deus nem sempre vivem bem, e os que não os cumprem nem sempre vivem mal. Outro exemplo foi dado por Platão: numa sociedade predominantemente injusta, os que fazem o bem não vivem bem, e os que são injustos vivem bem, mas nem por isso alguém deve fazer algo só porque e enquanto me trouxer resultados bons.

- **Ética da responsabilidade:** ensina que devemos ter em conta as consequências previsíveis da própria ação. Nesta perspectiva, o que importa são os resultados, não os princípios, ou a intenção. Para um servidor público, fazer o bem é agir em função do resultado, que pode ser tanto a melhor promoção do bem comum, quanto a melhor promoção do bem pessoal do próprio servidor, ou então ambos os resultados. Esta ética parece ser a única ética possível e desejável no campo da política, na qual deveria ser descartada a ética da convicção. Também a ética utilitarista, a que já nos referimos, é uma ética da responsabilidade. E, se houver uma ética na economia, esta seria a única ética compatível com o lucro.

Por mais que Weber insista em falar da distinção e da incompatibilidade racional entre ética da convicção e ética da responsabilidade, ele não deixa de assinalar uma tensão teórica e prática entre elas. Se levarmos ao extremo a ética da responsabilidade, podemos cair facilmente no que é assinalado por Maquiavel: que os fins justificam qualquer meio que se usa. Por exemplo: um político poderia matar um adversário político para conseguir realizar maior benefício para a comunidade? O Estado pode eliminar, com pena de morte, todo aquele que parece ser incurável em seu comportamento criminoso? Um servidor público poderia descumprir uma lei para ser mais eficaz na solução de um problema social? Na política – voltamos a insistir – conta bem mais a eficácia, o bom resultado, do que o cumprimento de princípios. Certamente os cidadãos criticariam um governante que fosse santo do ponto de vista moral, mas ineficiente do ponto de vista prático. Maquiavel insiste em dizer que um bom político não pode sempre agir de acordo com um código moral, mas que ele precisa ser capaz de "entrar no mal" para fazer o bem na prática.

No entanto, Weber afirma que, por mais difícil que seja abandonar a pura ética da responsabilidade, na política, e – poderíamos acrescentar – na vida pública em geral –

> [...] a ética da responsabilidade e a ética da convicção não são termos absolutamente opostos, mas sim elementos complementares que devem concorrer para formar o homem autêntico, o homem que pode ter "vocação política". (WEBER, 1979, p. 97)

Tanto a responsabilidade sem convicção quanto a convicção sem responsabilidade parecem ser insuficientes. Quando um determinado governo ou instituição age segundo uma ética da convicção, terá como justo, por exemplo, matar, em nome do bem, qualquer adversário, como fazem as ditaduras e a maioria das ideologias políticas, ou como o fez a própria Igreja católica em certos momentos, ou como o fazem ainda hoje governos fundamentalistas. Não se pode sem mais, neste mundo, querer impor a todos os mesmos princípios. Sendo assim, são as consequências práticas boas para todos que deveriam servir de motivo para considerar que alguém age bem, e não simplesmente a coerência mantida entre princípios e ação. No caso da ética da responsabilidade, deveria ser considerado o que é um resultado bom, e se este resultado bom é apenas para quem age ou é bom também para aqueles que são atingidos por este resultado.

De toda maneira, certamente vale a pena refletir mais sobre a distinção feita por Weber, e que serve de veículo para discutirmos boa parte das teorias da moral que privilegiam ou a ética da convicção ou aquela da responsabilidade. Na **ética da convicção**, os meios nunca podem ser maus, embora os resultados possam não ser bons. Os resultados seriam bons só se todos cumprissem as normais morais. Somente numa sociedade onde os indivíduos são predominantemente virtuosos será bom ser bom, ou seja, será bom agir sempre de acordo com princípios. Assim, o Sermão da Montanha proferido por Jesus Cristo, é uma **ética da convicção**; mas dificilmente poderíamos esperar que todos seguissem estes princípios. Também o moderno Kant defende uma ética da convicção, enquanto diz que virtuoso não é quem alcança a felicidade, mas quem é digno de ser feliz, por ter cumprido a lei. De acordo com uma **ética da responsabilidade**, podemos e devemos agir em vista dos resultados, e considerar bom moralmente aquele que age com responsabilidade, assumindo a responsabilidade pelas consequências de suas ações, inclusive agindo contra aqueles que, em nome de uma convicção moral "superior" agem no mundo sem pensarem nas consequências que o cumprimento de sua convicção traz para quem tem convicções diferentes. Neste caso, podemos tomar como exemplo o atual confronto entre teses fundamentalistas, como a de alguns grupos muçulmanos, que agem certamente de acordo com uma ética da convicção (e combinam ética com política), enquanto no mundo ocidental parece prevalecer como parâmetro moral uma ética da responsabilidade, e uma separação entre ética e política. Neste contexto, a ética da convicção pode ser cega, e não aceita questionamento, enquanto a convivência entre os seres humanos em um mundo globalizado parece exigir tolerância e reconhecimento do diferente, mesmo que tal tolerância deva ser apoiada também num princípio: o do direito do outro ser diferente de nós. Ter de tomar em conta as consequências de nossas ações para se poder falar de ética parece ser de bom senso. Assim sendo, certamente poderíamos afirmar que uma ética da responsabilidade constitui-se como forma de respeito pela humanidade, em sua diversidade de culturas, de tradições, de crenças, ou então como ética da dignidade humana. De toda forma, o próprio Weber reconhece que "ninguém pode determinar se deve agir de acordo com

a ética da responsabilidade ou de acordo com a ética da convicção, nem quando de acordo com uma ou com outra". (WEBER, 1979, p. 96)

Como você viu, também sob esta perspectiva não é fácil decidir sobre a ética. E a resposta também ficará difícil para o administrador público, por mais que pareça prevalecer na sua atividade uma "ética da responsabilidade". Tenhamos presente esta distinção entre ética da convicção e ética da responsabilidade ao discutir a "ética profissional", como veremos mais adiante.

TEXTO COMPLEMENTAR

Para saber mais sobre o que é ética, o que é consciência moral, faça a leitura das obras indicadas a seguir.

- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. Também disponível, na íntegra, em: <**www.cfh.ufsc.br/~wfil/convite.pdf**>. Acesso em: 2 abr. 2014.
- VASQUEZ, Adolfo S. *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

Afinal, o que é a Ética?

Para entendermos melhor o conceito de ética, convém lembrarmos que, como fenômeno humano, **não há ética individual** (há, sim, ética individualista – isso é outra coisa), pois ninguém pode estabelecer sozinho algum código moral, nem tem sentido querer estabelecer só para si o que é bem e mal, e nem de estabelecer o que é bem e mal para todos os outros, sem consultar os outros. A existência mesma da ética – por mais diversificada ou até misteriosa que seja sua origem – só pode ser compreendida como afirmação e exigência de nossa socialidade humana, ou seja, do fato de não vivermos sozinhos no mundo.

Por outras palavras, **só somos seres morais porque e enquanto somos indivíduos no mundo ao lado de/com/contra outros indivíduos.** Se fôssemos sozinhos não haveria bem e mal, não haveria moralidade humana.

Portanto, a ética existe porque, e enquanto, somos indivíduos que vivem junto com outros indivíduos.

A ética, desta forma, exige o reconhecimento de que só somos indivíduos porque há outros indivíduos, o que equivale a dizer que somos livres, responsáveis, porque há outros seres livres, responsáveis ao meu lado. Que somos seres livres enquanto há outros seres livres, e não a despeito dos mesmos. Dito de outra maneira, só há bem e mal porque e enquanto vivemos em sociedade. Não haveria moral se houvesse simplesmente um ser humano. Isso nem sempre parece tão óbvio, mas nos foi dito claramente por Aristóteles (1985), quando insistiu em que só se pode fazer o bem de fato na polis, na comunidade política.

Quando declaramos que a ética repousa na condição individual e social do ser humano, não negamos a possibilidade de se estabelecer como princípio moral nas relações humanas o valor intrínseco de cada ser humano individual, como se faz sobretudo na modernidade. Contudo, a afirmação do valor do indivíduo não implica em que tal valor possa existir separado da existência dos outros indivíduos. Lembrando a tradição iluminista moderna, o princípio básico da moralidade humana consiste em que nunca transformemos o outro em mero meio, como fazemos, ou deveríamos fazer, com um carro ou com o computador, embora isso não equivalha a podermos transformar o outro apenas em fim. Por isso, como já dissemos, agir moralmente bem, segundo Kant, significa tomar o outro como fim e como meio ao mesmo tempo, e nunca só como meio.

Convém ressaltar também **que a responsabilidade moral exige de cada um de nós a responsabilidade em assumir, como se tivesse sido estabelecida por mim, a lei moral que cumprimos, e que não a cumpramos apenas porque outra pessoa no-la impõe de fora.** É isso que nos torna adultos do ponto de vista moral. Precisamente por isso, debater a questão ética exige de cada um de nós uma tomada de posição dentro do mundo, diante dos outros. Não tem sentido, portanto, esperar que outra pessoa – mesmo que seja o especialista da ética, o filósofo – possa dirimir racionalmente todas as nossas dúvidas acerca do que sejam bem e mal do ponto de vista ético. Temos que assumir a nossa responsabilidade inclusive do ponto de vista teórico. Por mais que haja especialistas que possam fornecer elementos para enfrentar o problema, não é possível, em nome do direito/dever inerente ao fato mesmo de sermos humanos, abdicar da responsabilidade pessoal em determinar a norma moral, que deve valer para mim e para os outros em nossa convivência social.

Esta exigência é mais premente, e mais dramática, na modernidade, quando os seres humanos se põem literalmente no centro do mundo. Ou, falando de outro modo, na companhia da tradição psicanalítica: se você quiser ser adulto, deve ousar viver como se já não tivesse nenhum pai, nenhum outro absoluto (seja ele um deus ou uma natureza...) que, de fora, estabelece a norma que deve ser seguida.

Mas as coisas se complicam: se não tivermos o mesmo pai, ou se ousarmos viver sem "pai", já não seremos irmãos. E se não somos irmãos, não temos nada em comum a não ser aquilo que, consensualmente ou conflituosamente, estabelecermos como tal. Se já não tivermos algum fundamento para uma fraternidade fundada em algo fora ou além de nós mesmos (Natureza ou Deus), **temos que assumir o peso de decidir o que vai valer e o que não vai valer em nossa inevitável convivência humana. É bem mais fácil e cômodo atribuir a culpa pelos males aos outros.** E é mais fácil apelar para algum pai, para algum grande autor, alguma sedutora teoria ou ideologia que explica tudo, dizendo-nos claramente o que temos que fazer. Bem mais cômodo seria ter como "pai" alguma pessoa (governante, salvador da pátria, guru, conselheiro espiritual, psicólogo ou cartomante, um livro de autoajuda) que nos diga quem

somos e o que devemos fazer. Ser autônomo (= dar-se a própria lei) é muito mais incômodo, mais difícil, a ponto de muitos terem medo de ser livres, medo de correr o risco de viver sem garantias, sem segurança, sem "pai". Ser autônomo exige muita coragem sempre.

"Crise Ética" e "Crise da Ética"

Por todas as razões brevemente delineadas, percebe-se que o problema moral é permanente, e não passageiro. Desde o momento em que assumimos que somos nós que fazemos a história, também assumimos que somos nós que decidimos sobre o que é bem e o que é mal. Claro que é mais cômodo atribuir a outrem a responsabilidade de o fazer. Mas neste caso, repetindo Kant, preferimos desvencilhar-nos do peso de sermos livres. No caso mais específico, falando do ponto de vista filosófico, a dificuldade de indicar uma solução para o problema ético se deve também ao impasse teórico em que os especialistas da ética estão metidos hoje em dia.

Se compararmos a crise da ética com o que vulgarmente denominamos crise ética, certamente nos damos conta de que, do ponto de vista teórico, a **primeira** exige muito mais do que a **segunda**, que seria resolvível apenas do ponto de vista prático.

Percebemos também que a crise ética depende em boa parcela da crise da ética, ou seja, da perplexidade e da incerteza em que estamos imersos atualmente. Um sinal disso é a ausência de clareza a respeito do nosso futuro como espécie, e por isso, a respeito do senti do da nossa existência mesma.

Por que haveríamos de nos preocupar em agir bem se não tivéssemos alguma garantia para dizer que amanhã será melhor do que hoje? Não havendo mais esta convicção de uma melhora de qualidade de vida para amanhã, perdemos o chão, inclusive para nos sentirmos estimulados a fazer o bem. Se apenas se trata de sobreviver agora no mundo que aí está, por que eu deveria me preocupar com os outros seres humanos? Só para me defender deles? Por que respeitar os outros, a não ser para que sirvam exclusivamente de meio para satisfazer meus interesses?

Observe que tanto a crise ética (por que devo eu cumprir alguma norma?) quanto a crise da ética (por que me esforçar para estabelecer alguma norma para a convivência humana?) tem algo a ver com a experiência humana atual, em que todos somos diariamente instados a nos converter a um individualismo cínico, que no Brasil recebeu o nome de **Lei de Gerson:** "tenho que tirar vantagem de tudo e de todos; do contrário serei engolido pela situação ou pelos outros concorrentes"! Esta experiência dramática está à flor da pele não só no campo econômico, mas também na vida cultural, na vida profissional, e quem sabe até entre os administradores públicos. Todos nos damos conta do seguinte: cada vez mais somos empurrados para a produtividade e para a competição com os colegas. Ser competitivo tornou-se uma "virtude". E se o bem for bem apenas para mim, então competidor virtuoso e bom é quem consegue eliminar ou matar os outros competidores. Também por isso, aumentou

nossa dificuldade em definirmos teórica e praticamente o que seja bem e mal hoje, acerca do que devemos fazer e do que devemos evitar em nossas relações sociais.

Como vimos, a preocupação com a questão ética tornou-se central para todos nós, pois nela está envolvido o próprio sentido da existência humana, além do sentido daquilo que fazemos profissionalmente. Contudo, talvez mereça mais atenção outra pergunta: será que o apelo cada vez maior à ética não se deve a uma descrença total na política, ao abandono total da crença de que os seres humanos podem e devem resolver seus problemas politicamente? Caro estudante, tenha em mente esta pergunta quando passaremos a discutir o que é a política, o que é o poder, e qual a relação entre ética e política.

Dificuldade Atual de Formular uma Ética

Em todo caso, no campo filosófico o debate está aceso há um bom tempo, e nada está muito claro. E há também uma percepção: era comum pensarmos, como o fizeram Platão e Aristóteles, que todos os erros morais eram devidos à ignorância, à falta de conhecimento, e que todos os seres humanos letrados ou inteligentes não poderiam cometer erros também do ponto de vista moral.

Entretanto, constatamos que homens letrados também cometem erros morais. E talvez devamos considerá-los mais responsáveis precisamente por saberem mais e melhor o que deveriam fazer. De toda maneira, ao lado daqueles que conservam a convicção de que ainda é possível fundar racionalmente um valor moral universal, há outros que duvidam seriamente disso. Ao lado de quem sustenta unicamente uma moral a-histórica, fixa, eterna, religiosa, também há quem defenda a possibilidade e a conveniência de uma coexistência entre várias morais. Sempre é difícil, e às vezes impossível, viver num ambiente no qual grupos humanos assumem normas e valores diferentes.

Marilena Chauí declara que a crise dos valores morais se revela atualmente por existirem contemporaneamente três linhas de pensamento sobre a ética: a linha niilista, que simplesmente nega a existência de valores morais dotados de racionalidade e que tenham validade para todos; a linha universalista-racionalista, mais clássica, mas também moderna, que afirma a existência de uma normatividade moral com valor universal porque está fundada na razão (exemplo disso é a doutrina moral de Kant, de que já falamos); e a linha pragmática, que considera que a democracia liberal tem sido capaz de manter com bastante sucesso os princípios morais da liberdade e da justiça no campo das decisões sobre a vida coletiva. (CHAUÍ, 1992)

Há também quem busque iniciar um debate para estabelecer uma **moral mínima comum e universal** (por exemplo, a Declaração dos Direitos Humanos seriam a moral universal hoje). Em debate ocorrido recentemente na Itália, o conhecido escritor Umberto Eco defendeu que a ética

mínima universal deveria ter como princípio "o respeito ao corpo do outro". Veja a seguir parte da declaração do intelectual italiano:

> É possível constituir uma ética sobre o respeito pelas atividades do corpo: comer, beber, urinar, defecar, dormir, fazer amor, falar, ouvir, etc. Impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver com a cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir outras pessoas de se movimentarem ou de falarem é igualmente intolerável. O estupro não respeita o corpo do outro. Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de se negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos, e das relações de nosso corpo com o mundo. (ECO, 1994, p. 7)

Para além de todo debate atual, e das controvérsias teóricas a que acenamos brevemente, não conseguimos escapar do problema moral. Não é evitando a participação no debate que nos desvencilhamos do problema que nos é vital, pois está em jogo se preferimos viver em estado selvagem ou em estado civilizado. Às vezes duvidamos que ainda haja diferença entre os dois estados, entre barbárie e civilização. No mínimo, porém, devemos admitir que não conseguimos deixar de ser seres morais, ou seja, não conseguimos ficar livres do envolvimento com o bem e o mal, mesmo que nem tudo o que os seres humanos façam tenha a ver com moralidade. Estamos de certa forma "condenados" a ser humanos, a ser livres, e por conseguinte, a ser morais, por mais que isso nos pese, nos seja incômodo, ou por mais que seja misterioso termos uma lei moral dentro de nós.

E somos "condenados" a isso – diria Sartre – porque não conseguimos nos desvencilhar da presença dos outros, porque não conseguimos ser totalmente sós, não conseguimos ser humanos sozinhos.

Além disso, podemos assinalar – e o fazemos de passagem – que a moral muda historicamente também porque surgem **novos problemas** que os seres humanos devem enfrentar em conjunto do ponto de vista teórico e prático. Perguntamo-nos hoje, por exemplo, se existe ou não algum limite no uso da técnica para alcançarmos os nossos objetivos: podemos fazer o que bem quisermos para gerar seres humanos biologicamente mais saudáveis? Podemos deixar morrer pessoas quando percebemos que elas teriam dificuldades de viver sem as máquinas, embora as máquinas ainda consigam mantê-las em vida? Por outro lado, há novos direitos, no campo das relações sexuais, assim como há novos erros morais que denominamos "assédio moral" e "assédio sexual". Por outro lado, vemos surgir o tema da moralidade a partir dos problemas ambientais: se antes agíamos e até achávamos que devêssemos dominar a natureza a qualquer custo, fazendo o que quiséssemos com a vida biológica, com a

natureza extra-humana, hoje já não é assim. Passamos a incluir os seres não humanos entre os seres que devem ser tratados de outra maneira, e não só como coisas ou meios.

Isso leva intelectuais a defenderem que existe moralidade não só entre os seres humanos, ou entre seres humanos e algum Deus em que se acredita, mas também entre um ser humano e seres não humanos, ou a natureza em geral. Há quem argumente e defenda, por exemplo, **"direitos dos animais"**, ou quem fale do respeito à natureza como elemento indispensável de qualquer ética atual. De qualquer modo, nem isso significa que possamos ser seres morais na mera relação de mim para comigo.

SAIBA MAIS

Peter Singer, filósofo australiano contemporâneo, defende, por exemplo, que é um mal moral nos alimentar com carne animal.

Em todo caso, é mais importante aprendermos a fazer perguntas, do que aprendermos a dar respostas. As respostas sempre dependerão da qualidade e da profundidade das perguntas. Por isso, na filosofia hoje em dia é pensamento corrente sermos cautelosos, sermos menos pretensiosos, menos sistemáticos, e mais fragmentários, mais ensaísticos, mantendo sempre a primazia do objeto, não abdicando do dever de discutir, de interpretar o que está acontecendo. Estas atitudes são necessárias mesmo que a face mais imediata e mais evidente do real seja o sofrimento, a injustiça social, a ambiguidade, a incerteza, a insegurança, a dúvida, inclusive no que diz respeito à dimensão ética.

Nesse contexto, é bastante óbvio afirmarmos que há uma **crise da reflexão filosófica sobre a ética**, e não podia ser diferente. Assim como não cabe ao filósofo fazer a história, não cabe a ele determinar o que socialmente deve valer como bem e o que deve ser considerado como mal. Se os pensadores historicamente formularam éticas, foi porque, mais do que "criar" uma teoria que depois foi posta em prática, em geral e precipuamente eles foram grandes intérpretes do seu tempo, e, no contexto ético, interpretaram o que os seres humanos em suas relações entre si consideraram como bom ou como mau. Além disso, os pensadores só se propuseram enfaticamente o problema ético quando os seres humanos como tais, em suas práticas cotidianas, puseram em crise os valores que valiam. Portanto, os filósofos como tais não poderiam estabelecer – e nunca estabeleceram sozinhos – as fundamentações para que tais ou quais atitudes humanas fossem aceitas ou rejeitadas moralmente. É no jogo complexo das relações sociais que se estabeleceram e se deverão estabelecer livremente, no consenso e no dissenso, as normas que vão reger estas mesmas relações.

ATIVIDADES

Depois de termos apresentado e discutido alguns aspectos de defi nição da ética, no contexto de uma "crise ética" e de uma "crise da ética", e após termos assinalado a dificuldade de formular uma ética válida universalmente, chegou a sua vez. Vamos exercitar?

1. Identifique como se apresenta a "crise ética" no noticiário dos últimos tempos. Até que ponto é reconhecida também, nos meios de comunicação, uma "crise da ética"? Em que sentido as duas abordagens se chocam?

2. Tendo em conta a situação em que vivemos, seja na família, seja no trabalho ou nas relações sociais em geral, qual a moral que predomina na vida prática? Antiga, medieval ou moderna? Que mostras você encontra na vida cotidiana de que há um conflito entre éticas diferentes?

3. Tome como exemplo um fato recente da vida política nacional ou estadual em que se assinalou a "falta de ética", e analise-o para mostrar a diferença entre uma abordagem do fato a partir da "ética de responsabilidade" e a partir da "ética da convicção". Verifique também sob qual perspectiva ética os meios de comunicação social abordaram ou abordam o fato analisado.

A Ética e a Política

E então? Vamos discutir mais diretamente outro aspecto importante: o da relação entre ética e política. Convém fazê-lo precisamente porque estamos inseridos num curso de Administração Pública, no qual a relação entre ética e política é fundamental.

É hora de superarmos o lugar comum de que precisamos de ética na política, sem nos perguntarmos se isso é possível ou o que isso significa; e temos que superar também outro lugar comum, o de que de nada adianta querermos modificar, alicerçados na ética, o que se faz na política e em todas as organizações públicas.

Se partirmos do pressuposto de que a administração é sempre um exercício de poder, e de que é no exercício de poder que se situa a relação entre ética e política, e também entre a ética em geral e a ética profissional, não podemos deixar de abordar o que é o poder, que se tornou a questão mais importante a partir do Século XX.

Apresentaremos, sobretudo na companhia do filósofo francês Michel Foucault, **duas formas diferentes de abordar o poder.** Ao compararmos essas duas, teremos em conta o modo como experimentamos e pensamos o poder no senso comum, inclusive na atividade administrativa. Faremos isso, chamando a atenção para não confundirmos o poder com o poder

político. Tudo isso pretende ser um convite para respondermos à seguinte pergunta: **o que muda em nosso modo de trabalhar e de viver, inclusive na administração pública, se temos um ou outro conceito de poder?** E como, embasados nas diferentes concepções de poder, temos maneiras diferentes de entender a relação entre ética e política, e de compreender a própria ética, a partir daí será mais fácil voltar ao tema e problema da ética no comportamento do administrador público brasileiro.

Poder, Política e Ética

O ato de administrar envolve relações entre seres humanos, seja na política, na economia, na fábrica, na escola, em qualquer organização humana e na sociedade como tal. E mais especificamente há o envolvimento com o poder quando falamos de administração pública. Aliás, temos a ver com o poder em todas as nossas relações sociais. No entanto, se perguntarmos o que é o poder, ouviremos provavelmente as seguintes frases:

- O poder corrompe.
- Todo poder é violência.
- Saber é poder.

Ou então:

- Importa chegar ao poder, pois só assim somos livres.
- Deus é todo-poderoso.
- O governante que não usa do seu poder é mau governante.
- Tal administrador público não merece ter o poder.
- Se os pais não usarem de seu poder, a educação dos filhos falha.

Apoiados nessas repetidas frases, consideramos o poder como algo que alguém possui e do qual faz uso voluntário em benefício próprio, e pretensamente em desfavor daquele sobre o qual o poder é exercido, por mais que reconheçamos que, por exemplo, o poder do pai traga benefícios para os filhos. Em geral, o poder é visto como algo que se impõe aos outros, exigindo destes a obediência. Neste sentido, só seria livre quem tem o poder, e nunca aquele sobre quem ele é exercido. Assim, todo poder seria uma espécie de violência sobre o outro.

Definimos também o **poder** de forma mais vaga, como capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. Muitas vezes, até criticamos quando esta "capacidade" ou potencialidade não é exercida, como quando pedimos a um pai que "exerça seu poder" frente ao filho que comete uma transgressão social contra terceiros, ou quando reclamamos de um governante por não tomar decisões que "só" ele teria legitimidade de tomar. "Ele não tem autoridade", dizemos. Em todo caso, parece haver um conflito entre poder e liberdade, mesmo que admitamos com certa facilidade que pessoa livre é aquela que tem o poder para decidir sobre si mesma.

SAIBA MAIS

Alguém o tem, mesmo que nunca o exerça.

Outra confusão que comumente fazemos diz respeito a "poder" e "política", sobretudo quando repetimos que "o poder corrompe". É claro que a política sempre tem a ver com o poder. E quem não "o quer", obviamente não pode ser político.

Restringir o poder à política leva-nos a confundir a política com a corrupção, da mesma forma que, neste caso, identificamos poder com corrupção, mesmo que insistamos na reivindicação de "ética na política". O senso comum é capaz disso, de não ser muito coerente nas suas afirmações: declara ao mesmo tempo que "o poder (= a política) corrompe", e que é possível a "ética na política".

Mas se o poder político fosse inevitavelmente corrupto, seria ilusório clamarmos por "ética na política". Ou, se o poder fosse simplesmente mau, por que exigimos dos pais para que exerçam o poder frente aos filhos?

Já por essas observações, percebemos que é muito conveniente procurar maior clareza a respeito do que é o poder, e de sua relação com a política e a liberdade. E se dissemos que toda ética existe por haver seres humanos que se relacionam, então necessariamente precisamos falar de poder para falar de ética. Não nos deteremos aqui em analisar como se definiu e distinguiu o poder na história do pensamento político, o que será bastante analisado noutra disciplina importante deste curso (*Ciência Política*), nem nos ocuparemos especificamente com o poder político e a política. Mas não podemos deixar de discutir a relação entre política e poder político, se quisermos analisar a ética em geral e, mais especificamente, a ética na administração pública.

Também neste campo e a respeito das relações entre ética e política, falar de incerteza e desamparo quando enfrentamos o problema ético, como o fazemos aqui, poderia aparecer como confissão de incompetência profissional de alguém que se move no plano filosófico. Cremos, porém, que não o é. Se até há pouco, tanto no período antigo, quanto no medieval e no moderno, em geral tivemos certezas em tantos campos, também no do código moral, hoje já não as temos.

Quem tiver muita certeza corre o risco de ser fundamentalista ou fanático, ou então está mal informado. É por isso que se fala de crise.

A convicção de que **falta ética** em nossas práticas individuais ou coletivas, e de que falta **ética na política**, não só revela que estamos insatisfeitos com a maneira de nos comportarmos em nossas práticas cotidianas, com o comportamento dos políticos, mas – repito – investe outro aspecto: o de que a nossa insatisfação e incerteza, talvez não tão conscientes e claras, se devam ao fato de já não sabermos o que é bom e o que é mau, de termos dificuldades de saber o que deveria ser valor e o que não deveria sê-lo, além de duvidarmos da nossa capacidade de estabelecer ou conhecer princípios morais.

Depende também – e não o devemos esquecer – de uma tendência evidente para o **individualismo**, que nos provoca e assedia de todos os lados e a cada um de nós. E todo individualismo dificulta tanto a busca de uma ética mínima universal quanto a busca de um respeito àquilo que conseguimos estabelecer como norma.

Às vezes a denúncia da falta de ética também indica nossa intranquilidade diante da falta de segurança em que estamos metidos: gostaríamos de ter mais segurança, ou até quereríamos que alguém, um "pai", decidisse por nós. Neste caso – lembrando de novo Kant – falar de "falta de ética" seria indício, em quem faz a denúncia, de uma falta de coragem para ser autônomo, de uma falta de responsabilidade, preferindo-se a comodidade da heteronomia, que sustenta o pretenso **espírito crítico** de tantos cidadãos.

Geralmente, pedimos: ética na política, e pedem-no também políticos de todos os partidos.

E se há pessoas de todas as posições políticas que a pedem, de quem estão reclamando? De algumas exceções, de poucos corruptos? De qual ética falam? De uma ética profissional dos políticos e/ou de uma ética mínima concernente a cada cidadão como tal? Seguramente não se usa o mesmo conceito em todas as circunstâncias como se pressupõe... Além disso, dificilmente se pergunta: qual ética na política? Se cada partido pudesse estabelecer individualmente a sua, de fato não se trataria de ética, mas de um código de legitimação da própria violência na relação com os outros. Existe de fato uma só ética na política? E mais ainda – esta talvez seja a pergunta decisiva – é possível ser ético na política?

Como sabemos, a resposta a esta pergunta em toda a grande tradição filosófica ocidental moderna é praticamente unânime: de acordo com Maquiavel, passando pelos liberais e pelos socialistas, não é possível a ética na política, simplesmente porque, como dizia Maquiavel com muita simplicidade: os políticos não podem ser bons moralmente porque os seres humanos como tais, como cidadãos, ou simplesmente como seres humanos, fora da política, não são bons. Ou seja, inevitavelmente, os políticos não podem ser bons porque representam os interesses conflituosos dos homens em sociedade.

Se na Idade Antiga, Platão e Aristóteles sustentaram que ética e política devem combinar, ou que só é possível agir bem moralmente na política, já na Idade Média pensadores e políticos defendiam que é impossível combinar ética e política.

Na comunidade religiosa seria possível fazer o bem moral, o que é impossível na sociedade política. Obviamente tal visão é predominantemente a da Igreja católica, a partir do africano Agostinho Aurélio, mais conhecido como Santo Agostinho, que já no Século V d.C. consagra a distinção entre "duas cidades": a de Deus, Civitas Dei (a cidade de Deus, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana), e a dos Homens, Civitas Hominum (Cidade dos Homens) ou Civitas Diaboli (Cidade do Demô-

nio). Conforme já dissemos no Capítulo 1, Agostinho assinala que não há diferença moral entre um pirata que infesta o mar e um governante que infesta a vida social.

É bom insistir em que, desde então – e não precisamos esperar, dez séculos depois, por **Maquiavel** – se declara que **não é possível combinar ética e política**, ou seja, que todo exercício do poder político necessariamente traz consigo o mal moral, e que só no exercício do poder eclesial (ou eclesiástico...) é possível combinar o exercício do poder (pastoral, feito pelo pastor em favor das ovelhas) com o bem moral. De toda forma, aos poucos, o poder político, sobretudo na modernidade, é identificado com o exercício da força, e passa a ser definido como o poder que, a fim de obter os efeitos desejados, tem todo o direito e a legitimidade, e até o dever, de recorrer à força e ao mal.

SAIBA MAIS

Maquiavel - Retrato de Maquiavel (detalhe), por Santi di Tito (Século XVI).
Fonte: Urutagua (2008).

Assim, o **poder político** em última instância é **violência legítima**, mesmo não sendo o único meio de que o Estado se serve. Mas, conforme diz Max Weber, inspirando-se em Thomas Hobbes, "o Estado é a comunidade humana que, dentro de um determinado território (o 'território' é o elemento definidor), reclama (com êxito) para si o monopólio da *violência física legítima*", fazendo com que o Estado seja "a única fonte do 'direito' à violência". Isso faz com que a política seja "uma relação de domínio de homens sobre homens, suportada por meio da violência legítima..." (WEBER, 1979, p. 9-10). Na perspectiva de Weber, embora a política nem sempre seja violência, não pode haver política sem violência.

Mais adiante voltaremos ao tema da relação entre política e violência. Antes disso, queremos apresentar brevemente as duas concepções de poder, da maneira como foram formuladas e distintas por Foucault.

Duas Concepções de Poder

Continuando nossa incursão no tema geral das relações entre ética e política, e mantendo-nos fiéis ao propósito de apresentar um convite para pensar sobre o que (nos) acontece, repetimos a pergunta: o que é o poder? Será que ele é mesmo ruim? Se o exercício do poder político é moralmente mau, teríamos a coragem de dizer que toda administração pública, por estar envolvida com o poder político, também é moralmente má? Será que de fato o poder é sinônimo de corrupção ou repressão? Ou ver o poder como sinônimo de corrupção equivale precisamente a não pensar, a se conformar com a situação? E se o

poder político se torna sinônimo de corrupção, são apenas os políticos os responsáveis por isso? A quem convém que pensemos que o poder corrompe? Aos que são em geral governados em todas as dimensões da própria vida ou aos que (ainda) usufruem de alguma autonomia? Aos que costumeiramente obedecem ou aos que normalmente mandam?

Indo além do que dissemos, poderíamos afirmar que existem **duas maneiras de entender o poder:**

- que ele é algo que alguém tem, uma propriedade, seja um dote natural, ou adquirido por esforço próprio e mérito, tanto pelo conhecimento quanto pela posse de bens, e algo que o proprietário do poder impõe, de fora, aos outros, que não sabem ou que não têm bens; e

- algo que ninguém possui como um proprietário, mas algo que só existe enquanto se exerce entre seres humanos. E por isso **o poder será algo que acontece entre pessoas**.

É desta segunda maneira de entender o poder que falaremos em seguida, com base sobretudo na obra do pensador contemporâneo **Michel Foucault (1926–1984).** Da primeira concepção de poder já falamos bastante, e é aquela que, de algum modo, todos nós defendemos. O que pretendemos sublinhar agora é a grande diferença entre o que geralmente pensamos do poder e o seu conceito como relação, inclusive para entendermos como ele se vincula, ou não, à liberdade, e como a mudança do conceito de poder muda nosso jeito de ver e de viver o "poder"; e também para percebermos que mudar um conceito significa mudar o jeito de ser e de agir. Então vamos lá!

Michel Foucault (1926–1984).
Fonte: Monier (2001).

De saída, podemos afirmar que ficamos com certo receio de assumir algum poder, alguma chefia, quando o concebemos como uma propriedade privada que consiste em violência ou corrupção. Mais ou menos dizemos: "não entro na política porque não quero sujar as mãos"! "Não quero o poder!" Ninguém parece querer assumir diante dos outros que é mau, nem que procura mandar nos outros. Muitos de nós fomos habituados e educados para sermos bem comportados, a obedecer, e não a mandar, ou então a mandar nos outros só quando tivermos clareza que o cumprimento da norma faz bem a quem a cumpre, e não só convém a quem manda.

Neste contexto, sabemos que há modos de estabelecer quando alguém tem o direito de mandar no outro e quando não o tem. Parece ser normal defendermos que os pais devem mandar nos filhos, os adultos nas crianças. Os que sabem mais devem mandar nos que sabem menos. Também aceitamos que, em qualquer organização, pública ou privada, haja uma hierarquia, estabelecendo quem manda e quem obedece. No Século XX houve, e ainda há, duas experiências históricas de exercício de poder político que se tornaram exemplos de confusão entre política e violência, em que seguramente encontramos dificuldade de legitimar o direito de mandar e a obrigação de obedecer, e em que se torna difícil aceitar que haja alguma vinculação entre ética e política. Falamos do **nazismo** e do **estalinismo**.

SAIBA MAIS

Nazismo ou o Nacional-Socialismo – termo que designa a política da ditadura que governou a Alemanha de 1933 a 1945, o Terceiro Reich, sob o comando de Adolf Hitler. O nazismo é frequentemente associado ao fascismo. Fonte: Lacombe (2004).

Estalinismo ou Stalinismo – regime político de caráter totalitário implantado na União Soviética nos anos vinte por Josef Stalin. Fonte: Stalin (2007).

Stalin e Hitler – os dois maiores totalitários do Século XX. Fonte: Mahtan (2011).

Você lembra o que aconteceu com o nazismo e o estalinismo?

Exatamente, ambos levaram ao extremo a ideia de que quem não obedece ao que é determinado pelos governantes pode e deve ser eliminado, não tendo o direito de viver. E o terreno cultural que permitiu tais formas de violência estatal institucionalizada não está desvinculado das maneiras como se exerce o poder noutras instâncias da vida social (entre pais e filhos, entre marido e mulher, entre chefe e subalterno). Certamente tudo isso tem a ver com a relação entre ética e política, mas também com a ética em todas as relações que experimentamos em nossa vida cotidiana.

Mas, como foi possível chegarmos ao extremo do nazismo e do estalinismo, em que o exercício do poder fez com que dezenas de milhões de pessoas fossem mortas em nome da verdade, em nome da justiça, da ordem, do bem comum, em nome da razão? Em suma, como foi possível acontecer isso em nome do que foi estabelecido como fundamento da vida moderna?

Como entender este paradoxo tão evidente: que a filosofia sempre aparece defendendo a liberdade, sempre é "filosofia da liberdade", mas ao mesmo tempo autenticou estes poderes sem freio? **O que a racionalidade tem a ver com a violência, com a morte, com a repressão máxima possível que é a de matar quem não concorda ou não obedece? Por que tantas vezes a democracia, ao invés de levar à maior justiça social e maior solidariedade, leva, pelo contrário, também à violência e a aprofundar a corrupção? O que a filosofia, que se apresenta como a verdade, tem a ver com o poder?**

O Poder como Relação entre Seres Humanos

Para Foucault, a filosofia contribuiu para chegarmos ao nazismo e ao estalinismo porque foi apresentada como a verdade científica, como a verdade universal e definitiva, que bastava ser posta em prática para que todos os problemas ficassem resolvidos. Foi ela que colaborou, com muitos pensadores (não com todos!), junto com a ciência, para ser criada a convicção de que os seres humanos podem chegar a conhecer a verdade neutra e objetiva na teoria, e que basta, depois, pôr esta verdade em prática para que tudo fique solucionado e o mundo se torne perfeito.

E se a filosofia fez isso – apresentou um projeto teórico, um dever-ser que se apresentou como neutro, universal, objetivo – agora se trata de abrir mão desta perspectiva. Mas, como fazê-lo?

Há dois modos possíveis de reagir contra isso: ou deixar de filosofar, deixar de pensar, e isso equivaleria a voltar ao estado selvagem, ou insistir pensando, mas sendo bem menos pretensioso com a filosofia: ao invés de estabelecer uma verdade neutra, e fundar o exercício do poder, a filosofia pode e deve ser simplesmente uma espécie de *contra-poder* permanente, problematizador de qualquer exercício do poder, assim como – de acordo com o que dissemos no Capítulo 1 quando discutimos o que é a filosofia – fez Sócrates, que sempre insistiu, ao procurar a verdade, em dizer que filosofar era aprender a perceber que não sabemos nada.

A filosofia e a ciência devem deixar de ser profecia e deixar de ser a base para a ação política.

Esta é – digamos de passagem – a perspectiva dentro da qual escrevemos este livro-texto. Antes de tudo, o pensador – e todos devemos ser mais pensadores! É quem sabe ser constantemente autocrítico, capaz de questionar suas próprias certezas, e não só ou principalmente as dos outros. O pensador deve ser autocrítico. **Cabe ao intelectual, portanto, ao filósofo, "problematizar", não polemizar, nem apresentar a verdade ou uma doutrina já feita para quem quer que seja. Um filósofo não deve ser um pregador. Nem o cientista deve ser governante como cientista.**

Trata-se, portanto, de ficarmos atentos à nossa vida cotidiana, em nossa casa e nosso local de trabalho, e não só olhar para os palácios, os políticos, os grandes homens, as grandes organizações, empresariais ou

criminosas. Nesta perspectiva, ser filósofo é procurar entender o que está acontecendo hoje ao nosso redor, indo às raízes das coisas, sendo, portanto, radical.

Quais as relações de poder em que cada um de nós está envolvido, em nossa realidade mais humilde, na empresa ou no setor público em que trabalhamos, na família em que vivemos, no círculo de amigos que frequentamos, no bairro em que moramos...? Desloquemos, portanto, o foco: de fora de nós, para dentro de nós, ao nosso redor. Só assim podemos "[...] mexer em algo muito sólido nas sociedades ocidentais há séculos e séculos", que são "as estruturas mais essenciais de nossas sociedades". (FOUCAULT, 2004, p. 51)

Em suma, Foucault nos diz o seguinte: **se não formos capazes de mostrar que é possível mudar a nós mesmos em primeiro lugar, se não conseguirmos mudar o exercício de poder em que estamos pessoalmente envolvidos, como podemos pretender que os outros venham a mudar a situação em que vivemos?** Como pensar em melhoria ética sem ter em conta a relação que mantenho com meus colegas no local de trabalho, local em que muitos de nós passamos a maior parte do nosso tempo?

Observe que o que está em jogo não é, portanto, o poder político, nem o econômico, nem o jurídico, nem o ideológico, nem sequer a dominação étnica, mas o poder em geral, que tem um jeito de ser exercido igual em qualquer experiência de nossa vida cotidiana; o que ocorre entre governantes e governados é baseado na mesma lógica do que ocorre entre ricos e pobres, entre chefe e subalterno, e entre cada pessoa e seu colega de trabalho ou profissão, entre cada marido e cada esposa, entre namorado e namorada, entre colegas de aula, ou entre professor e aluno.

É este poder que precisamos entender e questionar, o jeito de ele funcionar na prática. Sem que entendamos isso, não será possível saber o que acontece conosco, e menos ainda será possível mudar algo.

Mas se não mudarmos o jeito como acontece o exercício de poder cotidiano, como poderemos esperar que a sociedade mude, que na administração pública acabe ou diminua a corrupção existente?

O poder, como tal, não é bom nem mau, mas é algo que simplesmente existe. E existe em todas as relações entre pessoas livres. Há, portanto, em toda atividade considerada moral. E somos mais ou menos livres, porém livres sempre.

Poder e Liberdade

O poder é, pois, uma ação de uma pessoa sobre a conduta de outra pessoa. Não sobre a pessoa, mas sobre a conduta da mesma. E só existe poder quando quem manda deixa ao outro a possibilidade de dizer sim ou não. Esse é o significado da afirmação de Foucault, de que só existe poder entre pessoas livres. Tanto somos livres quando mandamos, con-

tanto que não imponhamos a obediência ao outro simplesmente pela força, quanto somos livres quando obedecemos ou desobedecemos a quem manda. Assim, só temos poder quando possibilitamos a resistência, ou seja, se quem manda não permite que o outro não obedeça, já não existirá poder e sim haverá violência. Por isso, poder não é violência. Logo, podemos afirmar que só há poder onde há relações de poder em ato; além disso, praticamente, **só há seres livres onde há relações de poder**.

Para entender melhor vejamos um exemplo: se alguém aparece diante de você com a arma em punho, e lhe obriga a entregar a joia ou dinheiro, há dominação ou violência. Neste caso extremo, não há poder.

Agora que sabemos a diferença entre violência e poder, fica melhor compreendermos porque poder e liberdade não são incompatíveis. Poder e liberdade sempre caminham juntos. Poder não é, portanto, sinônimo inevitável de corrupção. Não se trata de acabar com o poder, mas de mudarmos a maneira como o poder é exercido entre as pessoas. Não podemos viver sem poder.

A democracia é também sempre um exercício de poder, e não uma forma de governo em que cada um pode fazer o que bem quiser, sem vinculação com os outros. E é no modo de se exercer o poder que se deve buscar uma relação entre ética e política. Fora do exercício do poder isso não é possível.

Afinal de contas, a liberdade é isso: autonomia, ou seja, estabelecer a própria lei, realizar esta lei e ser responsável pela lei e pelo seu cumprimento, e pelos resultados do cumprimento da lei. Sem responsabilidade não há liberdade. Não temos, de modo algum, direito de reclamar, se não tivermos a coragem de reconhecer que também nós erramos. Isso é o mínimo quando falamos de liberdade, mas parece ser o mínimo mais difícil de admitir.

Nessa perspectiva, a liberdade existe precisamente enquanto estamos em relação de poder com outras pessoas. Só não há poder quando houver violência nas relações. Poder existe tanto entre professor e aluno, entre pais e filhos, entre marido e mulher, entre namorado e namorada, entre governante e governado, entre chefe e subalterno, entre patrão e empregado, mas também entre irmãos, entre subalternos, entre governados, entre alunos. Repitamos: o poder está presente em todo lugar em que há relações humanas, sejam elas amorosas ou não, amigáveis ou conflituosas, institucionais, políticas ou econômicas.

E tais relações são móveis e reversíveis, mudando de acordo com as circunstâncias, e enquanto é possível alguém que manda logo depois passar a ser mandado. **Ambos – quem manda e quem obedece – são livres numa relação de poder.** E se assumirmos isso, na teoria e na prática, passamos a aceitar que é possível mudar as coisas, pois podemos resistir a tantas coisas que nos aparecem como irresistíveis na vida. E se

continuarmos pensando que o poder é algo mau, é claro que teremos menos capacidade e menos vontade de resistir ao que nos acontece. E se o poder é considerado mau, passamos também a desacreditar que a realidade possa ser mudada.

Só na relação com os outros podemos ser livres, podemos ser indivíduos mais ou menos livres. Os outros assim impedem que sejamos mais livres, mas também é a condição para que sejamos livres, e isso acontece ao mesmo tempo. Sempre estamos limitados de algum modo. Mas sermos limitados não significa que estamos **totalmente limitados**. Aliás, nascemos dependentes, e é a convivência com os adultos, e a reação ou a resistência diante do que os adultos determinam (pais e educadores) que nos torna livres. Sem a experiência da dependência no início da vida, não haveria possibilidade de nos tornarmos livres. Por exemplo, o que acontece com uma criança se esta for simplesmente abandonada e excluída de qualquer convivência com outros seres humanos e passar a viver com animais, como já aconteceu (caso de crianças-lobo), o resultado não é maior liberdade, mas exatamente o contrário: total ausência de liberdade, de autodeterminação. Por isso tem sentido a frase de Kant, segundo a qual tudo o que nós somos o devemos à educação.

SAIBA MAIS

Se alguém fosse totalmente limitado nunca perceberia que está limitado.

Sendo assim, quando aceitamos na teoria e na prática que **o poder acontece entre pessoas livres, em que um quer dirigir a conduta de outrem, e em que sempre é possível a resistência, a desobediência**, deixaremos de dizer que todos os males se devem aos outros e não também a quem obedece. E deixaremos de dizer que uns são só bons e outros – em geral os outros – são sempre maus. Perceberemos, então, que o mundo que temos é construído na relação de poder, no conjunto das relações que se tecem na vida cotidiana, em tantas instâncias, desde aquelas em que estamos envolvidos, até aquelas que, em geral, são consideradas as únicas nas quais as coisas seriam decididas. Percebemos então que não se trata de lutar contra o poder, que em si não é mau nem bom, mas se trata de compreender e de, eventualmente, mudar as relações de poder em que estamos envolvidos todos nós. Trata-se de **resistir** mais e melhor.

É o jeito de exercemos o poder que vai definir se ele é bom ou ruim. É o jeito de exercermos o poder que vai nos dizer se as relações de poder são eticamente corretas ou não. Todos nós poderemos percebê-lo em nosso local de trabalho, por exemplo: as relações cotidianas na administração pública envolvem muitos aspectos pessoais, envolvem seres livres, hierarquicamente dispostos, podendo haver conflitos de interesses, resistências, acordos, discórdias. Trata-se de um âmbito no qual há de fato uma rede de poderezinhos entre todos os membros de cada instituição pública. Percebemos também quanto é difícil mudar estas relações, mas também que tais mudanças são possíveis dependendo das relações que se costuram no ambiente de trabalho.

Podemos concluir esta nossa análise do conceito de poder, com base em Foucault, dizendo: se o poder não é algo que alguém tem, como se fosse uma mercadoria que eu possuo, eu adquiro, eu cedo por um contrato ou por meio da força, nem é algo que eu transfiro ou alieno, ou eu possa recuperar, mas é algo que acontece entre seres livres, enquanto há alguém que manda e outro que obedece, perceberemos que o exercício do poder não impede, mas, pelo contrário, possibilita manter ou mudar as relações humanas nas quais estamos envolvidos tanto na vida privada ou na vida profissional, quanto na vida pública.

Assumir o poder como relação equivalerá a mudar a forma de viver, pois deixaremos de considerá-lo como coisa boa ou má, e passamos a considerar que de fato, na vida, é impossível viver sem relações de poder quase permanentes. Não é o poder que é ruim, mas seu exercício que pode ser ruim. Nas relações de poder sempre é possível a resistência, e, assim, ao obedecermos também nos tornamos responsáveis pelo que acontece, pois poderíamos não obedecer. Isso nos levará a perceber que também nós podemos nos tornar mais livres, contanto que tenhamos a coragem de ser mais responsáveis pelo que nos acontece. Ao mesmo tempo, podemos perceber que querer mandar na conduta dos outros, sejam colegas ou não, é legítimo, mas podemos aceitar um limite razoável para esta vontade de ser chefe: que reconheçamos que o outro tem o direito de resistir.

Temos aqui, em jogo, algo muito importante na vida de cada um de nós como profissional: se o ato de mandar na conduta dos outros e o ato de obedecer ao comando têm como único objetivo o resultado da ação (uma "ética da responsabilidade", para lembrarmos o que foi lido quando falamos da ética; ou mais especificamente, o lucro, quando se fala de uma entidade bancária ou de uma indústria), neste caso fica difícil adotarmos a concepção de poder que é apresentada por Foucault. Só poderemos fazê-lo se tivermos a coragem de querer ser mais livres em nossa vida, e se a liberdade for vivida como a experiência essencial dos seres humanos, a única a partir da qual poderemos manter aberta a possibilidade de sermos mais livres, e não cada vez mais governados. Sem atitudes livres não podemos ser livres. Não adianta dizer que somos livres apenas na mente. O que conta é a liberdade na prática. Por outro lado, ninguém pode dar, e nem tirar, liberdade a outrem.

Então ousemos dar uma resposta sincera às seguintes perguntas: se a situação atual nos deixa insatisfeitos, a que se deve isso? Ao fato de não cumprirmos – nós e/ou os outros – as normas vigentes, ou ao fato de se cumprirem bastante fielmente todas as normas estabelecidas?

A resposta não é tão simples nem óbvia. Um mundo perfeitamente bem administrado pode ser um mundo moralmente mau. Certamente a tragédia do nazismo e do estalinismo se deve bem mais ao cumprimento das normas, e não ao seu descumprimento. O inferno pode ser tanto mais inferno quanto mais bem administrado for! A boa administração não pode ser, por si só, critério para avaliarmos o que quer que seja. Tal-

vez a mais forte sensação que experimentamos em nosso dia a dia, e na vida nacional e internacional, seja a da impotência, a de que nada pode ser mudado na sua lógica (lógica do mercado, por exemplo), e de que se trata simplesmente de nos adequarmos às normas vigentes, consideradas naturais ou até dogmáticas, como se tivessem sido instituídas por um ser absoluto, seja ele algum deus ou outra entidade.

Por isso, se o problema maior de nosso tempo e o maior problema de cada um de nós consistir em alcançar maior autonomia, maior liberdade, **então a luta pela ética não será tanto a luta para que as normas estabelecidas sejam cumpridas, mas será, e deverá ser, a luta para que mantenhamos sempre aberta a possibilidade de sermos mais livres do que já somos.** E é possível conseguir isso em nossa vida cotidiana a partir das relações de poder em que estivermos envolvidos. Assim, podemos terminar citando mais uma vez o autor francês: **a ética "é a prática refletida da liberdade"!**

ATIVIDADES

Depois de toda esta análise sobre as relações entre ética e política tendo em conta duas concepções bem diferentes de poder, vamos exercitar? É importante que você procure responder às questões. Conte conosco para auxiliá-lo!

1. Leia e analise o texto em que se fala da relação entre ética e política, e, tendo em conta a situação atual, discuta as possibilidades e as dificuldades de combinar a ética com a política.

2. Tendo em consideração as duas concepções de poder (aquela que considera o poder como algo que alguém possui como se fosse uma propriedade privada, e aquela que compreende o poder como relação entre pessoas livres), observe seu local de trabalho, e escolha algum exemplo ou acontecimento normal da vida cotidiana do local em que trabalha ou de uma instituição pública que você conhece. Verifique como se dão as relações de poder. Faça um texto de, pelo menos, uma página digitada, indicando os seguintes aspectos:

   a) Descreva brevemente as duas concepções de poder, tendo em conta o texto de Foucault e os comentários sobre ele.
   b) Apresente em poucas palavras o fato escolhido por você para identificar o tema do poder.
   c) Assinale alguns indícios de que, neste caso, há uma relação de poder, e não violência ou repressão.
   d) Indique, no fato escolhido para análise, algumas formas de resistência entre quem manda e quem obedece.

e) Verifique e diga se os colegas de trabalho concebem o poder como algo ruim (ou bom), ou se o veem como uma relação entre pessoas livres.
f) Finalmente, assinale o que muda em você mesmo se passar a ver o poder como algo que acontece entre as pessoas, e não como algo que alguém tem.

3. Como se pode conciliar o exercício do poder com a liberdade? Como pode ser livre quem obedece, e não só quem manda?

O Problema Ético, a "Ëtica Profissional"e a Responsabilidade Social na Administração Pública Brasileira

Para darmos continuidade ao nosso estudo sobre ética, vamos voltar ao que dissemos no início deste Capítulo. Leia o texto com atenção, anote suas dúvidas e caso seja necessário busque auxílio junto ao seu tutor.

Antes de mais nada repetimos: todos os problemas hoje parecem estar reduzidos a um problema ético. Também no campo do exercício profissional é cada vez mais frequente ouvirmos afirmações como as que seguem:

> *"Estou certo de que o sucesso e o fracasso de qualquer organização está vinculado ao seu comportamento ético. Assim, ser ético não é mais uma opção, mas uma obrigação; é questão de sobrevivência! Qualquer empresa está obrigada a ter ética para manter sua lucratividade. A ética dá lucro"!*

Ou então podemos ler:

> *"Em estudo feito por vários autores que estudam a ética empresarial fica estabelecido que o comportamento ético é a única maneira de obtenção de lucro com respaldo moral. A sociedade tem exigido que a empresa sempre pugne pela ética nas relações com seus clientes, fornecedores, competidores, empregados, governo e público em geral".* Disponível em: <**http://tinyurl.com/n3l43f**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

Por outro lado, mais especificamente quando se trata do exercício de uma função pública, sentimos – como já dissemos - que os cidadãos em geral consideram cada vez mais todo serviço público como corrupto ou mau moralmente, por estar vinculado ao poder político, ao mesmo tempo em que vivenciamos uma propaganda política em que todo ser público – poderes executivo, legislativo e judiciário – se anuncia como defensor da ética. Parece que todos os problemas públicos estão vinculados à ética, e que tudo, portanto, pode ser resolvido pela ética.

Frente a convicções como essas, e também ao uso cada vez maior da "ética" na propaganda de produtos de consumo de qualquer espécie, e

na propaganda política, urge que façamos algumas observações sobre a vinculação entre ética e economia, e sobre a ética no exercício de qualquer profissão, em suma, sobre a chamada "ética profissional". E vale a pena fazê-lo, tendo em conta a ênfase dada, nos últimos decênios, à responsabilidade social das empresas. E falar de responsabilidade social e de ética profissional vale ainda mais quando falamos de administração pública. Também no campo da vida pública, em que se exigem profissionais cada vez mais competentes, o debate deve ser maior, ao invés de partirmos do pressuposto de que tudo está claro, e de que basta exigir o cumprimento das normas.

Não há como não fazer as seguintes perguntas: pode a ética ser um meio para aumentar o lucro ou justificar todo lucro? Pode a ética servir de meio para a economia? Ou deve ela ser o fim, e não o meio? Como se relacionam a ética empresarial e a ética profissional com este debate que fizemos no texto anterior sobre a ética, com a existência de teorias morais diferentes e com a dificuldade teórica e prática de resolver os problemas éticos em geral? Como relacionar, mais especificamente, o campo da ética profissional com o da responsabilidade moral do administrador público?

Precisamos ter claro que, quando se trata da administração pública, **é importante não reduzir a questão ética à de uma ética profissional. É preciso, neste caso, ter em conta a difícil relação entre ética e política**, sobre a qual falamos no tópico anterior.

Contudo, assinalemos alguns aspectos sobre a chamada ética profissional. Não se trata aqui de fazer uma apresentação de uma determinada ética profissional, como a do administrador, nem se pretende esgotar um tema candente, como o da responsabilidade social das empresas ou dos serviços públicos. Queremos trazer alguns aspectos para serem considerados neste campo de estudo, tendo obviamente em conta também a prática dos administradores.

De saída, temos de dizer o que nos parece o mais importante: que não podemos falar do exercício de uma profissão pensando que tudo se resolve pelo estabelecimento e pelo cumprimento de algum código de ética profissional. **Não se resolve o problema da ética profissional isoladamente, sem tomar em consideração o campo mais vasto e complexo da ética**, apresentado anteriormente. Não podemos ter clareza sobre o conteúdo e sobre o significado de qualquer ética profissional considerando apenas a questão da profissão, até porque a vida humana nunca se restringe e nem deve restringir-se à vida profissional. Não podemos cortar a vida humana em duas partes separadas: a vida profissional e a vida fora da profissão.

E nem se pode pôr o problema ético geral só a partir de uma diversidade de profissões. Sem pestanejar, pode-se afirmar que, no mínimo, a redução da ética à chamada ética profissional, aos seus códigos, significaria reduzir o problema moral ao que nos acontece enquanto indivíduos

que fazem parte de uma corporação, e não de uma sociedade ou de uma comunidade humana, cultural, política, que pode e deve definir seus rumos de maneira criativa e responsável.

Mesmo que percebamos a conveniência de lutar contra a redução de nossa vida ao aspecto profissional, contra a redução do ser humano a simples meio na grande maquinaria global, mesmo que se tenha em conta a importância da maquinaria estatal, percebemos também **que os códigos de ética profissional são, de fato, em geral códigos de defesa de interesses corporativos e egoístas** de uma categoria funcional diante de outros interesses presentes no campo da divisão do trabalho e da divisão competitiva dos bens.

A existência e a importância das éticas profissionais justificam-se por haver uma sociedade dividida em grupos de interesses econômicos conflitantes e por haver luta cada vez mais encanecida por um lugar ao sol no mercado do trabalho, cada vez mais tecnificado.

Não parece conveniente enfatizarmos demasiadamente uma "ética profissional" dos administradores, menos ainda a ética profissional dos administradores públicos, como se pudesse ou devesse ser diferente da ética dos médicos, dos advogados, dos políticos, dos economistas, dos operários, dos educadores etc. Fazê-lo equivaleria a submeter-se à mentalidade dominante, segundo a qual não há outra instância da vida senão a da profissão, ou segundo a qual não existe alternativa à forma de vida hegemônica, que é a do mercado competitivo, e na qual o que decide é unicamente a competência técnica e o conformismo político com o modelo dominante.

E ao falarmos de profissão, convém lembrarmos, mais uma vez, Weber (2001, p. 131): como já ressaltamos, ele constata que a **profissão se tornou uma espécie de "gaiola de aço" dos seres humanos modernos**, e por isso não temos mais o direito de escolher se vamos ter ou não uma profissão; somos obrigados a tê-la se quisermos sobreviver. Assim **temos que ser especialistas**, perdendo, em geral, a visão do todo. Com a organização cada vez maior da sociedade, com o surgimento de novos profetas apresentando de tempos em tempos soluções milagrosas, somos capazes, diz Weber, de achar que atingimos "um nível de civilização nunca antes alcançado", mas ao mesmo tempo nos tornamos "especialistas sem espírito e sensualistas sem coração". Poderíamos acrescentar que esta "gaiola" se tornou tão normal para nós que nem pestanejamos em exigir que cada profissional se torne o carcereiro de sua própria "prisão"!

No entanto, para além desta observação geral, convém chamar a atenção para o fato de se enfatizar cada vez mais, nos últimos anos, também no campo da administração, o tema da **responsabilidade social** ("responsabilidade social corporativa" e "responsabilidade social empresarial"), o que é uma reação contra o desinteresse por obrigações sociais de grandes empresas.

A globalização, acompanhada e facilitada pelas novas tecnologias da informação, pela liberalização do comércio internacional, pela privatização de empresas, diminuindo o tamanho do Estado e querendo ao mesmo tempo torná-lo mais eficaz, e a união econômica de nações, transformou as grandes corporações em atores tão ou mais importantesv que os Estados ou governos. Além disso, aumentou os escândalos corporati vos e trouxe problemas antes não existentes, o que fez com que houvesse uma reação crescente na sociedade civil, inclusive na atividade acadêmica.

Tudo isso, aqui brevemente apresentado, fez com que emergisse uma concepção de negócios baseada na responsabilidade social corporativa na era da globalização. Por estes e outros motivos, surge a noção de **responsabilidade social***. No Brasil, sinal evidente dessa reação e preocupação é a criação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a filiação voluntária e crescente de empresas ao mesmo instituto, ao lado do incremento de publicações e de atividades acadêmicas sobre o tema. E mais especificamente na vida acadêmica ("ética nos negócios", "negócios e sociedade", "gestão de temas sociais" são expressões que se consagram ao se falar de "**responsabilidade social** da empresa"), e com a emergência de movimentos sociais, aumenta a reação frente aos grandes (exagerados) lucros e o debate sobre uma distribuição mais justa das riquezas. As atividades empresariais passam a se submeter ao julgamento moral, ou melhor, **a responsabilidade social passa, pretensamente, a equivaler à responsabilidade moral.** Isso ficou evidenciado na definição apenas transcrita: como se tivesse havido uma conversão, sempre voluntária, nunca obrigatória, do setor privado ao social, e o setor privado passasse a ser compreendido como responsável único por uma sociedade mais justa. De toda forma – e sem entrar aqui no debate mais especializado sobre o tema, no campo nacional e internacional – passa a ser frequente a afirmação: "o que é bom para a empresa é bom para a sociedade"! E quanto mais a empresa tem em conta objetivos sociais (e ambientais), tanto mais aumenta sua competitividade. Ao mesmo tempo, a preocupação social das empresas seria também o reconhecimento delas de que são cada vez mais responsáveis pelo que acontece no mundo e na região em que funcionam.

SAIBA MAIS

***Responsabilidade Social das empresas** - o comprometimento permanente dos empresários de adotarem um comportamento ético e contribuirem para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. Fonte: Toldo (2002).

Responsabilidade social - Sobre os moti vos que levaram os empresários brasileiros a adotarem o conceito de responsabilidade social, consultar o texto de Marley Rosana Melo de Araújo. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. Fonte: Araújo (2006).

Mas será que esta é a única maneira de entender o que acontece sob o título de "responsabilidade social das empresas", sustentando assim uma aproximação e identidade entre empresa e ética, entre economia e ética?

Repetindo a pergunta já feita: **tanto no caso da ética profissional quanto no da responsabilidade social das empresas, a ética não está sendo transformada em simples meio, e meio muito eficaz, para fins econômicos, para aumento da competitividade e do lucro? E quando a ética se torna um meio, ainda se pode, de fato, falar de ética?**

Parece-nos que, no mínimo, se deve ter cautela, não aceitando tão imediatamente que a responsabilidade social das empresas seja sinônimo de responsabilidade moral. Até mesmo defensores da responsabilidade afirmam que usar expressões como "responsabilidade social" e "ética empresarial" são eficacíssimos meios para fazer propaganda, para anunciar produtos no mercado do consumo, como se comer uma fruta "ética" fosse mais "saudável" do que ingerir uma fruta "imoral". Teóricos conhecidos, como por exemplo, Friedman, são claros a este respeito, inclusive no título dado a um texto bem conhecido: *The Social Responsability of Business is to Increase its Profits* [*A responsabilidade social do negócio serve para aumentar o lucro*]. Ele reconhece claramente que por detrás de muitas decisões empresariais há uma espécie de "fraude da responsabilidade social", e que apelar para a responsabilidade tem em vista outros fins, e não a tal responsabilidade. O fim é, sim, alcançar maiores benefícios econômicos. Disfarça-se como responsabilidade social o que não é mais que uma atuação egoísta, uma decisão tomada a partir do próprio interesse dos acionistas ou proprietários. Friedman não duvida em acusar de hipócritas tais práticas e de estarem perto do engano, pois, em suma, não se trata senão de "[...] gerar bondade como produto dos gastos justificados em seu próprio benefício." (GARCÍA-MARZÁ, 2004)

Assim, conforme diz o bom artigo: "a maioria dos defensores da responsabilidade social da empresa cairiam de cheio sob esta crítica: chamar de benefício social o que é apenas um instrumento do benefício privado dos acionistas ou proprietários".

Nesta perspectiva, que parece tão comum, é óbvio que não se pode aceitar a ideia de responsabilidade social como responsabilidade moral, mas que no caso se usa uma pretensa "ética" para obter lucro, o que é uma atitude cínica e má do ponto de vista moral, pois não só se mente, mas também se usa, mais ainda, o consumidor como um meio, e como um bobo-da-corte, ou bobo-do-mercado, para aumentar o lucro. Apelar para a responsabilidade social das empresas não pode equivaler a transformar qualquer lucro em santo!

Sendo assim, tanto a responsabilidade social como a ética profissional podem ser lidas como uma solução cínica para a falta de ética na sociedade atual. Tal solução transforma ainda mais o ser humano em simples meio e em ser meramente econômico, e transmuta a liberdade humana

em pura liberdade do consumidor de escolher entre produtos apresentados no mercado, e não mais em escolher entre sentidos diferentes, assumidos também responsavelmente, da própria vida humana. Além disso, transformaria o ser humano meramente em profissional. Não é demais repetirmos que quando o mundo for apenas uma grande e global praça de negócios, e for apenas dividido entre produtores e consumidores, e os seres humanos forem apenas bons ou maus profissionais, certamente nossa humanidade terá empobrecido.

Administração Pública Brasileira e Ética

Depois de termos assinalado brevemente uma tensão bastante evidente entre interesses econômicos e morais, vejamos o que podemos observar mais especificamente sobre a relação entre administração pública e ética. Há semelhanças entre a ética profissional de administradores de empresas privadas e a de administradores públicos, pois em ambos os casos se trata do exercício de tarefas que envolvem competências técnicas determinadas e responsabilidades. As semelhanças acontecem também por estarem em jogo relações de poder entre todos os que, conjunta e individualmente, executam tarefas com objetivos determinados. Mas também há diferenças, sobretudo porque na administração pública, todo código de ética profissional deve estar submetido à legislação pública, cujo objetivo sempre visa ou deveria visar à realização de atividades de interesse público, e não privado. Por mais que todo administrador, privado ou público, realize atividades de que ele não é senhor absoluto, há especificidades na moralidade administrativa, pois o administrador público tem precisamente em vista um bem que não é particular, mas geral, ou seja, de uma coletividade.

Espera-se, por princípio geral, que toda a administração pública tenha características de correção moral mais intensas do que aquelas que se exigem de um empregado de instituição privada. Antes de mais nada, que os interesses públicos tenham sempre a supremacia sobre os interesses privados; que todos os atos de um administrador público cumpram as leis (legalidade); que todo administrador público aja por critérios objetivos e não pessoais (impessoalidade); que todo ato de um administrador trate todos como iguais perante a lei, sem discriminação por amizade ou parentesco, e sem qualquer discriminação de gênero, de religião, de raça; que todo ato relativo à administração pública e realizado pelo administrador público possa ser conhecido pelo público, e caso não puder ser feito isso, que seja considerado imoral (publicidade, transparência); e que todas as tarefas sejam tecnicamente bem feitas (incluindo-se pontualidade, regularidade, segurança), usando-se racionalmente os meios melhores para se alcançarem os resultados desejados.

O que acabamos de dizer, em síntese, é o artigo 37 da nossa Constituição Federal, ao definir os princípios norteadores da Administração Pública. Neste sentido, o bom administrador público deve ter como virtude específica o que denominamos “espírito público”, o que não é exigido de um administrador privado. Por isso mesmo, podemos afirmar que a ética

profissional de um administrador privado é marcada sobretudo pela relação entre ética e economia, enquanto a do administrador público deveria ser marcada pela complexa relação entre ética e política.

No entanto, sabemos que não é tão simples o cumprimento destes princípios básicos da administração pública. E nem é simples sua justificação teórica. Isso – já o assinalamos – se deve também à complexa relação entre a ética e a política, e não só, mais direta ou exclusivamente, a uma possível maldade moral dos administradores públicos. Em tempos nos quais a política foi transformada em simples meio para o bom funcionamento da economia, em tempos nos quais os **interesses individuais** se sobrepõem de forma evidente a todo e qualquer interesse coletivo, também a administração pública tem dificuldades enormes para manter os interesses públicos acima dos interesses privados hegemônicos na sociedade. Quando as relações humanas, na sua generalidade, são marcadas pelo individualismo, seguramente também os administradores públicos e a administração pública como tal sofrem as mesmas tendências. Neste contexto, também as relações entre os próprios servidores públicos, além daquelas dos administradores públicos com os cidadãos, também encontrarão dificuldades para fugirem desse mesmo individualismo.

SAIBA MAIS

Os próprios cidadãos pedem costumeiramente da administração pública que atenda a interesses privados.

Neste contexto, normalmente defendemos que a democracia é a salvaguarda da relação entre ética e política. "Democracia" há muito tempo passou a ser uma palavra mágica: todos fazem questão de ser democráticos para se apresentarem frente aos outros como pessoas de bem, como tolerantes com as diferenças, como respeitosos dos outros, ao mesmo tempo como defensores da própria autonomia e responsabilidade. O valor da democracia foi reivindicado por revolucionários e conservadores, pela direita e esquerda, pelos individualistas ou coletivistas, pelo cidadão participante ou pelo indiferente, e cada um atribui ao seu adversário ou inimigo o nome de anti-democrático. Sendo assim, parece dispensável dizer o que entendemos por democracia, pois sempre partimos do pressuposto de que nós o somos. Ser democrático tornou-se um chavão que pretensamente nos defende de qualquer corrupção e de qualquer erro moral. Ser democrático virou sinônimo de bom cidadão. Para o administrador público tornou-se sinônimo de bom administrador.

Mas ninguém discute o que é democracia; ninguém tem a coragem de sustentar que tantas vezes a democracia tornou-se um jogo sem regras, em que vale apenas tirar vantagem em tudo. Ou então que basta nos apresentarmos como democráticos para nos considerarmos corretos moralmente em tudo que fazemos. De forma parecida, temos o hábito de dizer que somos éticos, e que todo adversário ou inimigo pessoal é antiético, como se cada um pudesse defender-se como ético simplesmente a partir da satisfação de seus interesses particulares, ou como se cada um pudesse estabelecer o que é ser ético a partir de si mesmo. E

isso parece estar acontecendo nos últimos tempos, quando também a ética se transformou em palavra mágica. Repetindo: se eu partir de pressuposto de que sou perfeito moralmente, de que eu nunca erro, eu perco o direito de criticar a qualquer pessoa, pois ele também teria o mesmo direito de se apresentar como perfeito e moralmente correto. O reconhecimento do outro como digno de respeito e o reconhecimento de si mesmo como capaz de cometer erros são dois pressupostos de qualquer moralidade pública ou privada.

Nesta conjunção, discutimos a ética do administrador público significa entender e mexer em nossos hábitos, em nossa cultura, presente no comportamento cotidiano dos cidadãos e dos administradores públicos. Tratando-se disso, e por mais que sejam possíveis outras leituras da realidade brasileira, vale a pena apresentar alguns aspectos da análise feita pelo antropólogo brasileiro Roberto Da Matta, que procurou retratar a cultura política nacional, especialmente o lugar ocupado pela ética como instrumento de gestão no contexto da administração pública brasileira. Da Matta faz isso não com uma leitura "institucional" do país, abordando os macroprocessos econômicos e políticos nacionais, mas dando ênfase ao elemento cotidiano dos usos e costumes, de nossa tradição familística ou da "casa". Para ele, no Brasil, há dois modos de abordar a situação: numa perspectiva é privilegiado o indivíduo; na outra perspectiva, na leitura culturalista, o centro é a pessoa. Num espaço há relações entre indivíduos, noutro, entre pessoas. E estas duas perspectivas ou espaços convivem, ou melhor, aparecem tensionados e separados. O espaço que privilegia o indivíduo é chamado de "rua"; aquele que tem como central a pessoa é chamado de "casa".

> É como se tivéssemos duas bases através das quais pensássemos o nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas no caso das situações concretas, daquelas que a "vida" nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do "jeitinho", da "malandragem" e da solidariedade como eixo da ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas. (DA MATTA, 1981, p. 169)

Na cultura brasileira, segundo Da Matta, é o elemento pessoal, a relação entre pessoas, que é dominante, frente ao elemento abstrato, legal, referente ao mundo dos indivíduos indiferenciados. Uma condensação dos aspectos desenvolvidos pelo antropólogo sobre a realidade brasileira é encontrada na análise da conhecida frase: **"Você sabe com quem está falando?".** O ritual autoritário do "você sabe..." é cotidiano, um cotidiano hostil da rua, contraposta à casa. Esta expressão revelaria o "[...] esqueleto hierarquizante de nossa sociedade" (DA MATTA, 1981, p. 142), tornando complexa a relação entre casa e rua, entre pessoa e indivíduo, entre privado e público. Toda vez que se pronuncia a frase "você sabe..." há uma espécie de punição por alguém tentar fazer cumprir a lei ou

por alguém defender que de fato nós somos iguais. Por esse motivo, os brasileiros costumeiramente acham melhor sempre estabelecer relações de casa, de pessoas, pois neste caso se podem resolver os problemas, e nunca pela aplicação das leis vigentes.

Em todo caso, a partir dessa constatação, descrita em livros anteriores, Da Matta fez em 2001, na qualidade de consultor, um informe ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, depois de ter entrevistado membros da Comissão de Ética Pública, instalada em Brasília, como parte do programa de modernização do Estado brasileiro. Neste Informe, o antropólogo lembra que o Estado tem sido sistematicamente pensado "como a principal alavanca para o desenvolvimento e para a salvação da pátria", por mais que as relações predominantes dos cidadãos com o Estado sejam aquelas pessoais, e não as institucionais ou legais. Sendo assim, membros da Comissão de Ética Pública ficaram preocupados com o fato de alguém querer pensar em estabelecer para o administrador público alguns preceitos gerais a cumprir, atingindo o comportamento moral dos ocupantes de cargos, e não ficando apenas na eficiência na realização das tarefas. Pretender agora "a ética como instrumento de gestão" de fato aparecia como algo diferente da costumeira exigência de competência técnica e sobretudo sinalizava para uma mudança geral da atitude dos brasileiros, ou se quisermos, para uma mudança ética.

A impressão que membros da Comissão de Ética que foram entrevistados deixaram no antropólogo Da Matta é descrita da seguinte maneira:

> Se uma das premissas básicas do "poder à brasileira" é que o "alto administrador" tudo pode, e, assim, não precisa dar satisfação a ninguém, exceto – é claro – ao "povo" ou "ao Brasil" por suas ações, por que então o "governo" teve que inventar essa chatice de ética? E se as pessoas ocupam cargos satisfazendo requisitos formais e informais (têm títulos e pistolões, passam em concursos e são do partido apropriado), para que essa ênfase numa avaliação dos aspectos íntimos do comportamento? (DA MATTA, 2001, p. 3)

Roberto Da Matta refere-se à resistência observada nos administradores públicos frente ao convite para que haja ética no serviço público. E não fica surpreendido com isso, pois considera que há uma cultura brasileira que se choca frontalmente com esta recomendação, enquanto o administrador público brasileiro está acostumado a ouvir termos como "reforma" e "revolução", sabendo, porém, que reformas ou revoluções em geral acontecem sem, no entanto, tocar de fato nas atitudes dos homens públicos dentro das instituições e na sua relação com o público. É habitual haver modificação na estrutura do Estado, mas não na conduta dos funcionários deste Estado, pois isso exigiria que houvesse uma mudança na relação entre o Estado e a sociedade. O que Da Matta enfatiza é que o comportamento do Estado e da administração pública, que separa casa e rua, se deve não só ao Estado e aos administradores, mas a toda a sociedade brasileira.

Os preceitos éticos atuam tanto no governo quanto na vida diária dos cidadãos em geral. O que causa transtorno ou problema é, portanto, um

projeto "moralizador" que não seja apenas retórico ou demagógico, mas que mexa no comportamento das pessoas envolvidas com o serviço público, e requeira mudanças de comportamento de toda a sociedade brasileira, acostumada a pensar e a agir como se Estado e sociedade fossem realidades separadas: *"[...] quando falamos em ética como instrumento de gestão, não podemos deixar de convidar a sociedade como um todo, para o programa de reformas"*, diz Da Matta (2001).

No Brasil, segundo o autor, sempre se apostou em que toda mudança só pode vir do Estado, e nunca da sociedade: as elites políticas pensam que a sociedade é fraca e o Estado é forte, e está convencida de que os poderes do Estado nada têm a ver com os da sociedade. Assim tendemos a demonizar ou divinizar o Estado e a divinizar ou demonizar a sociedade, como se entre Estado e sociedade não houvesse nenhuma vinculação, como se sociedade e Estado não fizessem parte da mesma coletividade. Por isso há, de algum modo, duas éticas, enquanto há um confronto entre um país moderno (sufrágio universal, lógica do mercado, individualismo, isonomia legal, igualdade legal na esfera das instituições políticas) e um país tradicional, com sua moral familística e de relações pessoais. Por isso também, conseguimos transformar o Estado enquanto a sociedade continua inalterada. Queremos uma polícia impecável, correta, justa, mas não queremos que nossos amigos ou correligionários sejam presos; louvamos a maior rigidez das leis contra a impunidade, mas fazemos de tudo para lutar pela própria impunidade e pela impunidade de minha corporação.

Por conseguinte, ao considerar que só tem sentido falar de ética na administração pública, envolvendo-se no processo tanto os administradores públicos brasileiros, quanto toda a sociedade brasileira, Da Matta concorda em afirmar que devemos mudar todas as relações de poder na sociedade brasileira, e não só aquelas relativas ao aparato estatal. A respeito disso, o antropólogo observa:

> É fundamental, assim, entender que, concreta e realisticamente, a questão da gestão pública emoldurada pela ética, passa por um lado ainda pouco discutido no caso do poder à brasileira, qual seja: o fato de que, no Brasil, os agentes públicos federais projetam suas personalidades sociais e suas redes de relações pessoais nos cargos que ocupam. Se em outros países, eles são teórica e idealmente controlados pelos seus partidos ou por fortes premissas ideológicas, no Brasil eles se apropriam dos seus cargos, tomando, como diz o ritual, "posse" dos mesmos. Tal tendência que, diga-se de passagem, tende a ocorrer em todos os sistemas, acentua-se em nosso país devido, de um lado, à frouxidão, à instabilidade e à ausência de confiança no arcabouço institucional e nas estruturas administrativas e, de outro, no fato de que o personalismo é um valor social no Brasil. (DA MATTA, 2001, p. 5)

É evidente que não podemos transformar todas as relações dos administradores públicos em relações burocráticas racionalizadas, em frias relações institucionais, esquecendo totalmente a subjetividade dos funcionários e dos cidadãos. Nem se trata de considerarmos imoral todo apoio

a amigos e partidários, contanto que todos sejam apoiados segundo o princípio da equidade e da impessoalidade. Não é fácil encontrarmos um ponto de equilíbrio entre um estilo de "governo" pessoal e particularista, no qual as decisões administrativas são calculadas, calibradas e tomadas por considerações pessoais e relacionais, e um modo de governar motivado por um cálculo universal, impessoal, englobado por interesses do Estado, por interesses públicos e por ideais políticos. Mas é eticamente importante que os administradores públicos brasileiros deixem de se considerar, na qualidade de agentes do Estado e do interesse público, como se estivessem acima ou fora da sociedade, ou então como se pudessem privatizar o que é público.

Contudo as decisões a tomar não podem privilegiar relações familiares, simpatias pessoais, e nenhuma relação de amizade pode fazer com que se esteja acima da lei. Por isso seria desejável abandonar o "você sabe com quem está falando?", que trata o outro como hierarquicamente inferior, assumindo que o funcionário público é um funcionário do público que tem em vista construir maior equidade e justiça na sociedade, não sem ter em conta que há diferentes visões de como isso possa ser alcançado. O "você sabe"... é outra versão do mote "aos inimigos a lei, aos amigos, tudo".

Observe que para falarmos de ética neste contexto exige que repensemos as relações entre público e privado, entre interesses pessoais e pressupostos racionais e instrumentais, para que possamos superar, de acordo com a leitura de Roberto Da Matta, a mentalidade vigente, que, por um lado, permite que todos digam que a ética resolve tudo e que eu sempre ajo corretamente, e, por outro, faz com que tão dificilmente reconheçamos que só haverá mudança para melhor quando admitirmos, cada um de nós, em mudar o nosso modo de nos relacionarmos com os outros, priorizando mais e melhor o interesse coletivo em relação aos nossos interesses individuais e individualistas. Nessa perspectiva, os fins da administração pública brasileira devem deixar de ser confundidos com os objetivos políticos imediatos e práticos de quem governa ou dos membros do partido que está no governo. Ninguém pode, em nome da democracia ou de uma eleição, tornar-se dono do Estado, do governo estadual, da prefeitura, ou de qualquer bem público. "Tomar posse" de algum cargo público não pode equivaler a ser dono ou proprietário privado do que é público.

Assim, nem todas as combinações entre meios e fins são moralmente coerentes e aceitáveis. Nem todo jeito de sermos eficientes, usando, por exemplo, de meios ilegais e imorais, caracteriza uma boa política. São literalmente imorais todos os atos e todos os meios que apenas servem para continuarmos usando o público para fins exclusivamente privados, por mais que em toda política haja um conflito de interesses entre grupos presentes na sociedade federal, estadual ou municipal. "Reforma" só a teremos no dia em que houver motivos para dizer que na política também se pode agir moralmente bem. É possível e desejável – e isso tem a ver com a ética na administração pública – unir mais as razões do

Estado (da Prefeitura, do Estado mesmo) com as razões da sociedade como coletividade.

O bem público governado sem qualquer moldura ética é uma terra de ninguém, ou, o que é o mesmo, uma terra exclusiva de cada um que toma posse do Estado, de cada um que privatiza este bem. Ele deve passar a ser bem de todos, impedindo a qualquer cidadão ou qualquer grupo familiar que se apropriem dele como quiserem.

É importante estarmos todos submetidos às mesmas leis, em primeiro lugar os próprios administradores públicos. Como diz Da Matta:

> [...] tanto os usuários, para quem o Estado deve servir, e para os agentes desse Estado que, tanto como todo mundo, estão sujeitos às mesmas normas morais: a mesma ética e a mesma dolorosa obrigação de pensar o mundo buscando calibrar com justiça e honestidade, os meios e os fins. (DA MATTA, 2001, p. 10)

Para finalizar, vejamos outro trecho da análise de Da Matta sobre o desafio ético brasileiro:

> Primeiro, trabalhar a ética pensando não apenas em legislação, mas, sobretudo, na disseminação de certas atitudes, chamando a atenção para os conflitos entre as demandas impessoais dos cargos públicos – que são serviços que as pessoas prestam à comunidade – e os legítimos reclamos das relações pessoais, da casa e da família. Não se pode isolar por lei a esfera pública da vida pessoal e íntima de cada um. Mas pode-se estabelecer limites mais claros para certos cargos, criticando suas atribuições e seus limites. Coisa, aliás, que pouco fizemos no caso do Brasil. [...] O "rouba, mas faz" é o melhor exemplo dessa ética dúplice que tem permeado o pior ângulo da vida pública brasileira.
>
> Segundo, a legislação é importante, mas ela não pode ficar confinada à sua dimensão acusatória que identifica a falta, sem apontar os modos de coerção e punição. A abundância de leis que permitem abrir processos fundados nas melhores e mais nobres dimensões éticas, mas que são incapazes – pelas contradições legais e morosidade do processo jurídico – de resolvê-los, apenas engendra mais frustração e mais desconfiança relativamente ao governo sob cuja égide esses processos ocorrem. [...].
>
> Finalmente, não se pode falar em ética sem falar em sociedade. E, no caso do Brasil, falar em processos políticos implica em tentar compreender realisticamente a mentalidade de nossas elites. Suas raízes aristocráticas e autoritárias, sua ignorância e desprezo por certos processos e instrumentos de conhecimento social. E o seu amor pelo Estado como instrumento de mudança e de transformação social. Implica em discernir... que essa elite opera coletivamente, em segmentos, turmas, grupos... Que ela se sustenta mais

> por simpatia pessoal do que por antipatia ideológica. Que ela se funda, salvo engano e alguma exceção que confirma a regra, naquele velho moto, simétrico inverso do "sabe com quem está falando?", que diz: aos inimigos a lei, aos amigos tudo! [...] E (com) Oliveira Vianna...: "Aí está a síntese de toda a nossa psicologia política: incapacidade moral de cada um de nós para resistir às sugestões da amizade e da gratidão, para sobrepor às contingências do personalismo os grandes interesses sociais, que caracteriza a nossa índole cívica e define as tendências mais íntimas da nossa conduta no poder".

Por mais que possamos dizer que a leitura de Roberto Da Matta não seja suficiente como retrato da cultura brasileira, pois a ela faltaria ter em conta as importantes relações econômicas, por mais que possamos concordar em que o antropólogo faz uma leitura reducionista da realidade nacional – esquecendo, por exemplo, que hoje existe uma crise mundial da política como tal, sobrando-nos poucas possibilidades para superarmos o individualismo e o imediatismo reinantes – pensamos que as observações aqui apresentadas podem servir como quadro geral em que podemos situar o debate sobre a relação entre ética e administração pública no Brasil. **Em síntese, não haverá melhora moral na política se pensarmos apenas nos administradores públicos e nos próprios políticos, e se não pensarmos também na moralidade comum das pessoas, dos cidadãos em geral.**

Se, como cidadão, aceitarmos sonegar impostos, ou descumprir as leis, como podemos continuar dizendo que toda a "culpa" pelos males sociais dependem apenas do setor público.

Acreditamos que todos os governantes e todos os servidores públicos de qualquer país em geral retratam o modo de ser e de viver do povo na sua generalidade e totalidade. Afinal de contas, podemos considerar sabedoria popular o dito: "cada povo tem os governantes e os administradores públicos que merece!" No entanto, isso não elimina de modo algum a responsabilidade moral dos administradores públicos e dos políticos para que busquem responsavelmente aperfeiçoar a moralidade administrativa do país. Podemos – por que não? – sonhar em encontrar precisamente nos administradores públicos brasileiros importantes protagonistas desta mudança ética de todo o povo. Eles devem, pelo menos, estar envolvidos com este debate sobre a ética e sobre a definição dos caminhos práticos para superar a crise ética em que estamos envolvidos. Por isso mesmo que insistimos em dizer que a solução dos problemas passa pela mudança no exercício do poder, pela mudança em nossa maneira de pensar o poder, no qual tanto quem obedece quanto quem manda deve ser responsabilizado moralmente por aquilo que acontece. E por esse mesmo motivo, repetimos nossa convicção, acompanhada da vontade de pensar e de compreender melhor o que nos acontece: de que não basta o cumprimento do código de ética profissional do administrador público para pleitear a mudança que todos desejamos.

ATIVIDADES

Esperamos que você tenha compreendido os assuntos expostos neste livro, pois são todos de suma importância para sua vida pessoal e profissional. Para verificar seu entendimento preparamos algumas questões para você responder. Escreva com suas próprias palavras! Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

1. No texto apresentado consta a seguinte afirmação: *"Um mundo perfeitamente bem administrado pode ser um mundo moralmente mau[...]. O inferno pode ser tanto mais inferno quanto mais bem administrado for! A boa administração não pode ser, por si só, critério para avaliarmos o que quer que seja"*. Comente estas afirmações no contexto da administração pública.

2. De que modo você percebe, na sua experiência pessoal e profissional como administrador público, as características apresentadas por Roberto Da Matta a respeito da cultura brasileira? Tendo em conta a solução sugerida pelo autor, o que você pensa a respeito dela e da possibilidade de vir a ser praticada pelo administrador público?

3. E qual pode ser (e deve ser) a responsabilidade moral do administrador público frente às complicadas relações entre ética e política, e tendo em conta os limites de toda "ética profissional"?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta as diferentes observações, históricas, teóricas, sociológicas e filosóficas feitas neste Capítulo, e referindo-nos aqui à **ética em geral**, é inevitável repetir que, além de estarmos insatisfeitos com o comportamento humano predominante, ou dominante, também temos pouco de consensual a respeito do que seria uma ética válida para todos. Não se pode aceitar, ou pelo menos já chegamos a perceber melhor que não tem sentido mantermos uma ética para os grupos sociais hegemônicos e outra ética para os grupos sociais subalternos, uma ética para os senhores e outra para os servos, uma para o setor público, e outra para o setor privado. Dito de outra forma: o problema ético, exposto em nossa insatisfação com a vida que levamos e sofremos socialmente, não consiste apenas em verificarmos uma inadequação entre o que consideramos **ético** e o comportamento cotidiano nosso e dos outros, mas também, e de modo dramático, porque não sabemos mais fundar algum valor que possa ser valor para todos os seres humanos. Vivemos uma crise de fundamentação teórica e prática. Karl-Otto Apel (1994), filósofo contemporâneo alemão, serve como exemplo: **não é possível fundamentar hoje em dia algum valor universal, absoluto**, mas apenas valores relativos a circunstâncias, a grupos de interesse. Por isso é que se fala tanto do direito à diversidade. Mas percebemos que se o direito à diversidade for absolutizado, acaba nos tirando a possibilidade de exigir do outro, que é diverso, o mesmo que exigimos de nós mesmos. Ou seja, se quisermos estabelecer uma ética, devemos desabsolutizar o direito à diferença e encontrar algo comum a todos.

E qual é este algo comum? E quem o estabelece? Como se estabelece? (decreto, lei, mandamento divino etc.?). Saudades do "pai", de novo? Como é difícil assumir a responsabilidade pelo sentido do que somos, pensamos e fazemos!

Aqui fica evidenciada uma crise de algo marcante na história do Ocidente: **a crise da ideia de uma verdade neutra, objetiva, única e universal.** Esta ideia era baseada na aposta de que é possível e necessário termos uma só verdade, uma só beleza, uma só bondade moral para que tudo se resolva, ou para que a convivência com os outros seja agradável, ou pelo menos não prejudicial. Nesse sentido, temos uma moral fundada na religião cristã, na qual é Deus, um ser transcendente, quem dita as normas, ou temos uma moral baseada na natureza humana ou na razão humana, como o tentaram fazer os modernos. Em todos estes casos, pressupõe-se que todos os seres humanos devam viver de acordo com a mesma norma.

Mais recentemente, propôs-se que uma norma moral igual para todos, independente da religião, da cultura, pudesse ser aquela baseada na Declaração dos Direitos Humanos.

Mas hoje perguntamos: onde e quando todos os seres humanos nascem livres e iguais? Teríamos muitos argumentos para afirmar o contrário: "os

seres humanos nascem desiguais e não-livres!" Ou seja, reconhecemos que isso é um princípio, uma ideia transcendente, semelhante à afirmação de que há um Deus externo a nós e que determina o que somos e devemos ser. Ao mesmo tempo desconfiamos da tal "razão humana", em nome da qual os seres humanos realizaram e justificaram guerras, injustiças, massacres, fome e miséria, da mesma maneira como os cristãos se consideravam virtuosos quando matavam os infiéis turcos. Ou diríamos: **desconfiamos da razão humana universal** que se expressa hoje pela universalização de um sistema econômico e político que, no mínimo, nos deixa perplexos em sua estrutural exclusão de parcela cada vez maior de pessoas através do desemprego, de etnocentrismos, através da lei natural e universal que seria a tal da "Lei da Oferta e da Procura", "Lei do Mercado", que estabelece como princípio de convivência humana a competição.

O que é o princípio da competição senão a sacralização do direito e do dever de vencer e eliminar os outros para que eu possa viver? Já que é assim, dirão os "pós-modernos": vamos viver abrindo mão de qualquer princípio único, válido para todos! Não há razão única, não há nada de universal, não há verdade universal (nem mesmo a da Matemática). Neste caso, precisa-se afirmar como norma o direito à diversidade, à heterogeneidade, e tem-se o pluralismo ético, a precariedade de qualquer valor, diferenciando-se as éticas de acordo com os interesses de cada grupo. Parece mais complicado falar de ética no que denominamos de **pós-modernidade: se não há algo em comum, se há apenas diferença, só nos resta a lei da selva, que é a do cínico: tire vantagem em tudo que for possível!** Quem não for capaz de o fazer, não merece estar vivo!

Contudo, se de fato passamos a sustentar na teoria e na prática que somos nós, social e historicamente, que fazemos a nossa história, decidimos quem somos, construímos o nosso sentido, que o sentido da vida é aquele que nós lhe damos, e não outro, tornase no mínimo complicado, senão impossível, estabelecer uma única ética válida para todos do mesmo jeito. Ainda mais complexo tornase falar de uma ética universalmente válida se afirmarmos que os seres humanos, cada um, deve e pode estabelecer a própria lei. E se não quisermos ser pós-modernos, como vamos chegar a um acordo para que tenhamos a mesma norma válida para todos? Insistimos: **como estabelecer uma regra única válida para todos se consideramos que cada indivíduo é um ser absoluto? E como vamos poder viver individualmente, com alguma tranquilidade, sem termos uma norma que estabeleça, no mínimo, limites para todas as nossas pretensões individuais? Como pensar em ética na política, ou no serviço público moralmente correto, se cada vez mais o Estado e a política são pensados como simples meios que devem estar a serviço dos interesses privados?**

Houve na história grupos de pessoas ou povos que formularam ou construíram uma ética para todos, para si e para os outros, ou às vezes só para os outros e não para si... **Mas se quisermos construí-la todos juntos, como vamos fazê-lo?** Qual será o princípio? Aquilo que é fundante,

sem que precise ser fundamentado? Haverá ainda algo assim como o deus dos cristãos, lá fora, acima, independente dos interesses diversificados dos seres humanos? Parece que, para continuarmos vivendo com dignidade, com esperança de que não caminhamos para a destruição, precisamos de uma ética, que seja única, a fim de possibilitar uma convivência mais tolerante e mais solidária, impedindo que se aprofunde uma tendência que às vezes aparece, cá e lá, defendendo que há seres humanos que são supérfluos e dispensáveis.

Este parece ser o drama quando falamos da ética hoje. **Estamos sem chão firme e comum.** Não se trata de afirmar que vivemos hoje a maior crise da história da espécie humana. Não nos convém ser tão farsescamente autocomplacentes com nossa fragilidade ou tão orgulhosos achando que só nós vivemos em crise. Ou então, não nos convém concordar com o pessimismo daqueles que julgam que não há outra forma possível de sociedade. Trata-se sim de **reconhecer que precisamos resolver os problemas também no plano ético, e que não adianta esperar que tudo se resolva pelas relações econômicas, pela arte, ou pela política.** A solução do problema ético permitirá que a política, a economia, a estética, possam encontrar novos rumos.

Embora já esteja clara a convicção de que precisamos de ética na política, e embora também isso precise ser melhor equacionado como problema, são poucos, mesmo no campo teórico, que põem a pergunta: ética na economia?. Por que continuamos aceitando que a dimensão econômica esteja fora do plano moral? Por que somos às vezes tão cínicos transformando a ética simplesmente em meio? Ou por que aceitamos que a economia esteja acima ou abaixo da moralidade? Tornando qualquer lucro virtuoso, e qualquer pobreza falta de virtude, ou então, tornando os resultados da vida econômica externos a qualquer consideração ética, ou pior ainda, usando a ética como propaganda para aumentar o lucro?

Longe de nós dizer que é possível uma vida sem ter o econômico como fator importante; longe de nós declarar que toda preocupação social das empresas seja impossível e sempre seja cínica; longe de nós, declarar que toda atividade pública seja intrinsecamente má; longe de nós afirmar que toda ética profissional deva ser jogada no lixo. Se aqui assinalamos mais os aspectos ambíguos do que nos acontece e do que tantas vezes fazemos e defendemos em nossas teorias e nossas práticas, o fazemos com o objetivo de reiterar o convite para pensar, que nos parece ser a única forma de nos tornarmos mais responsáveis pelo que dizemos e fazemos. Pensar mais significa parar de afirmar que as coisas vão mal sempre e só por causa dos outros.

Claro que há um debate ético em curso. E é oportuno acompanhá-lo, e não transformar a ética numa receita mágica para qualquer problema. Por exemplo, há vários ambientalistas que já discutem e propõem princípios éticos novos a partir da emergência do problema ecológico, fazendo com que a preservação de recursos naturais passe a ser considerado algo bom e necessário, contra o predomínio da ideia do direito absoluto da espécie

humana de dominar e explorar a natureza não-humana, portanto, contra o direito absoluto da apropriação e do controle da vida biológica por parte dos seres humanos. Em todo caso, não obstante a importância do debate em geral e daquele inerente ao debate ambientalista em especial, estamos muito longe ainda de consensos.

Aliás, parece haver um risco de conduzirmos a discussão ética sobre a relação entre seres humanos X natureza físico-biológica sem tocar e questionar as relações entre os seres humanos como tais. Não há entre nós pessoas que se pavoneiam de ser "éticas", desinteressando-se pelas desigualdades sociais, pelo problema dos menores ou maiores que (ainda) morrem de fome, pela dizimação de povos africanos inteiros, e preocupando-se apenas com a preservação das florestas, das baleias e do mico-leão-dourado ou com o cuidado dos gatos ou cães de estimação? Afinal de contas, a natureza biológica deve ser preservada por causa dos seres humanos, para melhorar a vida dos seres humanos, e não simplesmente para manter os peixes, os macacos e as belas figueiras.

A **pergunta pela ética**, quem sabe até de uma nova ética que tome em conta os novos problemas e desafios para a sobrevivência da vida biológica, **tem a ver com nossa pele e a pele de todos os companheiros da espécie humana.** Se a chance de alterarmos as regras do jogo vigente parece remota, pois sentimos uma espécie de impotência individual e coletiva, no mínimo nos sobra a possibilidade de resistirmos microfisicamente, como diria Foucault. Nesta vida de cada dia, instalados nas redes das relações de poder e de saber, é que podemos flagrar-nos vivos, capazes de questionar a excessiva governamentalização a que estamos submetidos, e é ali, nas relações com os mais próximos, que podemos resistir e tecer novas solidariedades em favor de uma incômoda e corajosa responsabilização mútua pelo que nos acontece. E para isso, repito, não basta a gente se preocupar com uma ética profissional, mas é conveniente nos situarmos como seres humanos, companheiros de todos os outros seres humanos (mais de seis bilhões!) a quem cabe a responsabilidade de definir o que somos, estabelecer se e como queremos conviver, a quem cabe o problema e a solução do problema.

Mesmo que não haja provas científicas, é possível acreditar que **não estamos condenados a competir com os outros, mas que, apesar de tudo, ainda é possível brincar e ser solidário com os outros, pois a vida dos outros pode ser preferível à morte deles.** E não há ética alguma se não aceitarmos o direito dos outros de existirem ao nosso lado com dignidade.

Chegamos ao final do Capítulo. Esperamos que você, estudante, tenha compreendido o que é ética e a importância desta para a vida pessoal e profissional. Também exploramos questões relacionadas ao mal. Oxalá a leitura do texto ajude também a debater melhor o significado de uma ética profissional. Caso você não tenha compreendido o texto por completo, sugerimos que leia novamente e busque esclarecer suas dúvidas antes de prosseguir. Não esqueça, você não está sozinho; estamos juntos neste processo e seguramente você pode contar conosco.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Exclusão Social e Responsabilidade Social Empresarial. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 11, n. 2, p. 417-426, maio/ago. 2006.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **A promessa da política.** Rio de Janeiro, DIFEL, 2008.

ARISTÓTELES. **Política.** Brasília: Ed. UnB, 1985.

_____. **Ética a Nicômacos.** 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.

ASSMANN, Selvino J. O que têm a ver os filósofos com a política? In: FELIPE, Sônia (Org.). **Justiça como equidade.** Florianópolis: Insular, 1998, p. 303-312.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização** – As consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **A modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRANDÃO, Junito. **Mitologia grega.** 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARVALHO, Guilherme de. **O que é Política,** por Hannah Arendt. 2011. Disponível em: <**http://blogdoguilhermedecarvalho.wordpress.com/2011/04/19/o-que-e-politica-por-hannah-arendt/**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

CHÂTELET, François. **História da Filosofia.** 8 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **Uma história da razão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. *In:* NOVAES, Adauto (Org.). **Ética.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 345-390.

_____. **Convite à Filosofia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COMMONS. **Creation of Man.** 2011. Disponível em: <**http://commons.wikimedia.org/wiki/File:God2-Sistine_Chapel.png**>. Acesso em: 1º abr. 2014.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

_____. **Considerações sócio-antropológicas sobre a ética na sociedade brasileira.** Informe de Consultoria apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001. Disponível em: <**http://www.efg.org.br/curso/efg_etica_soc_bras_roberto_da_matta.pdf**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

DREAMSTIME. **Corpo cheio do Pensador de Rodan.** [2008]. Disponível em: <**http://pt.dreamstime.com/fotografia-de-stock-royalty-free-corpocheio-do-pensador-de-rodin-image2752567**>. Acesso em: 1º abr. 2014.

DUARTE, Eleonora Marino. **Banquete.** 2008. Disponível em: <**http://betinamoraes.blogspot.com.br/2008_12_01_archive.html**>. Acesso em: 1º abr. 2014.

ECO, Umberto. Entrevista concedida a Roger Pol Droit. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 3 de abril de 1994, Caderno MAIS, p. 7.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade II:** O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **O sujeito e o poder.** *In:* DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. S. Paulo: Forense, 1995.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. ***In:* Ética, Sexualidade, Política.** Ditos e Escritos. vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

_____. A filosofia analítica da política. ***In:* Ética, Sexualidade, Política.** Ditos e Escritos. vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 36-55.

_____. **Omnes et singulatim.** Para uma crítica da razão política. Trad. portuguesa de Selvino Assmann. Florianópolis: Nephelibata, 2006. A mesma tradução do texto de Foucault, com algumas modificações, está disponível em: <**http://www.cfh.ufsc.br/%7Ewfil/omnes.htm**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

_____. **O filósofo mascarado.** Trad. portuguesa de Selvino Assmann. Disponível em: <**www.cfh.ufsc.br/~wfil/foucault**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. La responsabilidad social de la empresa: una definición desde la ética empresarial. **Revista Valenciana de Eco-**

nomía y Hacienda (RVEH), Valencia, n. 12, III/2004, p. 86. Disponível em: <**http://www.gva.es/c_economia/web/rveh/pdfs/n12/debate3_12.pdf**>. Acesso em: 2 jun. 2008.

HADOT, Pierre. **O que é filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999.

JUENFRANCE. **Eros e Psiquê.** 2010. Disponível em: <**http://juenfrance.blogspot.com.br/2010/11/eros-e-psique.html**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

KANT, Immanuel. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? ***In:*** **Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik I.** Frankfur: Suhrkamp, 1977. (Há também traduções portuguesas parciais)

_____. **A paz perpétua e outros opúsculos.** Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. **Resposta à Pergunta:** O que é o Esclarecimento. Disponível em: <**http://ensinarfilosofia.com.br/__pdfs/e_livors/47.pdf**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder.** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Há várias edições posteriores) (Coleção Primeiros Passos).

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média.** Lisboa: Estampa, 1980.

_____. **Os intelectuais na Idade Média.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **O nascimento do purgatório.** Lisboa: Estampa, 1993.

_____. **A civilização do Ocidente medieval.** Bauru: EDUSC, 2005.

LEIS, Hector R.; ASSMANN, Selvino J. **Críticas minimalistas.** Florianópolis: Insular, 2007.

MAHTAN. **Iósif Stalin y Adolf Hitler:** demonios gemelos del siglo XX. 2011. Disponível em: <**http://mahtan.wordpress.com/2011/10/31/iosif-stalin-yadolf-hitler-demonios-gemelos-del-siglo-xx/**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MONIER, Louis. [**Michel Foucalt**]. 2011. Disponível em: <**http://www2.warwick.ac.uk/knowledge/culture/foucault/**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

PLATÃO. **A República.** Livro VII. As notas são de Bernard Piettre. São Paulo: Atica, 1989. p. 46-50.

_____. O Banquete. *In:* MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 28-30.

_____. **Apologia de Sócrates.** Banquete. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório.** Estudos de antropologia da civilização. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 9. ed. Porto: Afrontamento, 1997.

SCHILLING, Voltaire. **História.** [2008]. Disponível em: <**http://educaterra.terra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/002.htm**>. Acesso em: 1º abr. 2014.

STALIN. **Stalinismo.** 2007. Disponível em: <**http://stalinismo.blogspot.com.br/**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. ***In:* _____. Responsabilidade social das empresas:** a contribuição das universidades. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, 2002. p. 82.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética.** Petrópolis: Vozes, 2000.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia antiga.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____. **As origens do pensamento grego.** Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. **Entre mito e política.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

URUTAGUA. [**Maquiavel**]. [2008]. Disponível em: <**http://www.urutagua.uem.br/005/005maquiavel.jpg**>. Acesso em: 2 abr. 2014.

WEBER, Max. **O político e o cientista.** 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

_____. A política como vocação. ***In:* _____. O político e o cientista.** 3. ed. Lisboa, Editorial Presença, 1979.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

REALIZAÇÃO

UAB UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

CAPES

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO

nead NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

OFERECIMENTO

Este livro é parte integrante do material didático do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, oferecido na modalida a distância.

ISBN 978-85-7988-205-0

9 788579 882050